

SILVANA MARIA MENDES OLIVEIRA

**O *MODUS OPERANDI* DE AGRESSORES SEXUAIS ADULTOS:
DIFERENÇAS ENTRE AGRESSORES SEXUAIS DE CRIANÇAS,
VIOLADORES E PEDÓFILOS**

Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre em Medicina Legal submetida ao Instituto de Ciências de Abel Salazar da Universidade do Porto.

Orientador – Prof. Doutor Ricardo Barroso

Categoria – Professor Auxiliar

Afiliação – Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO

O impacto significativo das agressões sexuais nas vítimas e o risco de reincidência dos agressores sexuais têm voltado a atenção dos investigadores e da comunidade para o tratamento destes indivíduos e para a implementação de mecanismos de controlo suficientemente eficazes para evitarem a probabilidade de reincidência. Porém, para haver uma intervenção eficaz, é necessário ir ao encontro das necessidades dos indivíduos e, uma vez que, a população dos agressores sexuais é caracterizada por uma elevada heterogeneidade, torna-se essencial distinguir e caracterizar os diferentes tipos de agressores sexuais. Na presente dissertação pretende-se caracterizar uma amostra de agressores sexuais portugueses, observando as suas características e o modo como estes cometeram os crimes, isto é, o seu *modus operandi*. Para aumentar o grau de informação diferenciaram-se os sujeitos em abusadores sexuais de crianças, violadores e pedófilos, procurando-se analisar quais as características e quais as diferenças entre si. Para o efeito recorreu-se a uma amostra total de 275 agressores sexuais (127 violadores, 105 abusadores sexuais de crianças e 43 pedófilos) do sexo masculino tendo sido efetuadas análises comparativas entre os três grupos num conjunto de dimensões (características demográficas, tipológicas, criminais, problemas de comportamento, tendências antissociais, características familiares, sociais e comunitárias e interesses sexuais). Os resultados das análises das interações estabelecidas entre agressores, vítimas e contextos permitiram identificar características diferenciadoras dos três grupos de agressores sexuais, tornando possível o estabelecimento de um *modus operandi* típico para as diversas tipologias de agressão sexual.

PALAVRAS-CHAVE: agressores sexuais; abusadores sexuais de crianças; violadores; pedófilos; *modus operandi*.

ABSTRACT

The significant impact of sex abuse on victims and the risk of recidivism of sex offenders have focused the attention of researchers and the community for the treatment of these individuals and to implement sufficiently effective control mechanisms to avoid the likelihood of recidivism. However, for an effective intervention is necessary to meet the individual's needs and, once the sex offender's population is characterized by a high heterogeneity, it is essential to distinguish and characterize the different types of sex offenders. The present dissertation is intended to characterize a sample of portuguese sex offenders, noting their characteristics and how they committed their crimes, that is, their *modus operandi*. To increase the level of information the subjects were differed in child sex abusers, rapists and pedophiles, in order to analyze the features and the differences between them. For this purpose we used a total sample of 275 male sex offenders (127 rapists, 105 child sex abusers and 43 pedophiles) to made comparative analysis of the them in a set of dimensions (demographic, typological and criminal characteristics, behavior problems, antisocial tendencies, family, social and community characteristics and sexual interests). The outcome of the analysis of the interactions between offenders, victims and contexts allowed to identify distinguishing characteristics of the three sexual offenders groups. It permitted to establish a typical *modus operandi* for the different sexual attack typologies.

KEYWORDS: sex offenders; child sex offenders; rapists; pedophiles; *modus operandi*.

*El destino está a la vuelta de la esquina,
pero lo que no hace es visitar a domicilio,
hay que ir a por él.*

(Carlos Ruiz Zafón)

AGRADECIMENTOS

Desde logo, como não poderia ser diferente, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Ricardo Barroso, por todo o apoio, disponibilidade e confiança demonstrada desde do começo deste caminho. Agradeço toda a partilha dos seus imensos conhecimentos, todas as críticas, todo o rigor e toda motivação. Foi um grande prazer estar sob a sua excelente orientação.

Em segundo lugar, à Professora Doutora Maria José Pinto da Costa, pela sua disponibilidade, motivação e apoio dado ao longo deste mestrado. Foi um privilégio.

A todas as pessoas com quem me cruzei dos diversos Estabelecimentos Prisionais, que sempre me receberam e ajudaram da melhor forma. Em especial à minha querida Dr^a Graça Camelo, pelo seu constante apoio e crítica e à D. Mariana e à D. Rosa, por tão bem me terem acolhido e tratado no Estabelecimento Prisional da Carregueira. O meu muito obrigada.

Como não poderia deixar de ser, quero agradecer aos meus amigos, por todo o apoio, por não duvidarem nunca, por me incentivarem e por me ajudarem sempre. Vocês sabem quem são. O meu muito obrigada, sou uma felizarda.

Em especial, como não poderia deixar de ser, à minha Ritinha, por estar presente nesta caminhada, por toda a ajuda mútua, críticas e acima de tudo, por acreditar comigo.

Ao meu irmão, por se revelar o amigo sempre atento e presente. És um orgulho.

E, por fim, às pessoas mais especiais da minha vida, aos meus pais e avós, sem os quais nada disto seria possível. Devo-vos tudo aquilo que sou hoje e serei um dia. O meu eterno obrigada.

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	iii
ABSTRACT	v
AGRADECIMENTOS	ix
LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xvii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1. Enquadramento legal.....	3
1.1. O crime de violação	3
1.2. O crime de abuso sexual de crianças.....	4
2. Abordagens teóricas da agressão sexual	5
2.1. Teorias da agressão sexual.....	5
2.1.1. Teorias biológicas.....	5
2.1.2. Teorias cognitivas.....	6
2.1.3. Teorias comportamentais	8
2.1.4. Teorias da aprendizagem social.....	8
2.1.5. Teorias da personalidade	9
2.2. Modelos teóricos da agressão sexual	10
2.2.1. Modelo das Quatro pré-condições de Finkelhor (1984).....	11
2.2.2. Modelo de Abel, Becker e Cunnigham-Rathner (1984).....	12
2.2.3. Modelo de Compreensão da Agressão Sexual de Marshall e Barbaree (1990).....	12
2.2.4. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman (1992).....	14
2.2.5. Modelo de Autorregulação de Ward e Hudson (1998)	15
2.2.6. Modelo das Trajetórias de Ward e Siegert (2002).....	16
2.2.7. Teoria integrada da agressão sexual (Ward & Beech, 2006).....	17
2.2.8. Teoria da Autorregulação Multimodal de Stinson, Sales & Becker (2008).....	18
2.3. Conclusão.....	19
2.4. Tipologias de agressores sexuais	19
2.4.1. Violadores	20
2.4.2. Abusadores sexuais de crianças	21
2.4.3. Pedófilos	23
2.5. Fatores de risco e fatores protetores.....	26

3.	Investigações realizadas em Portugal no âmbito dos agressores sexuais	34
4.	Modus operandi	57
4.1.	Definição e conceptualização	57
4.2.	Revisão da literatura	58
4.3.	Enquadramento teórico.....	61
4.3.1.	Teoria da escolha racional.....	61
4.3.2.	Teoria das atividades de rotina	62
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA).....		65
1.	Fundamentação do estudo	65
2.	Objetivos e hipóteses	65
3.	Material e métodos	66
3.1.	Caracterização do estudo.....	66
3.2.	Amostra	66
3.3.	Instrumentos e variáveis do estudo	68
3.4.	Procedimentos	68
CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS).....		70
1.	Caracterização sociodemográfica	70
2.	Percurso escolar	74
3.	Características individuais.....	75
4.	Saúde	80
5.	Percurso criminal	82
5.1.	Antecedentes criminais.....	82
5.2.	Crimes sexuais	86
5.2.1.	Características dos crimes sexuais cometidos.....	86
5.2.2.	Características relativas à vítima	103
6.	Discussão dos resultados.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS		114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		115
ANEXOS		147
Anexo I - Ofício de autorização para a investigação académica.....		147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estudos realizados em Portugal sobre agressores sexuais.	34
Tabela 2 Número de agressores nos três grupos relativamente à região geográfica de proveniência.	70
Tabela 3 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao país de origem.....	71
Tabela 4 Número de agressores nos três grupos relativamente à área residencial.....	72
Tabela 5 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao estatuto socioeconómico e resultados do teste Qui-quadrado efetuado.	72
Tabela 6 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à situação económica da família e resultados do teste de Qui-quadrado efetuado.	73
Tabela 7 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao contexto comunitário e resultados do teste de Qui-quadrado efetuado.....	73
Tabela 8 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à escolaridade e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	74
Tabela 9 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao comportamento em contexto escolar e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	75
Tabela 10 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à qualidade do seu grupo de pares e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	76
Tabela 11 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao estilo interpessoal e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	76
Tabela 12 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às competências pessoais e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	77
Tabela 13 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às competências de resolução de problemas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	77
Tabela 14 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à manifestação de autocontrolo e autorregulação e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	78

Tabela 15 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de filhos e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	78
Tabela 16 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às pessoas com quem vivia antes de ser preso e resultados do teste Qui-quadrado realizado..	79
Tabela 17 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de uma relação afetiva na altura da recolha dos dados e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	80
Tabela 18 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de ideação suicida e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	81
Tabela 19 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de acompanhamento psicoterapêutico e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	81
Tabela 20 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao consumo de drogas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	81
Tabela 21 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao consumo de álcool e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	82
Tabela 22 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à prática de crimes anteriores ao atual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	83
Tabela 23 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à idade de início dos problemas de comportamento e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	83
Tabela 24 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao tipo de crimes ocorridos anteriormente e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	84
Tabela 25 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às medidas que lhes foram aplicadas pelos crimes anteriores e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	85
Tabela 26 Medidas descritivas relativamente à idade do agressor no momento do cometimento do crime.	86
Tabela 27 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao tipo de crimes sexuais cometidos e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	87
Tabela 28 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente aos crimes não sexuais cometidos e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	88

Tabela 29 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao cometimento de crime antes ou depois do crime sexual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	89
Tabela 30 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente aos atos sexuais praticados e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	90
Tabela 31 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à relação entre o agressor e a vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	91
Tabela 32 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao local onde o crime foi cometido e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	92
Tabela 33 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à familiaridade do local em que ocorreu crime para a vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	93
Tabela 34 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à altura do dia em que se deu o crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	94
Tabela 35 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao modo de cometimento do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	95
Tabela 36 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao modo de abordagem da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	95
Tabela 37 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao uso de violência física sobre a vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	96
Tabela 38 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao tipo de agressão física cometida na vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado. .	96
Tabela 39 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao uso de armas no cometimento do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	97
Tabela 40 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao nível de força física utilizada pelo agressor para cometer o crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	98
Tabela 41 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao nível de resistência da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	99
Tabela 42 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à resposta do agressor à resistência da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.....	99

Tabela 43 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à duração do crime sexual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	100
Tabela 44 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à confissão do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	101
Tabela 45 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente aos motivos dados pelo agressor para cometer o crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	102
Tabela 46 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à atitude destes relativamente ao crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	102
Tabela 47 Medidas descritivas relativamente à idade da vítima no momento do cometimento do crime.	103
Tabela 48 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao sexo das suas vítimas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	104
Tabela 49 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à profissão da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	104
Tabela 50 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de atraso cognitivo na vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	105
Tabela 51 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao número total de vítimas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	106
Tabela 52 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao facto de a vítima se encontrar ou não sozinha no momento do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.	106

LISTA DE ABREVIATURAS

ASC	Abusadores sexuais de crianças
Art.	Artigo
EP	Estabelecimento Prisional
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
C.P.	Código Penal
CVSHL	Condução de veículo sem habilitação legal
DSM-5	Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (5ª edição)
GEAV	Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas
LIJ	Lar da Infância e Juventude
OIF	Ofensa à integridade física
VD	Violência doméstica

INTRODUÇÃO

A criminalidade sexual é uma temática que tem sido alvo de constantes teorizações e investigações por parte de diferentes áreas científicas. No entanto, as teorias criminológicas tradicionais apenas se debruçavam sobre o estudo do agressor e do seu percurso e os efeitos da dissuasão (Rossmo, 2000). Estas abordagens procuram explicar o comportamento do agressor recorrendo ao seu património genético e ao seu desenvolvimento, centrando-se, neste sentido, nas causas distais do crime (Wortley & Mazerolle, 2008). Porém, ao serem centrados apenas no agressor, estes estudos ignoravam três das quatro dimensões do evento criminal, a saber: a lei, o criminoso, um alvo e um local (Brantingham & Brantingham, 1991). No entanto, vários estudos surgiram nos últimos tempos (Beauregard & Leclerc, 2007; Beauregard, Proulx, Rossmo, Leclerc, & Allaire, 2009; Beauregard, Rossmo, & Proulx, 2007) defendendo que os delinquentes são indivíduos racionais e, como tal, cometem os crimes com o objetivo último de satisfazer as suas necessidades, quer sejam económicas, emocionais, sexuais ou sociais (Leclerc, 2009). Neste sentido, os delinquentes tomam um conjunto de decisões relativas ao cometimento do crime que dependem da sua interação com o ambiente físico e com as diferentes oportunidades que surgem para o cometimento do ato (Leclerc, 2009; Rossmo, 2000). É com o intuito de compreender os eventos criminais através do estudo da interação que se estabelece entre os agressores, as vítimas e os espaços que vão surgindo diferentes estudos do *modus operandi* destes agressores (Brantingham & Brantingham, 1991). Os estudos do *modus operandi* têm aumentado muito nos últimos anos devido à sua reconhecida importância ao nível da prevenção do crime e do tratamento das vítimas (Leclerc et al., 2009).

A presente dissertação, apresentada no âmbito do Mestrado em Medicina Legal, pretendeu caracterizar uma amostra de agressores sexuais portugueses, subdividida em agressores sexuais de crianças, violadores e pedófilos, observando em detalhe as suas características e o seu *modus operandi* no sentido de perceber quais as suas semelhanças e diferenças entre estes três grupos.

A estrutura deste trabalho é composta por três capítulos principais que, por sua vez, se subdividem em subcapítulos. A componente teórica da investigação é composta por um capítulo principal que se subdivide em quatro subcapítulos. Desde logo é feito um enquadramento legal da matéria, que é seguido por um enquadramento teórico e empírico relativamente à agressão sexual e quanto aos três grupos de agressores sexuais em estudo (abusadores sexuais de crianças, violadores e pedófilos). Ainda dentro deste capítulo eminentemente teórico consta um terceiro subcapítulo com o

levantamento dos trabalhos realizados em Portugal sobre agressores sexuais e, por fim, um quarto que aborda especificamente o *modus operandi*, enquadrando-o teórica e empiricamente.

Relativamente ao capítulo II, este contém informação relativa aos objetivos e hipóteses que orientam este trabalho, bem como a metodologia e os instrumentos utilizados para levar a cabo o presente estudo. Este capítulo contém ainda informações relativas à amostra, às variáveis em estudo e aos procedimentos de recolha e análise de dados.

Os resultados deste estudo serão apresentados no capítulo III. Este capítulo foi subdividido de acordo com as dimensões estudadas: caracterização sociodemográfica, percurso escolar, características individuais dos sujeitos da amostra, saúde e percurso criminal. Por sua vez, o subcapítulo do percurso criminal subdivide-se em antecedentes criminais e em crimes sexuais, onde são estudadas as características dos crimes sexuais pelos quais os sujeitos se encontram reclusos à data da investigação e as características das suas vítimas. Este capítulo termina com uma discussão dos resultados obtidos, onde se tentará distinguir os três grupos de agressores em estudo tendo em conta os resultados obtidos e as questões de investigação criadas.

Por fim, a dissertação terminará com as considerações gerais deste estudo, procurando-se perceber quais as repercussões dos dados obtidos em termos da prática profissional, as vantagens do estudo do *modus operandi*, bem como as limitações do trabalho e formuladas sugestões para estudos futuros nesta área.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Enquadramento legal

O presente estudo pretende abordar as características dos agentes do crime de violação e do crime de abuso sexual de crianças, pelo que se torna essencial fazer um enquadramento jurídico destes crimes no plano jurídico português. Desde logo, importa referir que crime é entendido como “todo o comportamento – mas só aquele – que a lei criminal tipifica como tal” (Dias & Andrade, 1997, p. 65). Assim, de acordo com o artigo 1º do Código Penal, “crime só pode ser punido criminalmente o facto descrito e declarado passível de pena por lei anterior ao momento da sua prática”. Atualmente, os crimes sexuais encontram-se previstos no capítulo V do C.P. – incluído no Título I, *Crimes contra as pessoas*, que, por sua vez, está integrado no *Livro II* (parte especial) do C.P. - com o título de *Crimes contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual*. Este capítulo divide-se em duas secções: na secção I estão consagrados os crimes contra a liberdade sexual¹ e na secção II, os crimes contra a autodeterminação sexual².

1.1. O crime de violação

O crime de violação atualmente encontra-se previsto e punido no artigo 164º do C.P., definindo que “Quem por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos”. Segundo Figueiredo Dias (2012), o autor do crime pode ser uma pessoa de qualquer sexo, embora a natureza do ato exigido implique sempre a intervenção de um homem e pode ser, sob qualquer forma de participação, uma pessoa de qualquer. Relativamente ao tipo objetivo de ilícito³, este “consiste em o agente constranger outra a pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou co outrem, cópula, coito anal ou coito oral, ou a sofrer a introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, por meio de violência, ameaça grave ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou na impossibilidade de resistir” (Dias, 2012, p. 748). O conteúdo da ação é a cópula, entendida como a penetração da vagina pelo pénis, sendo o coito anal e o coito

¹ Estes crimes estão previstos do artigo 163º ao artigo 170º e são eles: coação sexual, violação, abuso sexual de pessoa incapaz de resistência, abuso sexual de pessoa internada, fraude sexual, procriação artificial não consentida, lenocínio, importunação sexual.

² Estes crimes estão previstos do artigo 171º ao artigo 176-A e são eles: abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes, atos sexuais com adolescentes, recurso à prostituição de menores, lenocínio de menores, pornografia de menores e aliciamento de menores para fins sexuais.

³ Entendido como “a figura sistemática que a doutrina penal se serve para exprimir um sentido de ilicitude, individualizando uma espécie de delito e cumprindo, deste modo, a função de dar a conhecer ao destinatário que tal espécie de comportamento é proibida pelo ordenamento jurídico” (Dias, 2007, p. 285)

oral equiparados tipicamente a ela, para efeitos do tipo objetivo de ilícito. No entanto, o conteúdo da ação também se traduz na introdução vaginal ou anal de outras partes do corpo ou objetos, não se encontrando abrangidas ações como o coito vulvar ou vestibular⁴ ou a automasturbação (*ibidem*). Importa ainda referir a questão do assentimento. Este pode verificar-se nos casos em que a vítima resistiu aos meios de coação, mas cesse esta resistência no momento ou durante da ação ou, por outro lado, que tenha assentido nas manobras prévias de coação ou na prática de atos sexuais preliminares da cópula, mas não assinta na execução destes. Nestes casos, o assentimento parcial da vítima não exclui a tipicidade objetiva da violação, podendo, no entanto, relevar para aferir do dolo, para comprovar o erro ou para efeito de medida da pena (*ibidem*). Convém ainda referir que em casos de tentativa, numa considerável parte dos casos em que a violação não se venha a consumir, o agente será punido pelo artigo 163º - coação sexual -, se na execução da tentativa tiver cometido atos sexuais de relevo, ainda que a tentativa de violação se possa encontrar a coberto da impunibilidade por desistência voluntária (*ibidem*)⁵.

1.2. O crime de abuso sexual de crianças

Relativamente ao crime de abuso sexual de crianças, este encontra-se previsto no artigo 171.º do C.P. e, uma vez que, protege especificamente a sexualidade numa fase inicial ou de desenvolvimento, pune as condutas que prejudicam gravemente o livre desenvolvimento da personalidade da vítima (Dias, 2012). Neste crime, o autor pode ser qualquer pessoa de ambos os sexos - tal como no crime de violação -, no entanto, “a vítima é necessariamente um menor de 14 anos, de qualquer sexo” (Dias, 2012, p. 835). Relativamente aos factos da vítima ser ou não sexualmente iniciada, que possua ou não capacidade para entender o ato sexual ou que ela tenha uma intervenção ativa ou puramente passiva, são tipicamente indiferentes (*idem*).

O conteúdo do ato é o elemento decisivo do tipo objetivo de ilícito, podendo ser de diversa natureza, consoante os diferentes números e alíneas do artigo. Desde logo, importa perceber o conteúdo de “ato sexual de relevo” (art. 171º, n.º 1) que, segundo Figueiredo Dias (2012, p.718), deve entender-se como “todo o comportamento que, de um ponto de vista predominantemente objetivo e segundo uma compreensão natural, assuma uma natureza, um conteúdo ou um significado diretamente relacionados com a esfera da sexualidade e, por aqui, com liberdade de determinação sexual de quem sofre

⁴ Verifica-se quando o ato sexual é consubstanciado no contacto externo dos órgãos sexuais masculinos e femininos, sem que se tenha verificado penetração do pénis na vagina (Dias, 2012).

⁵ Nestes casos não se verifica um concurso efetivo entre tentativa de violação e coação sexual, mas antes de concurso aparente: é o ilícito da violação tentada que confere ao facto total sentido socialmente dominante, enquanto ao ilícito de coação cabe a posição de ilícito socialmente dominado e, uma vez que ao ilícito dominante corresponde uma moldura penal menos grave do que a que diz respeito ao ilícito dominado, é dentro desta última que deve ser punido o ilícito dominante (Dias, 2012).

ou o pratica”. Relativamente à cópula ou atos equiparados (art. 171º, n.º 2), corresponde o mesmo que foi dito anteriormente relativamente ao crime de violação, no que diz respeito à importunação sexual (art. 171º, n.º3, al. a)), a sua incidência objetiva é a mesma que cabe no artigo 170.º, bastando que os atos ocorram perante o menor para preencher o tipo legal (*ibidem*). A alínea b) reporta-se aos casos em que visa satisfazer, com ele ou através dele, por meio de métodos sexuais, interesses ou impulsos de relevo, ou seja, não é preciso contacto físico basta que o menor participe (*ibidem*). Relativamente ao n.º4 do mesmo artigo, o legislador decidiu agravar a pena se o agente tiver praticado os atos referidos no n.º3 com intenção lucrativa (*ibidem*).

Ainda relativamente à agravação das penas, o legislador decidiu agravar em metade, nos seus limites mínimos e máximos, as penas previstas nos artigos 163.º a 165.º e 167.º a 176.º⁶ quando a vítima ”for ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao segundo grau do agente; ou se encontrar numa relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação” (art. 177º, n.º1). No que diz respeito às formas especiais do crime, importa salientar que a tentativa é punida em todos os casos, salvo no n.º 3, e que a cumplicidade por omissão é punida quando, por exemplo, os pais do menor não impedem a prática de atos sexuais.

2. Abordagens teóricas da agressão sexual

A criminalidade sexual é uma temática que tem sido alvo de constantes teorizações e investigações por parte de diferentes áreas científicas, com o objetivo de clarificar a sua etiologia, conhecer os seus processos subjacentes e os fatores biológicos, psicológicos e sociais relativos ao seu perpetrador assim como as circunstâncias em que a mesma ocorre. Neste sentido, ir-se-á analisar este tema à luz das várias perspetivas teóricas que surgiram para o tentar explicar.

2.1. Teorias da agressão sexual

2.1.1. Teorias biológicas

As teorias biológicas foram as primeiras que surgiram e defendem a ideia de que o comportamento sexual desviante traduz a influência de fatores neurológicos, biológicos e orgânicos. Segundo estas teorias, o comportamento sexual desviante tem a sua origem no elevado impulso sexual dos indivíduos que, por sua vez, ocorre devido a determinados

⁶Coação sexual (163º), violação (164º), abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (165º), fraude sexual (167º), procriação artificial não consentida (168º), lenocínio (169º), importunação sexual (170º), abuso sexual de crianças (171º), abuso sexual de menores dependentes (172º), atos sexuais com adolescentes, recurso à prostituição de menores (173º), lenocínio de menores (174º), pornografia de menores (175º) e aliciamento de menores para fins sexuais (176º).

aspectos fisiológicos (e.g., patologias orgânicas), hormonais (e.g., testosterona em níveis elevados na corrente sanguínea que contribui para uma ativação sexual intensa e agressiva), condições genéticas (Marshall & Barbaree, 1990) e anomalias da atividade cerebral (e.g., traumatismos crânio-encefálicos, fatores obsessivo-compulsivos, doença mental) (Blackburn, 1993). Neste sentido, se os indivíduos conseguirem controlar os seus impulsos sexuais, através da aprendizagem de competências adequadas, conseguem controlar e inibir o seu comportamento sexual desviante (Marshall & Barbaree, 1990).

Apesar de alguns estudos corroborarem esta perspectiva, também surgiram várias críticas e estudos com resultados pouco consistentes. Alguns estudos encontraram anomalias nos cérebros de alguns agressores sexuais, no entanto, estas anomalias não se verificavam na maioria dos casos (Faupel, 2015; Stinson, Sales & Becker, 2008). Por outro lado, outros estudos observaram a ligação entre os níveis hormonais dos agressores sexuais e o seu comportamento, no entanto, não foi encontrada uma ligação clara entre ambos (Bain, Langevin, Dickey, Dickey & Ben-Aron, 1987; Hucker & Bain, 1990; Faupel, 2015; Stinson, Sales & Becker, 2008). No entanto, as principais críticas prendem-se com o facto da maioria das hipóteses criadas dependerem do conhecimento do cérebro e do corpo humano, que é ainda muito limitado, e com o facto das metodologias e amostras utilizadas no estudo não serem uniformes, colocando em causa a confiabilidade dos resultados, que leva, conseqüentemente, a uma grande falta de estudos empíricos que a comprovem (Stinson et al., 2008).

2.1.2. Teorias cognitivas

As teorias cognitivas tencionam explicar uma variedade de distúrbios psicológicos tais como a depressão, a ansiedade e o desvio sexual (Beck, 2002; Marshall, Laws, & Barbaree, 1990) e procuram perceber qual o papel dos padrões de pensamentos automáticos e repetitivos na formação das emoções e comportamentos (Beck, 2002). As teorias cognitivas da agressão sexual variam na explicação sobre os processos cognitivos que são fundamentais para explicar este comportamento, uma vez que, apesar dos diversos investigadores reconhecerem que os componentes básicos dos processos cognitivos são os mesmos (e.g., distorções cognitivas, autoestima, empatia), eles diferem na interpretação do papel de cada componente e como contribuem para a explicação e manutenção do comportamento do agressor sexual (Stinson et al., 2008). Das explicações avançadas pelas teorias cognitivas sobre o comportamento de agressão sexual salientam-se três: a teoria do apego, os esquemas cognitivos dos agressores sexuais e os modelos de processamento de informação (*ibidem*). Relativamente à teoria do apego, esta incide sobre os apegos da primeira infância e a consequência dos mesmos sobre as relações interpessoais (Bowlby, 1979). Os autores defendem que os

criminosos sexuais têm estilos de apego inseguros durante a infância, agindo de forma desviante para confrontar os seus sentimentos de solidão e ansiedade (Ward, Hudson, Marshall, & Siegert, 1995). Quanto aos esquemas cognitivos, os autores defendem que estes são suscetíveis de alterar as crenças que o agressor possui sobre o mundo, podendo ser usados para justificar o seu comportamento. As distorções cognitivas, as atribuições causais e as atribuições de culpa foram consideradas como esquemas cognitivos relacionados com a agressão sexual (Abel, Becker, & Cunningham-Rathner, 1984; Blumenthal, Gudjonsson & Burns, 1999; McKay, Chapman & Long, 1996; Stinson et al, 2008). Por fim, quanto ao papel do processamento de informação, os investigadores sugerem que este é diferente nos agressores sexuais quando comparados com indivíduos não agressores sexuais (McFall, 1990). Por outro lado, os investigadores reconhecem também o papel da empatia, defendendo que um individuo sem empatia é propenso a envolver-se em comportamentos egoístas, como é o caso da agressão sexual (Marshall, Hudson, Jones, & Fernandez, 1995). Diversos estudos têm evidenciado que os agressores sexuais têm défices de empatia (Geer, Estupinan & Manguno-Mire, 2000; Hanson & Scott, 1995; Hudson, Marshall, Wales, McDonald, Bakker & McLean, 1993), o que os pode levar a ter este tipo de comportamentos.

Apesar das teorias cognitivas fornecerem uma base para a conceção de alguns tratamentos eficazes com agressores sexuais (Beck, 2002; Stinson et al., 2008), também possuem uma série de limitações. Desde logo, estas teorias sobrepõem os papéis dos vários processos cognitivos (e.g., apego, esquemas cognitivos, processamento de informação) não sendo possível medir de forma independente estes componentes para perceber qual a contribuição para a ocorrência do comportamento de agressão sexual de cada componente (Faupel, 2015; Stinson et al., 2008). Em segundo lugar, devido à natureza destas teorias, apesar de existirem métodos que permitem a avaliação indireta de constructos cognitivos (e.g., o teste de Stroop), a maioria das pesquisas para testar as estas teorias, até à data, têm-se baseado no autorrelato, podendo ser enviesadas o que diminui a confiabilidade destes resultados (Stinson et al., 2008). Outra crítica apontada é o facto destas teorias não explicarem onde os esquemas cognitivos sexualmente desviantes ou as estratégias de processamento de informações se originaram, acabando assim por não explicar a verdadeira etiologia dos comportamentos sexuais desviantes (*ibidem*). Por fim, as pesquisas realizadas que têm por base as teorias cognitivas mostraram pouca diferença entre delinquentes sexuais e delinquentes não sexuais, principalmente na questão do apego e nas distorções cognitivas (Faupel, 2015; Stinson et al., 2008).

2.1.3. Teorias comportamentais

As teorias comportamentais procuram explicar o comportamento sexualmente abusivo como um comportamento aprendido. Estas teorias baseiam-se no pressuposto que a excitação sexual desviante tem um papel fundamental na prática de crimes sexuais, sendo, por isso, os indivíduos com estímulos sexuais inapropriados mais propensos a cometer este tipo de crimes (Becker, 1998; Lalumière & Quinsey, 1994). Segundo esta visão, a continuação do comportamento sexual desviante dependerá do reforço e da punição. A gratificação sexual obtida conjugada com a falta de consequências negativas e a falta de apoio para não ter este tipo de comportamentos, aumenta a probabilidade do agressor sexual continuar a ter esses comportamentos. Por outro lado, se as consequências negativas forem suficientemente fortes, é menos provável que o comportamento ocorra (Laws & Marshall, 1990).

Apesar de existirem pesquisas que suportam estas teorias, nomeadamente o papel da autorregulação (Ward, 2000; Ward & Hudson, 1998), estas também têm algumas limitações. Desde logo, porque existem muitos agressores sexuais que não têm padrões de excitação desviantes, aliás, existe um grande número que possuem padrões de excitação semelhantes aos indivíduos que não são agressores sexuais (Looman & Marshall, 2005), o que limita a sua explicação. Para além disso, o facto do reforço e da punição serem suscetíveis de aumentar ou inibir o comportamento da agressão sexual não foi fundamentado por nenhuma evidência empírica (Stinson et al., 2008; Faupel, 2015).

2.1.4. Teorias da aprendizagem social

Dentro das teorias da aprendizagem social existem duas hipóteses de aprendizagens sociais primárias que têm sido sugeridas como possíveis explicações para os comportamentos de agressão sexual. Uma delas defende que as crianças que são abusadas sexualmente serão adultos agressores sexuais e a segunda defende que é o material sexualmente explícito que contribui para o comportamento de agressão sexual. Estas hipóteses têm sido alvo de vários estudos e, apesar de alguns estudos encontrarem evidências de que há a possibilidade dos agressores sexuais terem sido também eles abusados sexualmente, (Blackburn, 1993; Finkelhor, 1984; Stathopoulos, 2012), a maioria dos autores refere que grande parte dos agressores sexuais não foram sexualmente abusados enquanto crianças (Berliner & Elliot, 2002; Putnam, 2003). Porém, alguns investigadores identificaram o processo pelo qual indivíduos abusados sexualmente em crianças podem vir a ser agressores sexuais. Segundo alguns estudos, a criança abusada sexualmente que tenha interiorizado esta vitimação como algo normal ou prazeroso, tem maior probabilidade de ser um adulto que vê os atos

sexualmente abusivos agradáveis para a vítima (Burton, Miller & Schill, 2002; Faupel, 2015; Hummel, Thomke, Oldenburger, & Specht, 2000). Alguns estudos defendem ainda que quanto mais jovem for a vítima abusada, mais violentos e intrusivos forem os atos sexuais, quanto maior o tempo de abuso e quanto maior o número de abusadores, mais provável é que o comportamento sexualmente desviante se desenvolva nos indivíduos que foram vítimas (Stinson et al., 2008; Faupel, 2015). Por outro lado, alguns autores também defendem que uma reação indiferente ou de descrença dos outros quando a vítima revela que é abusada sexualmente pode influenciar a adoção deste comportamento na idade adulta (Burton et al., 2002).

A segunda hipótese, que defende que o material sexualmente explícito que contribui para o comportamento de agressão sexual, sugere que a exposição repetida à pornografia sexualmente agressiva⁷ pode levar ao comportamento sexualmente agressivo, uma vez que leva a um aumento da hostilidade em relação às mulheres, à aceitação dos mitos, à diminuição da empatia e compaixão para com as vítimas e uma maior aceitação da violência física contra as mulheres (Check & Guloien, 1989; Malamuth & Check, 1985). Por outro lado, os autores acreditam que a pornografia infantil também desempenha um papel na etiologia da agressão sexual, isto porque os indivíduos que usam a pornografia infantil internalizam esse comportamento como aceitável (Howitt, 1995; Marshall, 1988). Pesquisas recentes sugerem o uso de pornografia infantil como um indicador confiável de interesse sexual em crianças (Seto, Cantor, & Blanchard, 2006), apesar de ainda existirem poucas investigações (Faupel, 2015).

As teorias da aprendizagem social apresentam alguns pontos fortes, nomeadamente o facto de nos oferecerem importantes informações que ajudam a compreender melhor os agressores sexuais, tal como já foram referidos anteriormente e, por outro lado, porque refere a influência do meio no agressor sexual, que as outras teorias não têm em conta. Porém, o facto de haver pouca evidência sobre os seus pressupostos e a maioria da pesquisa depender de autorrelatos, são as críticas mais frequentes que lhe colocam (Faupel, 2015; Stinson et al., 2008).

2.1.5. Teorias da personalidade

As teorias da personalidade estão entre as primeiras fontes de explicação para o comportamento sexual agressivo. Estas teorias surgiram na obra de Sigmund Freud (1962), onde o autor defende que o desvio sexual é uma expressão dos problemas não resolvidos experienciados durante os primeiros estágios de desenvolvimento de um indivíduo. Apesar das teorias da personalidade de Freud ficarem em desuso por falta de

⁷ A literatura define pornografia sexualmente violenta como a pornografia na qual as mulheres são retratadas em situações humilhantes ou degradantes e são vítimas de interações sexuais forçadas ou coagidas (Marshall, 1988).

evidência empírica, surgiram diversos autores que defendem que os traumas ou maus tratos durante a infância podem levar uma criança a interiorizar atitudes negativas e crenças sobre as relações interpessoais, não desenvolvendo as habilidades sociais e a autoconfiança necessárias para estabelecer relações íntimas e eficazes com os outros (Bowlby, 1988; Faupel, 2015; Leguizamo, 2002; Marshall, 1989). Seidman, Marshall, Hudson e Robertson (1994) desenvolveram dois estudos que procuravam observar os problemas de intimidade e a experiência da solidão nos agressores sexuais. Os resultados demonstraram que os agressores sexuais têm défices nas suas habilidades sociais que diminuem a possibilidade de estabelecerem relações íntimas (*ibidem*). Esta falha gera frustração que os faz procurar intimidade com parceiros jovens (Marshall, 1989; Marshall & Marshall, 2000; Ward et al., 1995).

As teorias da personalidade demonstram que os agressores sexuais têm poucas habilidades sociais e problemas de intimidade que se relacionam com a existência experiências negativas na infância e que provocam o comportamento sexual agressivo. Todavia, a principal crítica destas teorias prende-se com o facto de não conseguirem explicar o porquê de existirem perturbações nas personalidades dos criminosos e, por outro lado, muitos dos estudos naos ao considerados fiáveis, uma vez que utilizam instrumentos que foram desenvolvidos e adaptados a indivíduos da população geral (Faupel, 2015; Stinson et al., 2008).

2.2. Modelos teóricos da agressão sexual

Segundo as perspetivas apresentadas, os agressores distinguem-se dos indivíduos normativos porque, no caso dos primeiros, ocorreu alguma interação com o que o rodeava, o que originou um desenvolvimento de condutas e comportamentos antissociais. No entanto, estas perspetivas não explicam em que medida é que os agressores sexuais se distinguem dos restantes agressores, uma vez que tendem a explicar os comportamentos delinquentes atendendo a diversos fatores subjacentes (e.g., fatores biológicos, desenvolvimentais, centrados na aprendizagem, fatores situacionais, sociais, psicanalíticos).

Porém, para se compreender melhor a agressão sexual e os agressores sexuais, estes deverão ser estudados no seu todo, através de uma abordagem que tenha em conta vários fatores e não apenas considerando alguns aspetos, como acontece nas perspetivas teóricas apresentadas anteriormente. Neste sentido, surgem os modelos teóricos explicativos da agressão sexual, que serão apresentados de seguida.

2.2.1. Modelo das Quatro pré-condições de Finkelhor (1984)

O modelo proposto por Finkelhor (1984) foi o primeiro modelo multifatorial para explicar o abuso sexual de crianças. O autor defende a existência de quatro pré-condições para que ocorra o abuso sexual: motivação para o envolvimento sexual com uma criança (decorrente de crenças e atitudes do sujeito e pela sua incapacidade em satisfazer as suas necessidades sexuais de forma socialmente aceitável), superação das inibições internas que impedem que atue no sentido de concretizar essa motivação (e.g., através do abuso de álcool/drogas), superação das inibições externas (e.g., manipulando o ambiente e as pessoas), e, por último, superação da resistência da criança ao abuso (através de estratégias de manipulação, sedução, ameaça e dessensibilização) (Finkelhor 1986). Para a explicação destas pré-condições contribuem quatro fatores: a congruência emocional entre a personalidade do agressor (baixa autoestima, imaturidade, necessidade de domínio, narcisismo) e o estágio de desenvolvimento da criança, assumindo que o agressor possui carências emocionais infantis que são satisfeitas no contexto das relações com crianças (Fávero, 2003; Howitt, 2009); o segundo fator é relativo à atração sexual por crianças, que segundo o autor, pode ser resultado da própria vitimação do agressor na infância, pela aprendizagem por modelação de que os adultos obtêm satisfação nas relações sexuais com crianças e, em alguns casos, pode ser determinada por questões biológicas genéticas ou de origem hormonal; um outro fator diz respeito às dificuldades no relacionamento com outros adultos, associadas ao déficit de competências sociais; e, por fim, o quarto fator diz respeito à desinibição relativamente às normas referentes às relações sexuais com crianças, que gera uma incapacidade de controlar a atração sexual pelas mesmas, e que pode ser influenciada pelo abuso de álcool ou de drogas, por condições psicopatológicas ou pela vivência numa subcultura caracterizada pela tolerância face a este tipo de relações ou pelo isolamento social (Fávero, 2003; Finkelhor, 1984; Howitt, 2009).

O autor deste modelo defende que os diferentes tipos de abusadores sexuais de crianças se distinguem pela existência de motivações e necessidades psicológicas diferentes que se irão traduzir em padrões de agressões sexuais diferentes (Burgess, Commons, Safarik, Looper, & Ross, 2007). Neste sentido, poder-se-á separar os agressores sexuais de acordo com a sua motivação permitindo, desta forma, adequar a intervenção a cada um dos tipos a que pertencem (Burgess, et al., 2007).

Este modelo foi a primeira perspetiva teórica explicativa do abuso sexual de crianças, inserindo inovações relativamente à avaliação e a planos de intervenção adequados ao nível sociocultural e risco de reincidência de cada agressor, abordando pela primeira vez o papel da cognição como componente importante para a explicação

deste comportamento (Howitt, 2009; Finkelhor, 1984). No entanto, este modelo tem algumas limitações, nomeadamente: o facto de carecer de suporte empírico; o facto de se basear num conjunto de teorias psicológicas diferentes (e.g., psicanálise, aprendizagem social e teorias atribucionais), existindo uma certa sobreposição e imprecisão ao nível dos diferentes constructos utilizados (Ward & Hudson, 2001); e, por último, o facto de considerar que as motivações já se encontram presentes, não explicando qual a origem das mesmas e nem como é que todo o processo da interação dos quatro fatores ocorre (Abel et al., 1984; Howitt, 2009; Ward & Hudson, 2001).

2.2.2. Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner (1984)

Este modelo baseia-se na teoria da aprendizagem social e defende que, pelo desenvolvimento normal, os rapazes aprendem a inibir a excitação sexual inadequada, no entanto, alguns sujeitos mantêm fantasias sobre situações e estímulos considerados desviantes e, por algum motivo, falharam a aprendizagem da inibição da excitação desenvolvendo, comportamentos e pensamentos sexuais desadequados. Segundo os autores, no final da adolescência, os jovens apercebem-se que têm preferências sexuais desviantes, e para lidarem com isso, desenvolvem as suas próprias crenças – isto é, distorções cognitivas –, reforçadas através da masturbação. Para os autores, as distorções cognitivas são processos internos que podem ser justificações, percepções e julgamentos usados como racionalização do comportamento que têm como objetivo proteger a autoimagem que o individuo detém. Estas distorções cognitivas são facilitadoras dos comportamentos abusivos e, com o tempo, vão-se tornando cada vez mais enraizadas (Abel et al., 1984).

O presente modelo foi muito importante, uma vez que despoletou o interesse dos investigadores para daí em diante investigarem as distorções cognitivas, pois era o único que explicava as distorções cognitivas específicas dos abusadores sexuais e crianças. Porém, não clarificou quais os mecanismos envolvidos no desenvolvimento das distorções cognitivas nem como o processo ocorre (Abel et al., 1984).

2.2.3. Modelo de Compreensão da Agressão Sexual de Marshall e Barbaree (1990)

Este é um dos modelos melhor desenvolvidos e mais influentes no contexto da agressão sexual. É um modelo multifatorial procura explicar o comportamento sexual agressivo, baseando-se na teoria da aprendizagem social e na influência dos fatores biológicos, psicológicos, sociais (Marshall & Barbaree, 1990).

No decurso do processo de socialização, as crianças aprendem a inibir condutas agressivas, a controlar os impulsos e a compreender as normas do comportamento

sexual, permitindo-lhes desenvolver competências sociais e de relacionamento interpessoal adequadas. Porém, certos indivíduos falham nesta aprendizagem tendo, por isso, uma maior probabilidade de possuir modelos internos disfuncionais relativamente à sexualidade e à agressão, em virtude de um conjunto de fenómenos desenvolvimentais (e.g., estilo educativo inadequado, vitimação física, psicológica e/ou sexual, exposição a violência e o estilo de vinculação com o prestador de cuidados) que advêm de experiências adversas vividas na infância que aumentam o risco de violência sexual. Estas vivências, e as suas consequências, serão cruciais na passagem da infância para a adolescência, altura em que se dá o desenvolvimento de *scripts* sexuais, de crenças e atitudes face ao que é ou não adequado quanto à sexualidade (Marshall & Barbaree, 1990; Ward, Polaschek & Beech, 2006).

Relativamente às influências genéticas, nomeadamente às vias neuronais da agressão e do comportamento sexual, ambos os comportamentos têm uma etiologia em comum, ao nível de estruturas cerebrais como o hipotálamo, amígdala e corpo estriado e que confluem em experiências análogas (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall & Marshall, 2000; Mezquita, 2007).

Neste sentido, uma vinculação insegura na infância pode originar falhas na aprendizagem de normais do comportamento sexual, despoletando uma baixa autoestima, défices de empatia, dificuldades relacionais e das estratégias de *coping* e uma maior probabilidade de ocorrência de comportamentos e pensamentos sexuais desviantes. A combinação destes fatores com as mudanças características da adolescência aumenta a probabilidade da ocorrência de comportamentos sexuais agressivos. Na passagem para a idade adulta, os défices de competências sociais e as dificuldades para manter relacionamentos com os outros fazem emergir sentimentos de rejeição e de inadequação, levando a uma maior agressividade e fantasias sexuais desviantes (Marshall & Barbaree, 1990). No caso dos abusadores sexuais de crianças, estes podem perspetivar o relacionamento com as crianças mais seguro, com menos probabilidade de rejeição e um meio de libertação da tensão sexual e de aumento de poder e controlo (Marshall & Barbaree, 1990; Marshall & Serran, 2000).

Este modelo representa um avanço na explicação das agressões sexuais, uma vez que se foca nas vulnerabilidades e necessidades psicológicas do agressor, alertando para uma natural interação entre os diferentes fatores e identificando novas áreas que devem ser tidas em conta nos planos de intervenção (e.g., autoestima, estratégias de *coping*, défices ao nível da intimidade) (Ireland & Worthington, 2009). No entanto, nesta teoria não se verifica a distinção dos aspetos que permitem diferenciar os agressores sexuais de outros criminosos, nem dos fatores associados aos diferentes crimes sexuais (Ireland & Worthington, 2009). Por outro lado, este modelo também não aborda os

processos nas situações em que o comportamento sexual agressivo se manifesta apenas na idade adulta (Ward, 1999). Por fim, surge uma última crítica a este modelo feita por Ward, Polaschek e Beech (2006). Segundo estes autores, o facto das estruturas cerebrais serem comuns não implica que a agressividade e a sexualidade desencadeiem experiências similares, uma vez que podem ser diferentemente desencadeados e darem origem a respostas díspares (*ibidem*).

2.2.4. Modelo Quadripartido de Hall e Hirschman (1992)

Este modelo desenvolvido por Hall e Hirschman (1992) foi obtendo um maior reconhecimento com a sua adaptação para as situações de abuso sexual de crianças. De acordo com os autores, a existência e a interação de quatro fatores aumentam a probabilidade de ocorrência do comportamento sexual agressivo. São eles: a ativação fisiológica sexual inadequada, as distorções cognitivas, o descontrolo afetivo, e as perturbações de personalidade (Hall & Hirschman, 1991; Ward & Beech, 2006). Os três primeiros fatores dizem respeito a características que dependem de fatores situacionais (fator estado), no entanto, o quarto fator (perturbações de personalidade) é uma característica estável ao longo do tempo (fator traço) e, ao ser impulsionada em determinados contextos, pode desencadear os três outros fatores (Ward & Beech, 2006). Porém, para além dos elencados fatores, o comportamento sexual agressivo pode também ser influenciado pela cultura, uma vez que, se este comportamento não for entendido como errado, não existe então razão para o controlar. De acordo com este modelo, em cada individuo há um fator que se sobressai e que é primordial no seu comportamento sexual agressivo, dando assim origem a diferentes categorias de abusadores sexuais: preferenciais, situacionais e incestuosos (Ward & Beech, 2006).

Com este modelo houve um contributo significativo para a compreensão das agressões sexuais, ao incluir a influência de fatores clínicos e de défices psicológicos e ao elaborar uma categorização dos agressores sexuais, alertando para a heterogeneidade destes agressores que deve ser tida em conta nos planos de intervenção com os mesmos (Beech & Ward, 2004; Ward & Sorbello, 2003). Porém, este modelo também apresenta algumas limitações, nomeadamente, ao considerar que a presença de apenas um fator, sem mais nenhum dos outros, pode contribuir para diferentes tipos de agressores sexuais, não sendo assim uma verdadeira teoria multifatorial que pressupõe que para uma certa forma de comportamento existem vários fatores que o determinam. Por outro lado, existe uma falta de clareza ao nível dos constructos abordados e uma certa inconsistência teórica (nomeadamente na diferenciação entre fator traço e fator estado) assim como na explicitação de como os componentes se potenciam e combinam entre si (Ward et al., 2006).

2.2.5. Modelo de Autorregulação de Ward e Hudson (1998)

O modelo de autorregulação de Ward e Hudson (1998) baseia-se em 4 precursores do comportamento sexual ofensivo, que são influenciados pelos estados de emoções negativas, pelos objetivos não aceites socialmente ou, ainda, pela autorregulação associada a estados emocionais positivos. Estes precursores são o stress, as crenças e distorções cognitivas, os défices de competências sociais e de relacionamento íntimo (problemas e desvios sexuais) e o descontrolo emocional. O stress está associado à violência sexual, uma vez que o ofensor tem défices ao nível das competências para lidar com o mesmo de forma adequada. As crenças e as distorções cognitivas relacionam-se com a forma como os indivíduos veem o mundo e se veem a eles próprios (autoimagem), com o afeto dominante e com as motivações internas para cometerem a ofensa (crescente rigidez de princípios que o ofensor exhibe). Os principais problemas deste tipo de agressores são os défices de regulação emocional e as estratégias de *coping* inadequadas que estes foram aprendendo ao longo da vida (Buschman & Van Beek, 2003; Ward & Hudson, 1998). As crenças e distorções cognitivas são, assim, inseridas na perspetiva teórica da cognição social. Elas são vistas como o produto de esquemas ou teorias implícitas que os agressores utilizam para se organizarem e darem sentido ao mundo social que os rodeia, assim como ao seu comportamento sexual ofensivo. Os défices de competências sociais e de relacionamento íntimo são característicos dos agressores sexuais e advêm, muitas vezes, destes indivíduos terem um desenvolvimento pautado por uma vinculação insegura, podendo levar a desvios sexuais. Por último, o descontrolo emocional depende de processos internos e externos que permitem ao indivíduo atingir os seus objetivos. Assim, para que se consiga uma regulação emocional, é necessário haver monitorização, avaliação, seleção e modificação do comportamento, com vista a se atingir os objetivos estabelecidos (Ward & Hudson, 1998).

Este modelo explica de forma mais coerente as origens das crenças desadequadas, por oposição ao modelo de Abel et al. (1984). Porém, também revela algumas inconsistências, nomeadamente, o facto de definir as crenças como inconscientes (e.g., os agressores sexuais cuja vítima é extrafamiliar, caso tenham um maior número de histórias de agressões sexuais apresentam teorias implícitas mais perseverantes da agressão sexual do que aqueles que têm um menor número de histórias de agressões sexuais ou em que as vítimas são intrafamiliares) (Gannon, Ward, & Collie, 2007).

2.2.6. Modelo das Trajetórias de Ward e Siegert (2002)

Este modelo foca-se na existência de fatores situacionais que interagem com fatores biológicos e psicológicos, defendendo que a agressão sexual pode ser explicada por cinco trajetórias independentes (Ward & Siegert, 2002). Assim, a 1ª trajetória diz respeito aos défices nas competências sociais e de intimidade, originados por vinculações inseguras durante a infância e que dificultam o estabelecimento de relações, a de gestão de emoções e o desenvolvimento de sentimentos de solidão e isolamento. Assim, o indivíduo adere ao comportamento sexual agressivo com vista a responder aos sentimentos de solidão, rejeição e isolamento que tem. A 2ª trajetória é constituída pelos *scripts* sexuais. Estes relacionam-se com a interpretação de pistas sociais, orientando o comportamento social dos indivíduos. Alguns indivíduos possuem distorções nos *scripts* sociais, o que origina leituras erradas das pistas sociais, manifestando interesse e procura de parceiros sexuais inadequados, práticas sexuais ou contextos desadequados. Já a 3ª trajetória diz respeito à desregulação emocional. Estes indivíduos demonstram dificuldades em identificar as emoções e défices no uso de estratégias de *coping* quando se encontram em situações de ansiedade, estados emocionais negativos ou stressantes. Assim, a agressão sexual é uma forma de lidar com estas situações de estados emocionais negativos. A 4ª trajetória refere-se às distorções cognitivas. Estas surgem de um conjunto de esquemas desadaptativos sustentados pelos agressores sexuais e englobam as crenças de que: a) as crianças disfrutam da atividade sexual com adultos; b) ausência de dano sofrido pelo menor em consequência do abuso; c) crenças de que possuem necessidades sexuais e têm o direito de satisfazê-las; d) o descontrolo é causa de fatores externos; e) as crianças não são tão perigosas como os adultos, procurando obter nelas a segurança e confiança que procuram. Por fim, a 5ª trajetória diz respeito aos mecanismos disfuncionais múltiplos, verificando-se os *scripts* sexuais desviantes, a desregulação emocional e os défices nas competências sociais e de intimidade. Neste grupo encontram-se os indivíduos com parafilias (Ward & Siegert, 2002).

Este modelo não tem uma base probatória substancial, uma vez que os dados que suportam os seus princípios vieram de outras áreas da psicologia, sendo certo que há poucos dados que provenham das investigações realizadas sobre agressores sexuais (Simon, 1997a, 1997b, 2002). Por outro lado, não foi encontrada nenhuma justificação empírica para agrupar os agressores sexuais em categorias separadas, uma vez que algumas pesquisas sugerem que os sujeitos das cinco categorias compartilham muitas características, não sendo por isso características exclusivas de apenas uma categoria (*ibidem*). Por outro lado, este modelo depende fortemente de crenças e distorções cognitivas, no entanto, os autores não explicam totalmente como um sujeito

passa de um pensamento a um comportamento e deixam também por explicar a origem da excitação sexual desviante (Stinson et al., 2008).

Este modelo tem vindo a ser revisto e aperfeiçoado e em alternativa à existência de mecanismos disfuncionais tem sido proposta uma divisão das funções psicológicas em três sistemas neurológicos: sistema motivacional (onde se incluem as necessidades emocionais), sistema de seleção e ação (que permitem a seleção dos comportamentos necessários para concretizar os objetivos) e sistema perceptivo e mnésico (responsável pelo processamento e retenção da informação). Estes sistemas são influenciados pela interação entre as aprendizagens sociais e as predisposições biológicas, sendo que em determinadas situações se associam diferentes quadros de sintomatologia clínica. No entanto, a forma como o comportamento sexual agressivo é gerado por estes mecanismos disfuncionais ainda está pouco clarificada (Ward et al., 2006).

2.2.7. Teoria integrada da agressão sexual (Ward & Beech, 2006)

Estes autores, tal como os antecessores Finkelhor (1984) e Marshall e Barbaree (1990), tentam unificar tudo o que se sabe sobre os agressores sexuais e as causas dos seus comportamentos numa única teoria (Ward & Beech, 2006). Neste sentido, Ward e Beech (2006) identificam três fatores que pela sua interação continuada explicam a ocorrência da agressão sexual, são eles: os fatores biológicos (e.g., herança genética e desenvolvimento do cérebro), fatores ecológicos (e.g., ambiente social, ambiente físico, cultura, circunstâncias pessoais) e fatores neuropsicológicos. Para os autores, tanto a predisposição genética como a aprendizagem social têm um papel fundamental no desenvolvimento neurológico originando três sistemas neuropsicológicos interligados entre si: o sistema motivacional/emocional, o sistema de controlo/ação e o sistema de percepção/memória. Estes três sistemas interagem, dando origem aos sinais – os chamados fatores estado – que são, normalmente, evidenciados nos agressores sexuais (e.g., interesse/excitação sexual desviante, pensamentos intrusivos de foro sexual, estados emocionais negativos/positivos, défices na interação social) e que levam ao cometimento da agressão sexual. São as consequências destes comportamentos que mantêm este ciclo de acontecimentos, uma vez que, através do seu impacto (no ambiente e a nível psicológico), vão reforçando as vulnerabilidades dos agressores sexuais (e.g., ao reduzir estados emocionais negativos a agressão sexual pode reforçar negativamente as estratégias de regulação emocional utilizadas pelo agressor, aumentando assim a probabilidade de ocorrerem agressões sexuais futuras. Por outro lado, se da agressão sexual resultar uma melhoria do estado emocional, então estará a funcionar como um mecanismo de reforço positivo). Do ponto de vista desta teoria, o natural desenvolvimento do cérebro da aprendizagem social, fatores biológicos e

ecológicos podem levar a mudanças no funcionamento neuropsicológico, que criam vulnerabilidades psicológicas nos indivíduos e que levam diretamente a um comportamento de agressão sexual. Este comportamento pode ser mantido e, assim, aumentar, levando à perpetração de crimes sexuais (Ward & Beech, 2006).

A teoria integrada da agressão sexual representa uma conquista significativa na explicação etiológica da agressão sexual, devido à inclusão das diversas variáveis e fatores que levam ao crime, bem como à sua capacidade de explicar inúmeros tipos de crimes sexuais. No entanto, o que mais a distingue das teorias anteriores é o facto de explicar tanto a iniciação como a manutenção das agressões sexuais, que pode ser útil no tratamento dos agressores sexuais a diferentes níveis (prevenção, tratamento do agressor sexual e reintegração na comunidade) (Thakker & Ward, 2012).

2.2.8. Teoria da Autorregulação Multimodal de Stinson, Sales & Becker (2008)

Mais recentemente, Stinson, Sales e Becker (2008) desenvolveram um modelo para explicar a etiologia da agressão sexual que integra várias perspetivas psicológicas e considera os défices de autorregulação como uma variável fundamental no desenvolvimento de interesses e comportamentos sexualmente inapropriados. Segundo estes autores, os défices de autorregulação resultam de experiências negativas na infância dos sujeitos e concorrem para o desenvolvimento da excitação e do interesse sexual desviantes. Quando certas vulnerabilidades biológicas e temperamentais também estão presentes, o sujeito é incapaz de gerir o seu comportamento, podendo tornar-se um agressor sexual. Este modelo defende que a excitação sexual se liga a um estímulo desviante no início do desenvolvimento sexual através da tentativa mental em rotular a experiência de excitação sexual e da tentativa para associar uma fonte à excitação. Para isto acontecer, o sujeito teria de carecer de outras fontes para atingir os mesmos resultados, normalizando assim a experiência. De acordo com os autores, a gratificação sexual juntamente com a falta de ação corretiva ajuda a solidificar este interesse sexual desviante e, conseqüentemente, este comportamento desviante. Por outro lado, Stinson et al. (2008) sugerem também que as crenças cognitivas (e.g., direito dos homens controlarem as mulheres) e os traços de personalidade, (e.g., egocentrismo, a necessidade de emoções e sensações, impulsividade, irresponsabilidade) bem como alguns fatores externos (e.g., apoio por parte dos pais para a violência contra as mulheres) podem servir como mediadores no processo de desenvolvimento destes comportamentos sexuais desviantes.

Ainda não existem muitas pesquisas acerca da validade desta teoria, no entanto, não há suporte empírico para alguns dogmas da teoria, como por exemplo, as experiências negativas vivenciadas na infância, as distorções cognitivas e a falta de

controle emocional. Por outro lado, os interesses sexuais desviantes não são encontrados em todos os agressores sexuais, tornando-se difícil generalizar a teoria para a população dos agressores sexuais (Faupel, 2015).

2.3. Conclusão

As agressões sexuais são uma problemática social com um forte impacto, pelo que têm sido realizadas diversas investigações com o intuito de se conhecer a sua etiologia de forma a preveni-las e tratar os seus agentes. Neste sentido, é essencial conhecer a heterogeneidade dos agressores sexuais e o seu comportamento, com o objetivo de lhes proporcionar o tratamento mais adequado às suas necessidades e, conseqüentemente, o mais eficaz. Como várias investigações sugerem, o comportamento sexual desviante não é explicado apenas por um fator, mas antes pela interação entre vários (e.g., biológicos, psicológicos, socioculturais). Neste sentido, têm sido lançados vários modelos teóricos que procuram, através do estudo de determinados fatores, dar a conhecer a etiologia das agressões sexuais e as características dos seus agentes. Tendo em conta os modelos apresentados, podemos concluir que todos eles permitem analisar e compreender os comportamentos sexuais agressivos atendendo a determinados fatores, relevando assim a importância de cada um deles para a compreensão deste fenómeno. Assim, torna-se essencial que as investigações continuem no sentido de ser desenvolvido um modelo que atenda aos múltiplos fatores que concorrem para a explicação deste comportamento e à explicação da interação entre os mesmos e heterogeneidade dos agressores sexuais.

Vários estudos têm sido realizados que vão acrescentando outros contributos a estes modelos, nomeadamente, a presença de perturbações de personalidade, estilo de vinculação desenvolvido pelos agressores sexuais, alterações neurológicas e disfunções cerebrais, alterações cromossómicas, entre outros (Beech & Mitchell, 2005; Maia, Pombo, Monteiro & Fernandez, 2009; Mezquita, 2007; Silva, 2009; Smallbone & Dadds, 2000; Ward & Beech, 2006; Ward et al., 2006).

2.4. Tipologias de agressores sexuais

Os agressores sexuais são um grupo de delinquentes muito heterogéneo, não sendo por isso possível definir perfis de personalidade destes agressores (Vásquez, 2005). No entanto, existem características e semelhanças entre eles que permitem que os separe em diferentes tipologias (*ibidem*). Apesar destas tipologias não serem 100% satisfatórias, por um lado, devido à grande diversidade de características destes delinquentes não é possível formar tipologias estanques e, por outro porque dos dados que serviram para o estabelecimento das mesmas provirem dos agressores sexuais que

são manipuladores (González, Martínez, Leyton, Bardi, 2004), elas ajudam-nos a compreender melhor o ato que pretendemos estudar bem como o seu autor. Assim, com a divisão destes agressores por tipologias é possível identificar e caracterizar estes sujeitos permitindo, por um lado, prevenir e/ou intervir de forma mais adequada às suas características e, por outro, auxiliar investigação criminal (e.g., ao nível da identificação de um determinado sujeito e do seu comportamento sexual bem como na avaliação da reincidência futura nestes crimes) bem como ajudar a alojar estas populações de forma mais adequada nos estabelecimentos prisionais (Robertiello & Terry, 2007; Vieira, 2010).

De seguida, serão apresentadas as principais tipologias que foram surgindo ao longo do tempo para cada grupo de agressores sexuais, desenvolvendo-se principalmente aquelas que foram assumindo como mais promissoras neste âmbito.

2.4.1. Violadores

Ao longo do tempo, várias tipologias de violadores foram surgindo (Guttmacher & Weihofen, 1952; Kopp, 1962; Gebhard, John Gagnon & Wardell Pomeroy, 1965; Cohen, Seghorn & Calmas, 1969; Rada, 1978; Groth, 1979; Hazelwood, 1995), no entanto, atualmente é a tipologia preconizada por **Knight e Prentky** (1990) que é reconhecida como fiável e atualizada (Noguerol, 2010). Estes autores desenvolveram um modelo taxonómico denominado *Massachusetts Treatment Center: Rapist Typology 3 (MTC:R3)* e identificam quatro tipos gerais de violadores, ligados às seguintes motivações: a oportunidade, a cólera, a gratificação social e a vingança. Neste sentido, foram estabelecidas as tipologias de Violação Oportunista, Violação por Raiva, Violação Sexualizada e Violação Vingativa. Na Violação Oportunista, a conduta encontra-se controlada pelos fatores situacionais. Estes agressores são, normalmente, indivíduos impulsivos e predadores, com comportamentos antissociais. Os autores subdividem esta categoria em dois tipos de violadores, em função da maior ou menor competência social do agressor. Os violadores oportunistas com maior competência social (tipo 1), normalmente, mostram o seu comportamento impulsivo na idade adulta enquanto que os violadores oportunistas com menor competência social (tipo 2) mostram, normalmente, o seu comportamento impulsivo na adolescência. Relativamente aos Violadores por Raiva (tipo 3), estes indivíduos expressam, nos seus delitos sexuais, a sua raiva e agressividade, causando às suas vítimas danos físicos e um grande sofrimento, sendo assim a raiva e a agressividade as suas motivações primárias. Estes agressores têm, normalmente, um grande historial de comportamento agressivo antissocial. No que diz respeito à Violação Sexualizada, os autores defendem que estes agressores mostram uma preocupação permanente pelo sexo. Esta categoria também se subdivide em duas categorias, em função do facto da agressão sexual se encontrar sexualizada ou não, que

os autores definem como sádico ou não sádico. No caso do violador sexual sádico podem ser encontradas nestes indivíduos distorções provocadas pela fusão entre os aspetos sexuais e agressivos. Por sua vez, este tipo de violadores dividir-se-á em dois, de acordo com o facto de se as suas fantasias sexuais agressivas são diretamente expressas nos ataques e, neste caso, serão os violadores sexuais sádicos manifestos (tipo 4), ou se elas se mantêm apenas como fantasias, pertencendo então ao subtipo dos violadores sexuais sádicos latentes (tipo 5). No caso deste subtipo de violadores, a sua preocupação sexual estaria dominada pelas necessidades e/ou intensos sentimentos de inadequação. Este tipo de violador tal como o anterior divide-se em dois, em função da alta (tipo 6) ou baixa competência social (tipo 7) do indivíduo. Por fim, quanto ao Violador Vingativo, a sua principal motivação é a raiva em relação às mulheres, tentando por isso provocar danos físicos, degradar, denegrir e humilhar as vítimas através dos seus comportamentos. Os autores subdividem esta categoria em duas outras, conforme as competências ou habilidades sociais (tipos 8 e 9). De acordo com este modelo, encontramos assim novos tipos de violadores distintos, que se agrupam em quatro tipos gerais de violadores, estabelecidos de acordo com a sua motivação. Como se pode observar, apesar das distintas tipologias definidas, existem entre elas muitas semelhanças (Knight e Prentky,1990; Martín & Vozmediano, 2014, Prentky & Burgess, 2000).

2.4.2. Abusadores sexuais de crianças

Em relação às tipologias dos abusadores sexuais de crianças, **Groth** (1979), através do nível de força utilizado pelo agressor distinguiu duas categorias principais: o Atentado ao Pudor e a Violação. No atentado ao pudor, o agressor, através da sedução ou persuasão, consegue o que deseja da criança, utilizando frequentemente a manipulação emocional e verbal. O autor subdivide esta categoria em dois subtipos: o abusador sexual de crianças por fixação, relacionado com a preferência sexual por crianças e o abusador sexual de crianças por regressão, onde o interesse nas crianças só surge na idade adulta e a agressão sexual é entendida como uma quebra temporária devido a falhas de alguma ordem (e.g., afetivas, sociais, sexuais). Já os indivíduos inseridos na categoria da violação, estes usam as ameaças, a intimidação e a força física, sendo a criança o recetor da sua hostilidade, exploração, humilhação e do desejo de dominação e submissão, existindo raras vezes relação com a criança (*ibidem*).

Uma outra divisão muito comum no caso dos abusadores sexuais de crianças é baseada na relação que existe entre o abusador e a criança, dando origem a duas categorias: abusador sexual intrafamiliar ou abusador sexual intrafamiliar. O abuso sexual intrafamiliar diz respeito a qualquer tipo de propósito sexual que envolva uma criança que

seja elemento da família do agressor, enquanto que o abuso sexual extrafamiliar corresponde a qualquer tipo de propósito sexual que envolve uma criança que não seja da família do agressor (Sequeira, 2013). Esta tipologia é das que tem demonstrado uma maior utilidade, pois tem em consideração a variabilidade existente no caso do abuso sexual de crianças (Camillieri & Quinsey, 2008).

Relativamente ao **abuso sexual intrafamiliar**, este é considerado o com maior prevalência pela maioria dos autores (Baptista, França, Costa, & Brito, 2008; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero, & Vásquez, 2009; Quadara, Nagy, Higgins & Siegel, 2015; Smallbone & Wortley, 2001). Como normalmente as crianças nutrem algum sentimento pelo agressor, por um lado, as consequências acabam por ser mais nefastas do que nos casos em que a agressão sexual é cometida por um estranho (Stroebel, O'Keefe, Beard, Kuo, Swindell & Kommor, 2012) e, por outro, torna-se mais difícil revelar o crime, ajudando à sua repetição (Quadara et al., 2015; Habigzang et al., 2005; Sequeira, 2013; Seto, Babchishin, Pullman, & McPhail, 2015a). Segundo Machado (2003) os abusadores intrafamiliares cometem o crime por conveniência, devido ao fácil acesso à criança e vulnerabilidade da mesma. Quanto às vítimas, vários estudos sugerem que são maioritariamente raparigas e a idade preferencial ronda os 7/8 anos (Baptista et al., 2008; Habigzang et al., 2005; Pereira, 2007; Quadara et al., 2015; Romero, 2007; Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar & López-Soler, 2011; Seto et al., 2015a; Smallbone & Wortley, 2001; Taveira, Frazão, Dias, Matos, & Magalhães, 2009). Quanto aos abusadores, estes tendem a ser casados ou a viver em união de facto (Seto et al., 2015), podem pertencer a qualquer classe económica, possuem um coeficiente de inteligência normativo (Quinsey e Lalumière, 2001) e apenas 4% apresenta doença mental severa (Habigzang et al., 2005; Becker, 1994). Estes agressores recorrem mais frequentemente às ameaças do que à força física (Rice & Harris, 2002; Taveira et al., 2009) e os atos mais praticados neste tipo de abusos são o tocar o corpo da criança (39%), a penetração vaginal (28,6%) e a penetração anal (24,7%) (Habigzang et al., 2005). Estes abusadores são, na maioria das vezes, o pai (Furlan, Tank, Schnell, & Cyrino, 2011; Romero, 2007) o padrasto (Milner, 1998) ou os irmãos da criança (Furlan et al., 2011; Morrill, 2014; Quadara et al., 2015; Stathopoulos, 2012).

Relativamente ao **abuso sexual extrafamiliar**, este é menos frequente que o intrafamiliar e apenas 14% das crianças desconhecem por completo o seu abusador (Bolen, 2002; Finkelhor, 2009). Embora atualmente exista o recurso à internet para procurar potenciais vítimas (Seto et al., 2015a), a estratégia mais utilizada por estes agressores consiste em se tornar amigo dos pais ou cuidadores da criança e dar-lhe muita atenção, com o objetivo que esta consinta o abuso (Smallbone & Wortley, 2001).

Estes agressores são, na maioria, homossexuais ou bissexuais (Seto et al., 2015a; Smallbone & Wortley, 2001), e tendem a vitimizar mais frequentemente rapazes (Quadara et al., 2015; Sánchez-Meca et al., 2011) e crianças mais velhas do que os intrafamiliares (por volta dos 11/12 anos) (Sánchez-Meca et al., 2011; Sequeira, 2013; Seto et al., 2015a; Taveira et al., 2009), recorrendo, por isso, mais frequentemente à violência (Taveira, 2009). Estes agressores são, normalmente, também mais novos, tendem a começar a abusar sexualmente mais cedo de crianças e têm uma menor tendência a serem casados ou viver em união de facto (Seto et al., 2015a). Relativamente às características do abuso, este tem tendência a ser mais intrusivo, com uma menor duração (Quadara et al., 2015; Seto et al., 2015a; Taveira, 2009) mas com mais vítimas (Looney, 2007; Seto et al., 2015a).

2.4.3. Pedófilos

Inúmeras vezes os conceitos de abuso sexual de crianças e pedofilia são aplicados de forma indiscriminada, prejudicando uma compreensão de ambos, uma vez que são sujeitos que possuem motivações para o crime e características psicológicas bastante distintas (Carlstedt, 2012; Libório & Castro, 2010; Thomas, Phillips, Carlson, Shieh, Kirkwood, Cabage & Worley, 2013).

O termo pedofilia é um conceito clínico que diz respeito a uma parafilia⁸ que se caracteriza pelo interesse sexual predominante ou exclusivo por crianças pré-púberes (geralmente com 13 anos ou menos), demonstrado por um indivíduo adulto, tratando-se a criança do seu meio preferido ou único de excitação e obtenção de satisfação sexual (American Psychiatric Association, 2013; Camilleri & Quinsey, 2008; Machado, 2003). No entanto, a pedofilia não é, por si, considerada crime, incorrendo apenas em crime quem colocar em prática esses atos (Silva, Pinto & Milani, 2013). Alguns pedófilos são capazes de controlar os seus desejos sexuais e nunca passam à prática, satisfazendo-se através da pornografia e de fantasias (Casoy, 2004; Machado, 2003, Sanderson, 2005; Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009; Seto, 2008). Alguns autores (Serafim, et al., 2009) acreditam que é mais provável que os pedófilos ponham em prática as suas fantasias quando são expostos a situações de grande stress que lhes provoquem uma grande pressão psicológica.

Os vários estudos que se desenvolveram acerca da pedofilia demonstraram que

⁸ Segundo o DSM-5, parafilia representa qualquer interesse sexual intenso e persistente que não aquele voltado para a estimulação genital ou para carícias preliminares com parceiros humanos que consentem e apresentam fenótipo normal e maturidade física. Existem várias parafilias, nomeadamente, o exibicionismo, o fetichismo, o frotteurismo, o masoquismo, o sadismo, o voyeurismo, o travestismo e a pedofilia.

esta é uma condição crónica com início, normalmente, na adolescência e persistente para o resto da vida, sendo mais frequente em homens do que em mulheres (Studer & Aylwin, 2006; Devoto & Aravena, 2003) que tenham uma idade compreendida entre os 40 e os 70 anos (Dickey, Nussbaum, Chevolleau & Davidson, 2002), podendo ter qualquer orientação sexual (heterossexuais, homossexuais ou bissexuais) (Murray, 2000). Cerca de 50% dos pedófilos apresentam outras parafilias associadas, tais como o exibicionismo, o voyeurismo ou o sadismo (Cohen, 2002).

De acordo com alguns estudos, os pedófilos, na sua maioria, foram crianças isoladas, inteligentes, sensíveis, com uma boa infância, no entanto, saíram dela de forma traumatizada, perdendo a confiança nos pais. Não quer isto dizer que foram alvo de violência sexual, podendo também terem sido objeto de pressões sedutoras por parte dos pais (Masi, 1998). Por esta razão, os pedófilos refugiam-se num mundo sexualizado que associado à falta de habilidade social, irá manter a evolução para a pedofilia (Chasequet-Smirgel, 1985; Masi, 1998). Em termos comportamentais, na sua maioria, os pedófilos não são violentos, utilizam a manipulação e a progressiva dessensibilização (e.g., mostrar pornografia infantil) para ter mais confiança com a criança (Stone, Winslade & Klugman, 2000; Hall & Hall, 2007). Quando confrontados com os seus atos, procuram minimizá-los, alegando serem atos com valor educativo ou que a criança foi provocativa e os encorajou (Stone et al., 2000; Hall & Hall, 2007).

Relativamente aos tipos de pedofilia, convém referir desde logo que a DSM-5 distingue a pedofilia do tipo exclusivo, quando os indivíduos se sentem atraídos unicamente por crianças e do tipo não exclusivo, quando os sujeitos também se sentem atraídos por adultos (American Psychiatric Association, 2013).

Já **William e Finkelhor** (1990) num estudo que levaram a cabo (com 118 pais abusadores sexuais) encontraram cinco tipos: os sexualmente preocupados (têm um interesse sexual obsessivo pelas suas filhas); os que regridem à adolescência (comportam-se como adolescentes e só se interessam pelas filhas quando estas estão na puberdade, o foco é a mudança corporal e, geralmente, antes de iniciarem a violência sexual, desenvolvem atração sexual e masturbam-se fantasiando com a criança); os que buscam um instrumento de autossatisfação (não se sentem sexualmente atraídos pelas filhas e quando as agridem pensam noutra pessoa, a sua motivação é apenas a autossatisfação e as filhas são meros objetos para a alcançar); os emocionalmente dependentes (são solitários, carentes, deprimidos e por se considerarem incompetentes voltam-se para as suas filhas, a motivação inicial é a proximidade e a amizade que se vai sexualizando) e os vingativos raivosos (agridem as filhas mais por raiva do que por desejo sexual, sendo mais propensos a violência sexual sádica) (*ibidem*).

De acordo com **Holmes e Holmes** (2002), apenas 2% a 10% dos indivíduos que

cometeram abusos sexuais de crianças são pedófilos. Neste sentido, estes autores distinguem os abusadores sexuais de crianças em dois tipos: os situacionais e os preferenciais. Os primeiros são aqueles que não preenchem os critérios de diagnóstico para a pedofilia e apresentam, normalmente, uma inteligência abaixo da média, provêm de uma classe socioeconômica baixa, possuem comportamentos criminais variados, recorrem muitas vezes à pornografia para dar resposta às suas fantasias sexuais, têm comportamentos impulsivos e os seus crimes são espontâneos ou planeados conforme a sua disponibilidade, oportunidade e as ferramentas que possui para o levar a cabo (*ibidem*). Neste caso, quando o abusador passa da fantasia ao ato, ele experimenta o prazer não tanto pelo sexo mas sim pelo sofrimento da vítima. Relativamente aos pedófilos, estes são chamados de abusadores preferenciais e possuem, regra geral, uma inteligência acima da média, comportamentos criminais focados, um comportamento compulsivo com padrões de comportamentais ritualizados e têm em conta as suas necessidades, recorrem a pornografia temática e orientam os seus comportamentos para a fantasia em si (*ibidem*).

Sanderson (2005) classifica os pedófilos em duas categorias: os predadores e os não predadores. Os predadores são os menos comuns, mas são os que mais inquietam a sociedade, dado que os seus crimes envolvem, normalmente, raptos, violações e morte das crianças. Estes crimes são a expressão da raiva e hostilidade através de atos sexuais. Tem lugar a ameaça e não têm em conta o sofrimento da criança, sendo o abuso revestido com uma natureza sádica e agressiva. No entanto, a maioria dos pedófilos é não predadora e destes, 87% são conhecidos da criança. Wyre (1987) propõe cinco subtipos dentro desta última categoria, são eles: regressivo (devido a uma experiência de stress regridem para o abuso sexual de crianças), compulsivo (corresponde à maior categoria de pedófilos e não entende o abuso como um ato reprovável mas antes como um ato natural, acreditando que as crianças gostam de sexo), parapedófilo (é motivado pelo tédio e pela necessidade de experimentar novos estímulos para obter satisfação), inadequado (tem problemas em lidar com a sexualidade e não é capaz de criar relacionamentos, possuindo muitas vezes deficiências mentais, vê as crianças como ameaçadoras) e inadequado compulsivo (não possui habilidades interpessoais para criar relacionamentos, recorrendo a crianças muito pequenas para não entenderem o que se passa ou à prostituição infantil).

Também **Serafim et al.** (2009) distinguiram dois tipos de pedófilos: os pedófilos abusadores e os pedófilos molestadores. O pedófilo abusador é um indivíduo imaturo com tendência a utilizar pornografia infantil, e que sabe que pode obter com crianças níveis de satisfação sexual que não obtém de outra forma. Tem um comportamento menos invasivo, privilegiando o uso de carícias e agindo pouquíssimas vezes com

violência. Quanto aos pedófilos molestadores subdividem-se em dois subtipos: os pedófilos molestadores situacionais e os pedófilos molestadores preferenciais e cada um destes subtipos subdivide-se noutras categorias. Assim, no caso nos pedófilos molestadores situacionais, temos os pseudopedófilos (a criança não é o objeto central na fantasia)⁹. Relativamente aos pedófilos preferenciais¹⁰, incluem-se nesta categoria os indivíduos em que a gratificação sexual só será alcançada se a vítima for uma criança. Este grupo tem um comportamento sexual compulsivo, orientado pelas suas fantasias e marcado pela violência extrema (*ibidem*).

2.5. Fatores de risco e fatores protetores

Os agressores sexuais constituem um desafio para os investigadores devido à complexidade de fatores de risco que possuem. Várias investigações têm surgido com o objetivo de ir desvendando os fatores de risco destes agressores uma vez que através do seu conhecimento, torna-se possível identificar as necessidades sobre as quais é necessário intervir para prevenir a reincidência dos indivíduos neste tipo de crimes (Andrews & Wormith, 1984; McLaughlin & Muncie, 2001).

Os fatores de risco dizem respeito a características dos indivíduos e às circunstâncias que estão associadas ao aumento da probabilidade de praticar um crime no futuro e, quanto mais fatores de risco existirem, maior é a probabilidade de se desenvolver um determinado comportamento (Andrews & Bonta, 2007; Kazdin, Kraemer, Kessler, Kupfer & Offord, 1997). Os fatores de risco podem ser dinâmicos – quando são possíveis de mudança ao longo do tempo que, conseqüentemente, provocaram alterações no comportamento – ou estáticos – aludem ao passado e não são passíveis de mudança (e.g., história criminal) (*ibidem*). As intervenções devem ser direcionadas para os fatores de risco dinâmicos, uma vez que são aqueles que se podem alterar, no entanto, os fatores de risco estáticos podem ser integrados no processo de intervenção com o agressor, constituindo-se como uma fonte de reflexão e explicação de alguns comportamentos e mecanismos de ação dos indivíduos (Gonçalves, 2004). Os fatores de risco devem, ainda, ser entendidos tendo em conta o contexto em que se verificam,

⁹ Dentro destes pseudopedófilos existem três tipos de agressores: os regredidos (indivíduos que em alturas de stress regridem a estágios anteriores de desenvolvimento e, para se sentirem seguros, passam a interagir com pessoas tão fragilizadas quanto eles e, por esse motivo, não atacam apenas crianças, mas qualquer grupo vulnerável (e.g., idosos, deficientes)), os inescrupulosos (são aqueles que abusam de quem está disponível para satisfazer as suas necessidades sexuais, e atacam as crianças apenas por estarem disponíveis, não sendo uma prioridade) e os inadequados (indivíduos que podem sofrer de um transtorno mental que os impossibilita de perceber a diferença entre o certo e o errado nas práticas sexuais) (*ibidem*).

¹⁰ Os pedófilos preferenciais podem ser de três tipos: sedutores, sádicos e introvertidos. Os sedutores são perigosos e, por norma, conquistam a criança, tornando-se íntimos dela e insinuando gradativamente assuntos sexuais. Os sádicos pretendem abusar da criança com o desejo de a magoar: a sua excitação sexual depende da violência utilizada. Por fim, o introvertido é, para os autores, um tipo de agressor que prefere as crianças mas não tem competências para as seduzir e, por isso, escolhe crianças desconhecidas e muito novas para não entenderem o que se está a passar, ou utiliza a prostituição infantil, a internet ou casa-se com uma mulher com filhos para assegurar a satisfação das suas necessidades (*ibidem*).

sendo que isoladamente podem não constituir um verdadeiro risco. Os fatores de risco podem ser de vários domínios, nomeadamente, individuais, familiares, grupos de pares, escola, na comunidade (Loeber & Farrington, 2000). De seguida serão apresentados os principais fatores de risco que foram sendo apresentados pelos diversos autores ao longo dos tempos.

Várias teorias criminológicas têm enfatizado o papel que a família tem na delinquência, demonstrando que as práticas parentais influenciam o grau com que os indivíduos se envolvem em comportamentos antissociais (Derzon, 2010; Hoeve, Dubas, Eichelsheim, Van der Laan, Smeenk & Gerris, 2009; Farrington & Welsh, 2003; Gottfredson & Hirschi, 1990; Sandler, Schoenfelder, Wolchik, & MacKinnon, 2011; Steinberg, 2001). No que diz respeito aos **fatores de risco familiares** em específico para o envolvimento dos indivíduos em crimes sexuais, vários estudos demonstraram a existência de uma relação entre o funcionamento familiar e a ocorrência de agressão sexual. Farrington (1990) nos seus estudos destacou a importância destes fatores. Para este autor, fatores de risco familiares como a pertença a uma família numerosa, baixos níveis de supervisão parental, estilos educativos inconsistentes, antecedentes psiquiátricos e criminais na família podem estar relacionados com a ocorrência da agressão sexual (*ibidem*). Também para outros autores a família numerosa foi considerada um fator de risco forte e altamente replicável de delinquência, nomeadamente aquelas que incidiam sobre as características dos pais (e.g., pais com antecedentes criminais), da parentalidade (e.g., fraca supervisão parental, estilos educativos inconsistentes, stress familiar) e privação económica (Brownfield & Sorenson, 1994; Ellis, 1988; Kolvin, Miller, Fleeting & Kolvin, 1988).

De acordo com Haapasalo e Pokela (1999) a falta de supervisão parental e uma disciplina severa, punitiva ou inconsistente estão associadas à ocorrência de agressão sexual, uma vez que, com modelos de educação autoritários ou demasiado permissivos, os indivíduos sentem indiferença e desinteresse dos seus pais e acabam por não desenvolver a responsabilidade e a sensibilidade social (Sprinthall & Collins, 1994).

Por outro lado, também os indivíduos que eram rejeitados pelos pais, que tinham pais pouco carinhosos e desinteressados têm uma maior probabilidade de virem a ser delinquentes (McCord, 1979; Lewis, Newson & Newson, 1982). O tratamento negativo pode gerar emoções negativas (e.g., raiva, frustração) levando ao desejo de vingança e aumento da violência. Assim, o comportamento de uma criança vai depender e ser influenciado pelos castigos e recompensas dos pais, assim como do que observa do comportamento destes últimos – de acordo teoria da aprendizagem social (McCord, 1979; Lewis et al., 1982; Patterson, 1982, 1995).

Alguns autores afirmam ainda que as crianças abusadas fisicamente,

sexualmente ou negligenciadas tendem a tornar-se agressores ao longo da vida (Gershoff, 2002; Gershoff, Lansford, Sexton, Davis-Kean, & Sameroff, 2012; Kim, Capaldi, Pears, Kerr & Owen, 2009; Loeber, Stouthamer-Loeber & Farrington, 2008; Hinshaw & Lee, 2003; Malinosky-Rummel & Hansen, 1993; Margolin, Vikerman, Ramos, Serrano, Gordis, Iturralde, Oliver, & Spies, 2009; Widom & Ames, 1994). Isto porque a existência de abuso infantil e os maus tratos na família é vista como um sinal de fraca qualidade dos cuidadores e de ambiente relacional problemático (Cicchetti, 2002; Cicchetti & Toth, 2005; Cicchetti & Valentino, 2006; Sherifali & Ciliska, 2006).

No que diz respeito aos **fatores de risco individuais** estes encontram-se divididos em duas partes: uma respeitante ao desenvolvimento cognitivo e outra que se refere ao nível psicossocial dos indivíduos.

No que diz respeito ao **desenvolvimento cognitivo** e rendimento escolar, vários estudos mostraram que fatores como quociente intelectual baixo, reduzida empatia e elevada impulsividade podem estar relacionados com a ocorrência da agressão sexual (Lipsey & Derzon, 1998). Isto porque um quociente intelectual baixo se encontra associado ao insucesso escolar que, conseqüentemente, pode levar ao fraco envolvimento e ao insucesso escolar, que podem, por sua vez, conduzir o indivíduo a abandonar precocemente a escola, o que pode culminar com a exclusão social. Grande parte dos jovens que abandonam a escola têm pais com baixos níveis de escolaridade, o que pode sugerir que estes jovens não têm acompanhamento a este nível, nem são incentivados ao estudo, pois os próprios progenitores não desenvolvem nos filhos um sentido de responsabilidade para a educação (Cunha & Cardoso, 2004). A escola surge como instância socializadora e transmissora de valores, no entanto, os jovens que já apresentam comportamentos antissociais tendem a não valorizar esta instituição e acabam por perder o interesse e a motivação pelo seu percurso académico (Correia & Matos, 2003; Barroso, 2003). O mesmo acontece com o emprego: indivíduos que se encontram desempregados têm maior probabilidade de cometerem um crime nesse período de tempo (Farrington, 1988).

Ao **nível cognitivo**, vários estudos têm defendido que os agressores utilizam formas de pensar pouco eficazes e têm falta de capacidade de resolução de problemas, sobretudo em situações interpessoais, uma vez que são indivíduos autocentrados e insensíveis. Os agressores tendem a acreditar que o que acontece com eles não é culpa sua, externalizando a culpa dos seus atos (Blackburn, 1993). Segundo Ross e Ross (1995) este déficit cognitivo encontra-se relacionado com a reduzida capacidade de manipular conceitos abstratos. Outros autores indicam que algumas variáveis cognitivas como os padrões de pensamento desinibidor e pensamentos e atitudes negativas para com as mulheres e as vítimas, bem como a presença de sentimentos negativos (e.g.,

raiva, frustração, rejeição, solidão, depressão) são fatores de risco com um grande peso para a ocorrência da agressão sexual (Long, Wuesthoff & Pithers, 1989).

As **distorções cognitivas**, tais como, negação, minimização, justificação e a racionalização, são encontradas na grande maioria dos delinquentes (Dodge, Price, Bachorowski & Newman, 1990), estando presente antes, durante e após o comportamento criminoso (Abel, 1989; Murphy, 1990; Stermac & Segal, 1989). As distorções cognitivas são entendidas como uma das principais necessidades criminógenas¹¹ nos agressores sexuais e definidas como crenças associadas às ofensas cometidas, à própria sexualidade ou às próprias vítimas como forma de justificar o comportamento desviante e minimizar possíveis sentimentos de culpa (Hall, Shondrick & Hirschman, 1993). Segundo a literatura, são as crenças, normalmente adquiridas na infância por contato com um ambiente familiar abusivo e pouco estruturado, as responsáveis pelo eclodir de distorções cognitivas e pela prática de crimes (Marshall, Anderson & Fernandez, 1999). Desde logo, Marshall e Hambley (1996) observam que os violadores pontuam mais elevado na *Rape Myth Acceptance Scale* e na *Check's Hostility Toward Women Scale*; Marolla & Scully, defendendo que os violadores tendem a acreditar que as mulheres são responsáveis pela violação e que o violador é inocente. Neidigh e Krop (1992) concluem que as crenças mais reportadas pelos agressores são relativas às circunstâncias externas que levam ao ato abusivo, referindo que não magoaram as vítimas e/ou que a vítima gostou do contato sexual.

Para Ward, Fon, Hudson e McCormack (1998) uma das manifestações das distorções cognitivas encontra-se no **défice de empatia** que os agressores sexuais têm para com a vítima. A empatia é entendida como a capacidade de uma pessoa se identificar com estados cognitivos e afetivos nos outros, de se colocar no lugar do outro (Marshall, Marshall & Nosek, 2012; Garrido & Gómez, 1998; Garaigordobil & Galdeano, 2006; García, Illescas, Ramírez & Forero, 2008). Porém, a empatia enquanto capacidade humana de sentir compaixão não é estática, sendo passível de ser aprendida e treinada e, por isso, é aconselhável a sua inclusão nos programas de tratamento de agressores sexuais (García et al., 2008; Marshall et al., 1999; Illescas & Genovés, 2008). Os défices de empatia nos agressores sexuais podem ser conceptualizados de três formas: défices de empatia com as pessoas em geral; défice de empatia para com as potenciais vítimas; défice de empatia para com as próprias vítimas do seu comportamento (Varker, Devilly, Ward & Beech, 2008). A maioria dos estudos sugere que os agressores sexuais não carecem de empatia face às pessoas em geral, mas apresentam défices no que diz

¹¹ Estas, segundo o modelo *Risco-Necessidade-Responsividade (RNR)*, encontram-se intimamente ligadas aos fatores de risco que podem ser alterados com o intuito de reduzir o risco de reincidência (Andrews & Bonta, 2003).

respeito às potências vítimas ou à vítima específica do seu comportamento (Hunter, Figueiredo, Becker & Malamuth, 2007; Hall et al., 1993). Neste sentido acredita-se que estes défices empáticos, possivelmente causados por experiências traumáticas em idades precoces, se relacionam com distorções cognitivas que impedem de perceber o dano causado (Hunter et al., 2007).

Por outro lado, as **perturbações de personalidade** são uma das perturbações mais diagnosticadas nos casos em que se verifica reincidência nos crimes sexuais. O motivo assenta no facto do distúrbio de personalidade descrever um padrão persistente de comportamento mal-adaptativo que se manifesta em várias áreas (e.g., cognição, afetividade, funcionamento interpessoal, controlo de impulsos) que levam a um prejuízo no funcionamento social, podendo as repetidas agressões sexuais ser uma parte desse padrão comportamental mal-adaptativo (Doren, 2002). O transtorno de personalidade mais estudado no caso dos agressores sexuais é a psicopatia (Mezquita, 2007). A psicopatia é encarada como uma desordem grave de personalidade que afeta áreas ligadas à afetividade, levando a um egoísmo exacerbado, a uma falta de culpa e de respeito pelos outros que quando associada à agressão sexual podia levar ao pior dos psicopatas: o capaz de cometer um homicídio sexual (Hare, 1991). Cleckley (1988) descreveu as principais características de um psicopata, destacando como principal característica o défice afetivo.

Na meta-análise levada a cabo por Hanson e Morton-Bourgon (2005) acerca das “Características dos Agressores Sexuais Persistentes: uma Meta-Análise de estudos de Reincidência” os autores concluíram que o crime sexual se encontra associado, sobretudo, a dois importantes fatores: preferências sexuais desviante e uma orientação antissocial (e.g., personalidade antissociais e traços antissociais, tais como agressividade, impulsividade, abuso de substâncias, desemprego, historial de comportamentos desviantes). Vários estudos têm reforçado a ideia de que os défices nas capacidades sociais e as dificuldades interpessoais são fatores de risco significativos para a ocorrência de crimes sexuais (Hildebran & Pithers, 1989; Jenkins-Hall & Marlatt, 1989; Marques & Nelson, 1989).

A **agressividade** é descrita como uma característica de orientação antissocial ou instabilidade no estilo de vida. De facto, os violadores tendem a ser associados a um conjunto de comportamentos agressivos que se caracterizam pela impulsividade e imprudência, tais como consumo excessivo de bebidas alcoólicas, mudanças frequentes de humor e envolvimento em confusões (Hanson & Morton-Bourgon, 2004). Segundo alguns estudos, esta agressividade tem como preditor a solidão, provocada pelos défices que os agressores sexuais têm nas suas relações interpessoais, pela carência de capacidades de gestão de situações ou pela interpretação inadequada das interações

sociais (Bumby & Hansen, 1997; Garlick, Marshall & Thornton, 1996; Marshall, 1989; Seidman et al., 1994; Novaco, Ramm & Black, 2001). Verifica-se que os agressores sexuais têm dificuldades para resolver as situações conflituosas da vida diária o que pode levar a um descontrolo emocional e, conseqüentemente, à agressão verbal ou física.

No que diz respeito à **impulsividade**, Tavares e Alarcão (2008) caracterizam a impulsividade como um componente ou traço do temperamento, composto de ações rápidas e não planeadas em que a avaliação das conseqüências não existe ou é feita apenas com o foco nas conseqüências a curto prazo. A impulsividade divide-se em baixa impulsividade, associada a introversão e timidez e elevada impulsividade, associada a condutas de *acting out*, pouca competência social e problemas de personalidade (Prentky, Cohen & Seghorn, 1985). Normalmente, os agressores sexuais possuem uma alta impulsividade (Hanson & Morton-Bourgon, 2005).

Relativamente às **preferências sexuais desviantes**, estas resultam de um emparelhamento do estímulo/desejo sexual desviante com o arousal sexual. É, por isso, facilmente perceptível que estes sujeitos tenham preferências sexuais distintas (Marshall, Anderson & Fernandez, 1999). Record (1977) defende que os agressores sexuais são inexperientes em questões sexuais e que esse facto, juntamente com outros problemas, fazem com que as relações sexuais normais estabelecidas com adultos não sejam satisfatórias. Para além disso, na maioria das vezes abstraem-se dos problemas recorrendo ao sexo (Cortoni & Marshall, 2001). Existem evidências de que agressores com preferências sexualmente desviantes se demonstram mais reincidentes (Hanson & Morton- Bourgon, 2004). De acordo com Hanson e Morton – Bourgon (2005), o agressor sexual tem um défice no relacionamento íntimo que se caracteriza pela existência de violência interpessoal e de diversos parceiros sexuais. Para Marshall (1989, 1993), as dificuldades de expressão de afeto e conseqüentes défices na intimidade, resultam em solidão emocional. Por outro lado, segundo o autor, os agressores sexuais confundem a intimidade com o sexo, podendo, por isso, procurar a satisfação das necessidades não satisfeitas na intimidade e o alívio da solidão emocional através do estabelecimento de contatos sexuais impessoais, podendo ocorrer com parceiros inadequados.

Ao nível psicossocial, Reiss e Farrington (1991) consideram que os agressores sexuais apresentam faltas de competências sociais, inserindo-se, sobretudo, em grupos delinquentes. No que diz respeito à associação a pares antissociais, verifica-se, conseqüentemente um isolamento face aos indivíduos normativos, apresentando-se esta associação como um suporte social imediato para o crime (Andrews et al., 2006). A influência do grupo de pares durante a adolescência torna-se mais vincada e importante do que a influência da família. Assim, os pares surgem como a principal fonte de influência no comportamento dos jovens ao mesmo tempo que a família deixa de ter o

poder de supervisão e vinculação (Ferreira, 2000). Segundo Reiss e Farrington (1991), estes são grupos de pares onde predomina a falta de obediência às normas sociais, onde existe uma tolerância aos crimes em geral e onde existem comportamentos de consumo de álcool e drogas. De acordo com alguns autores (Cookson, 1992, Goldstein, 1989; McMurrin & Hollin, 1989) a dependência de álcool e de drogas encontra-se muitas vezes ligada à agressão sexual e à reincidência.

Enquanto para Gottfredson e Hirschi (1990), o crime sexual está intimamente relacionado com a trajetória de vida desviante, isto é, com os **antecedentes criminais**. Vários estudos vão neste sentido e comprovam que o envolvimento precoce e continuado em atos antissociais é um elevado preditor de reincidência, sendo o número e o tipo de medidas/sanções bem como a idade do seu início os melhores preditores (Andrews, Bonta & Wormith, 2006; Blackburn, 2000).

Para além dos fatores de risco, é também importante considerar os **fatores de proteção**, isto é, características pessoais e circunstâncias associadas que reduzem a probabilidade de atividade criminal (Andrews, 1995). Estes estão associados ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, funcionando de modo inverso dos fatores de risco, podendo anular ou atenuar estes últimos (Andrews & Bonta, 2006). Neste sentido, o comportamento antissocial ou pró-social resulta do peso e influência destes dois tipos de fatores na vida do indivíduo (Loeber & Farrington, 2000). À semelhança dos fatores de risco, também podem ser de vários domínios: individuais, familiares, grupo de pares, escola, na comunidade.

Segundo Garmezy e Masten (1994) existem três fatores de proteção que são os mais comuns: (1) características ou fatores individuais (e.g., autoestima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competências sociais), (2) fatores familiares, (estabelecendo vínculos afetivos positivos com os mesmos) e (3) fatores da comunidade (e.g., escola, igreja, grupos de ajuda).

Relativamente às **características individuais**, de acordo com Rae-Grant, Thomas, Offord e Boyle (1989) o temperamento positivo, a inteligência acima da média e as competências sociais (e.g., sucesso académico, participação e sucesso em atividades, capacidade de se relacionar facilmente, alta autoestima e sentido de eficácia) são características que atuam como fatores de proteção. Já Werner (1998) assinala como características individuais protetoras o sentido de eficácia e autocompetência, uma vez que estes indivíduos são mais percetivos socialmente do que os seus pares, possuindo capacidades de resolução de problemas, capacidade de ajudar outras pessoas quando necessário e possuem a crença de que podem influenciar positivamente o seu ambiente, o que os faz mais capazes de lidar com as adversidades de forma adequada. Por sua

vez, Ribeiro e Sani (2009) defendem o temperamento resiliente, uma elevada inteligência, autoestima, competências sociais e resolução de problemas e ainda competências de gestão de estresse e emoções, autonomia e consciência crítica como fatores protetores da delinquência juvenil e futura.

Quanto à **família**, esta tem um papel importantíssimo no processo de socialização da criança, uma vez que, é por meio dessa que a criança vai adquirindo comportamentos, capacidades e valores. É neste contexto que a interiorização de normas e regras irão possibilitar à criança um desempenho social e permitir-lhe adquirir autonomia, responsabilidade e valores (Bee, 1995). As boas práticas parentais, um bom funcionamento familiar, a existência de vínculos afetivos, o apoio e supervisão parental são indicativos de fatores protetores que reduzem a probabilidade das crianças virem a ingressar na vida delinvente (Guralnick, 1998; Kumpfer & Alvarado, 2003; Reppold, Pacheco, Bardagi, & Hutz, 2002). Steibenrg (2005), afirmou que aqueles adolescentes que pertencem a famílias com uma boa relação afetiva têm um desempenho escolar mais favorável e maiores níveis de autoestima e confiança quando comparados com os jovens pertencentes a famílias desestruturadas. Kumpfer e Alvarado (2003) destacam estudos que se realizaram que afirmam que os pais têm um maior impacto nos comportamentos negativos dos filhos (e.g., consumo de álcool e drogas) do que se pensava. Segundo estes autores, apesar da influência dos pares ser preponderante para que o adolescente se inicie em comportamentos negativos, a preocupação dos jovens com a desaprovação dos pais é a principal razão para estes não o fazerem.

Quanto aos **fatores protetores da comunidade**, a oportunidade da criança interagir com os pares e outras pessoas fora da família, o estabelecimento de uma boa interação com a comunidade uma rede social fortemente estabelecida são características que diminuem a probabilidade da criança vir a ter no futuro comportamentos delinquentes (Holden, Geffner & Jouriles, 1998). Werner (1998) destaca a importância da segurança e da coerência na vida dessa criança, afirmando que crenças religiosas oferecem a convicção de que suas vidas possuem um sentido. Para este autor, os amigos e a escola são também fatores de proteção importantes uma vez, respetivamente, fornecem suporte emocional e estabelecem regras e os professores podem vir a ser um modelo positivo de identificação pessoal para uma criança de risco (Werner, 1998).

3. Investigações realizadas em Portugal no âmbito dos agressores sexuais

O impacto significativo das agressões sexuais nas pessoas que delas foram vítimas e o risco de reincidência dos agressores sexuais tem voltado a atenção dos investigadores para o estudo deste grupo de agressores, não sendo diferente em Portugal.

Com o objetivo de se conhecer o que já foi produzido cientificamente em Portugal sobre a temática em estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nos repositórios de todas as universidades portuguesas que se encontravam acessíveis. Esta pesquisa foi realizada através dos seguintes termos: “agressores sexuais”, “ofensores sexuais”, “violadores”, “pedófilos”, “violação sexual”, “pedofilia”, “violência sexual”, “abuso sexual”, “*modus operandi*” e “delinquência sexual”. Foram excluídos os estudos que analisavam exclusivamente as mulheres agressoras sexuais, por não irem ao encontro da população pretendida. O facto de alguns estudos que têm amostras constituídas com jovens foram considerados nesta revisão por incluírem agressores sexuais com idades entre os 16 e os 18 anos.

Desta pesquisa resultaram então 40 estudos realizados em Portugal sobre agressores sexuais, sendo de seguida apresentados, de forma sucinta, os resultados e as principais conclusões dos mesmos.

Tabela 1 Estudos realizados em Portugal sobre agressores sexuais.

Autor e ano	Objetivos, amostra e instrumentos	Principais resultados e limitações
Alpuim, 2009	Objetivo: caracterizar o abuso sexual de crianças na realidade portuguesa, a influência de fatores socioculturais e analisar a perceção dos órgãos de polícia de investigação criminal sobre o mesmo. Amostra: 99 casos de abuso sexual de crianças de diversas diretorias nacionais acompanhados na PJ. E foram realizadas entrevistas a 14 PIC de uma diretoria nacional.	Vítimas: 76,5% são do sexo feminino e a sua coabitação com as duas figuras parentais é mais frequente (48%) do que a monoparentalidade (25,5%-35,7%) Agressores: 98% dos agressores é do sexo masculino e a maioria tem idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos. Existe proximidade entre a vítima e o agressor, confirmada pela familiaridade do local do abuso (77,3%), pela coabitação da vítima com o agressor (41,3%), pela existência de uma relação familiar/muito próxima entre os dois (62,9%) e pela abordagem à vítima feita na sequência de interações quotidianas (57,3%). Caracterização da agressão: elevada frequência dos abusos continuados (90%); elevados valores de agressão pelo toque (76,5%), ausência de lesões (46,9%) e cordialidade e amabilidade no tratamento durante e após o abuso (55,4% e 39,5%) que confirmam a proximidade entre a vítima e o agressor. Relativamente à influencia dos fatores socioculturais (etnia e contexto socioeconómico) não se verificaram diferenças significativas na maioria dos casos. No entanto, existem alguns casos em que os valores são diferentes para cada grupo: o comportamento verbal do agressor (os agressores que pertencem a um contexto socioeconómico mais alto recorrem a

		<p>estratégias de maior amabilidade enquanto que, os que pertencem a um contexto socioeconómico mais baixo, a estratégias mais ameaçadoras), na caracterização do agregado familiar da vítima, (os agressores com contexto socioeconómico mais baixos apresentam alguma frequência para a coabitação de um maior número de pessoas), a idade do agressor (os agressores mais velhos pertencem a contextos socioeconómicos mais altos e os agressores de contextos socioeconómicos mais altos e de etnia negra são os grupos que apresentam mais frequentemente “fugas à norma”).</p> <p>Limitações: o facto de conjugar dados referentes a todo o país com entrevistas de somente uma diretoria nacional; pouca informação relativamente ao agressor e falta de informação nos processos consultados sobre a variável em estudo “etnia”; e, por fim, amostra não representativa.</p>
Antunes, 2012	<p>Objetivo: alargar o conhecimento acerca da agressão sexual de crianças.</p> <p>Amostra: 90 adultos do sexo masculino organizados em 3 grupos independentes: 30 reclusos agressores sexuais de crianças, provenientes do EP de Lisboa e do EP da Carregueira; 30 reclusos não agressores sexuais, do EP de Lisboa; 30 indivíduos em liberdade, adultos do sexo masculino da região de Lisboa.</p> <p>Instrumentos: <i>SAI-R: Experiência Pessoal</i> (Kipper, 2005), <i>NEO Five-Factor Inventory - NEO-FFI</i> (Costa & McCrae, 1989b, 1992; Lima & Simões, 2000), <i>Subescala de Impulsividade</i> (Costa & McCrae, 1989, 1992; Lima & Simões, 1997, 2000a).</p>	<p>Resultados: níveis mais elevados de extroversão nos reclusos não abusadores relativamente aos abusadores; níveis mais baixos de abertura à experiência no grupo de não reclusos em relação a ambos os grupos de reclusos; níveis mais elevados de conscienciosidade nos reclusos não abusadores comparativamente a cada um dos restantes grupos; níveis inferiores de espontaneidade nos reclusos com uma significância prática considerável; o grupo de reclusos apresenta níveis mais elevados do ponto de vista estatístico em três dimensões da personalidade: amabilidade, abertura à experiência e conscienciosidade; foi ainda detetado que os abusadores sexuais obtiveram valores mais baixos de extroversão, de espontaneidade e de conscienciosidade com relativa implicação prática; e em relação à variável impulsividade, os reclusos abusadores sexuais de crianças registaram os scores mais baixos dos três grupos.</p> <p>Limitações: dois dos instrumentos (SAI-R e NEO-FFI) utilizados para a recolha de dados ainda não estavam validados para a população nacional; o grupo dos reclusos agressores sexuais de crianças e o grupo de reclusos não agressor sexuais não são representativos destes agressores em Portugal.</p>
Barbosa, 2011	<p>Objetivo: caracterizar as populações que foram submetidas a perícias psicológicas forenses no âmbito de um processo judicial de abuso sexual de crianças.</p>	<p>Vítimas: 69 vítimas eram do sexo feminino e 16 eram do sexo masculino. As idades mais frequentes nos rapazes em que se dava o abuso eram os 12/13 anos e no caso das raparigas, a idade mais frequente para o abuso são os 3 anos. A maioria das vítimas do sexo masculino eram o filho mais velho (25%), existindo uma elevada taxa de crianças a viver sem nenhum dos progenitores (25%) ou em famílias monoparentais</p>

	<p>Amostra: 85 processos, correspondentes a todas as crianças sujeitas a perícias psicológicas no GEAV em casos de abuso sexual entre 2002 e 2007</p>	<p>(25%). No caso das raparigas, na maioria são filhas únicas (24,6%), ou as mais velhas da fratria (24,6%) e viviam com os progenitores e os irmãos (31,9%). 25% dos rapazes e 8,7% das raparigas possuíam algum défice mental.</p> <p>Agressores: no caso das vítimas do sexo masculino, a maioria dos agressores era conhecida da vítima, mas sem relação familiar (43,8%), sendo só 1 desconhecido da vítima. As faixas etárias mais frequentes eram as abaixo dos 13 anos e entre os 30 e os 39 (12,5% em cada categoria), solteiros (18,8%) ou separados (12,5%). No caso das vítimas do sexo feminino, apenas 7,2% eram desconhecidos da vítima, sendo que 59,4% eram familiares e 36,2% eram uma figura parental. A maioria destes abusadores tinha entre 30 a 39 anos (18,8%) ou menos de 18 (9,3%), sendo a maioria casados (26,1%).</p> <p>Caracterização da agressão: a maioria das situações envolveram apenas um abusador (88,2%) e em 87,1% dos casos só existia uma vítima. Relativamente ao tipo de ato, metade dos rapazes foi vítima de coito anal, 37,5% de coito oral, 31,25% de exibicionismo, 6,3% de carícias de cariz sexual e 6,3% masturbaram o agressor. No caso das raparigas, o tipo de abuso mais frequente era o coito vaginal (40,7%), seguido das carícias (30,4%), 13% coito oral, 11,6% contacto dos genitais, 8,7% expostas ao exibicionismo ou a pornografia, 8,7% masturbaram o ofensor, 7,2% sofreram manipulação digital, 2,9% coito anal e 1,4% penetração com objetos.</p> <p>Limitações estudo: devido ao carácter documental da base de dados que pode dar lugar a enviesamentos e pelo facto de, por vezes, conterem pouca informação. Por outro lado, o facto das categorias serem reformuladas à medida que os processos são analisados o que faz com que no final da análise documental existam categorias que não existiam inicialmente e podem também enviesar os dados. E, por fim, o facto dos dados desta amostra não poderem ser extrapolados para a população geral de vítimas de abuso sexual, já que estes se referem a uma amostra estritamente forense e não são representativos da população estudada.</p>
Barros, 2013	<p>Objetivos: caracterizar os casos de homicídios sexuais no norte de Portugal.</p> <p>Amostra: 10 casos resultantes da consulta dos processos de autópsia de homicídio que se realizaram de 2002 a 2012 na Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses e respetivos Gabinetes</p>	<p>Vítima: 90% eram do sexo feminino, tinham uma média de idades de 55 anos.</p> <p>Agressores: maioritariamente do sexo masculino (apenas 1 caso era do sexo feminino), a média de idades foi de 39 anos; em 3 casos o agressor era o companheiro da vítima, em 3 casos era conhecido da vítima e nos restantes era desconhecido (n=1), padrasto (n=1) e em 2 casos a relação era desconhecida. Quanto ao passado criminal, três dos agressores tinham antecedentes criminais, não relacionados com crimes sexuais.</p> <p>Local e hora: em 5 dos casos foi na residência da vítima e nos restantes 5, em locais públicos. A maioria dos crimes ocorreu durante a noite e em 40% nos meses mais quentes.</p> <p>Limitações: o tamanho da amostra (que representa</p>

	Médico-Legais.	apenas 4,7% de todos os casos de homicídio verificados nesse período) e a escassez de informação nos processos.
Barroso, 2012	<p>Objetivo: estudar as características de JAS (jovens abusadores de crianças e violadores), e a sua comparação com as de JAN-S (jovens agressores não sexuais) e de JN-A (jovens não agressores).</p> <p>Amostra: a amostra de 278 sujeitos, sendo 19 JAS-C, 49 JAS-V, 112 JAN-S e 98 JN-A. Os jovens tinham entre os 12 e os 18 anos e provêm de centros educativos ou EP.</p> <p>Instrumentos: grelha de recolha de dados processuais – agressor, folha de recolha de dados – escolas, Youth Self-Report, QA - Questionario de Agressao, HITQ - How I Think Questionnaire, EFSW - Escala de Fantasias Sexuais de Wilson., SDS-SF - Marlowe-Crowne Social Desirability Scale – Short Form ., Escala de Graffar Adaptada.</p>	<p>Comparações entre JAS, JAN-S e JN-A, ou seja, agressores VS controlo: em comparação com o grupo controlo, os jovens agressores apresentam mais problemas de comportamento no contexto escolar e no seu quotidiano, têm mais amigos problemáticos, apresentam mais comportamentos agressivos e demonstram mais hostilidade nos seus comportamentos.</p> <p>Diferença entre JAS-C e JAS-V: tendência para uma maior presença de violência no contexto familiar e doméstico dos JAS-C, na existência de grupos de pares mais problemáticos nos JAS-V e na tendência para os JAS-C residirem em contextos comunitários menos problemáticos. Quanto à sexualidade, os JAS-C apresentam mais histórias de exposição a atos sexuais e a violência sexual durante o seu desenvolvimento, enquanto que os JAS-V parecem demonstrar menor experiência sexual ou conhecimentos sobre sexualidade, sendo mais provável nestes adolescentes que as experiências sexuais iniciais tenham ocorrido de modo exploratório (vítimas mais novas). Por outro lado, os JAS-V registam uma maior probabilidade em terem adquirido conhecimentos sexuais através do envolvimento com pornografia e na internet, bem como recorrendo à prostituição.</p> <p>Semelhanças entre JAS-C e JAS-V: não existência de diferenças em relação às fantasias sexuais impessoais e sadomasoquistas, a maioria destes jovens agressores apresentam distúrbios comportamentais apresentando vários problemas na escola ou no dia a dia e registam índices elevados de agressividade, hostilidade e raiva. Não parece ser, assim, a maior ou menor existência de comportamento agressivo e violento que justifique a prática de crimes sexuais com crianças ou com pares/adultos.</p> <p>Semelhanças entre JAS e JAN-S: existência de problemas comportamentais em ambos os grupos amostrais, não existência de diferenças na média de idades de início dos problemas de comportamento entre os dois grupos, a (não) manifestação de empatia pelas vítimas e a atitude pouco crítica em relação aos seus atos delinquentes também se verifica nos dois grupos e, por fim, tanto os JAS como os JAN-S apresentam disfuncionalidade familiar. Quanto à sexualidade verificou-se neste estudo que o uso de pornografia é comum aos dois grupos, e, em relação à presença de fantasias sexuais, observou-se que os JAN-S demonstram mais abertura e interesse na experimentação de práticas sexuais.</p> <p>Diferenças entre JAS e JAN-S: os JAN-S tendem mais a residir em contextos conotados com a marginalidade e delinquência, embora este seja um resultado estatístico, de algum modo, pouco marcante se atendermos ao facto de existirem muitos JAS nestas condições. Os JAN-S demonstraram também</p>

		<p>que tendem a estar integrados em grupos de pares com história de delinquência.</p> <p>Diferenças entre os JAS-C e JAN-S: em relação à manifestação de problemas comportamentais, os JAS-C parecem perceber-se como tendo mais problemas do que os JAN-S; Outros resultados salientam também que os JAS-C apresentam mais hostilidade e distorções cognitivas egocêntricas, em comparação com JAN-S. Quanto à sexualidade os JAN-S tendem a ser mais influenciados pelo grupo de pares no que diz respeito à aquisição de conhecimentos sobre estas matérias.</p> <p>Assim, os JAS-C parecem diferenciar-se de JAS-V que, em termos de características, parecem aproximar-se mais de JNA-S.</p> <p>Limitações: amostra não representativa da população portuguesa.</p>
Cabral, 2011	<p>Objetivo: conhecer a violência de natureza sexual na região da Cova da Beira.</p> <p>Amostra: 42 casos, obtidos através da consulta dos processos de exames periciais de natureza sexual realizados no Gabinete Médico-Legal da Covilhã, entre 2002 e 2010 (total de 45 casos).</p>	<p>Vítimas: 35 eram do sexo feminino e 7 do sexo masculino. Quanto à idade, cerca de 74% das vítimas do sexo feminino e 71% do sexo masculino eram crianças.</p> <p>Agressores: maioritariamente do sexo masculino (apenas 1 do sexo feminino). Nos casos em se conhece a relação com o agressor (37 casos), o agressor era conhecido da vítima em 57% das situações relativas a vítimas do sexo feminino e em 86% das vítimas do sexo masculino.</p> <p>Caracterização da agressão: a penetração vaginal é, nas mulheres, o tipo de contacto predominante (cerca de 45%). No sexo masculino não foi possível observar predominância de nenhum tipo de ato. Relativamente ao local da agressão, nos casos em que se tem essa informação existe uma maior percentagem de casos onde a vítima foi agredida em casa própria e de familiares do que em locais públicos. Em relação às vítimas do sexo masculino a residência do agressor é o local mais frequente.</p> <p>Limitações: escassa informação.</p>
Carrola, 2011	<p>Objetivo: elaborar o Perfil Personalístico e de Saúde Mental e sob recurso à Abordagem Clínica do <i>Profiling</i> de um grupo de abusadores sexuais e de um grupo de controlo.</p> <p>Amostra: 63 abusadores sexuais de crianças a cumprir a respetiva pena nos EP's Regionais da Guarda e/ou da Covilhã, e/ou nos EP's de Castelo Branco e/ou da Carregueira. E 63 sujeitos da população normativa portuguesa (grupo de controlo).</p>	<p>Resultados: os abusadores sexuais de crianças possuíam indicadores de psicopatologia ao nível dos traços personalísticos denominados por Desvio Psicopático e Esquizofrenia e indicadores de psicopatologia em termos de sintomatologia de Somatização, Obsessões-Compulsões, Sensibilidade Interpessoal, Depressão, Ansiedade, Hostilidade, Ansiedade Fóbica, Ideação Paranóide e Psicoticismo, enquanto que os sujeitos normativos deram prova da presença de indicadores de carácter psicopatológico ao nível de sintomatologia relativa à Somatização, Obsessões-Compulsões, Sensibilidade Interpessoal, Ideação Paranóide e Psicoticismo.</p> <p>-Os abusadores sexuais de crianças apresentaram superior intensidade psíquica e psicossomática, e uma maior amplitude e diversidade de sintomatologia, comparativamente com os sujeitos normativos.</p> <p>Limitações: não se ter procedido à divisão grupal destes sujeitos pelo EP de proveniência, a não contabilização do número de sujeitos que se encontrava a frequentar programas de tratamento, a ausência de informação sobre o agressor, a vítima e o</p>

	<p>Instrumentos: Questionário Sócio-demográfico, Mini Mult (versão reduzida do <i>Minnesota Multiphasic Personality Inventory</i>), SCL90R (<i>Symptom Check-List Revised</i>) ou Questionário de avaliação de 90 sintomas - versão revista).</p>	ato.
Carvalho, 2002	<p>Objetivos: investigação do abuso sexual a crianças no Distrito de Bragança.</p> <p>Amostra: consulta de 73 processos judiciais sobre abusos sexuais a crianças, que ocorreram entre os anos de 1991 e 2000 no distrito de Bragança.</p>	<p>Vítimas: apresentam idades entre os 9 e os 16 anos, sendo que a maioria se situam na classe etária dos 11 aos 14 anos. A quase totalidade são do sexo feminino (apenas 1 do sexo masculino). O maior número de casos de agressão sexual verifica-se nas crianças/jovens que têm muitos irmãos.</p> <p>Agressores: a idade média dos agressores é de 45 anos e a maioria não apresenta qualquer relação familiar (82,2%), logo seguida do abuso levado a cabo pelo pai com 8,2 % e outros agressores com relação familiar diversa numa percentagem de 7%.</p> <p>Localidade: a distribuição da ocorrência dos abusos por concelhos é quase homogênea, não se verificando diferenças no caso de ser rural ou urbano.</p> <p>Limitações: o tamanho da amostra (numa população de 150.000 habitantes apenas se encontraram 73 casos, constituindo uma prevalência inferior a 1%, sendo por isso, pouco representativo).</p>
Carvalho, 2011	<p>Objetivos: investigar potenciais fatores de predisposição para a agressão sexual.</p> <p>Amostra: 32 sujeitos condenados por violação e 31 condenados por abuso sexual de crianças; 108 estudantes, 37 dos quais cometeram alguma forma de abuso sexual no passado.</p> <p>Instrumentos: Escala para Avaliação do Interesse Pedofílico, Questionário de Experiências Sexuais - forma perpetração, Escala de Resposta Socialmente Desejável, Questionário de Esquemas de Young, Breve Inventário de</p>	<p>Resultados: quanto ao papel dos esquemas precoces mal adaptativos, os sujeitos condenados por abuso sexual de crianças apresentaram mais esquemas relacionados com as temáticas de desconfiança, autoapreciação negativa, pouco desempenho e vulnerabilidade, cujo impacto ao nível da interação social e competências interpessoais poderá contribuir para a etiologia e manutenção dos abusos sexuais contra crianças.</p> <p>-Quanto ao papel dos esquemas de autonomia/desempenho deteriorados e propensão para a excitação/inibição sexual efetuado com estudantes universitários, verificou-se que a interação entre os esquemas de incompetência e a inibição sexual devido à ameaça de falhar sexualmente prevê de forma significativa a agressão sexual.</p> <p>-Relativamente ao estudo sobre as dimensões do Modelo dos Cinco Fatores, os resultados indicaram que os indivíduos condenados por crime sexual apresentam um perfil caracterizado pelos níveis mais elevados de neuroticismo (sujeitos condenados por violação e abuso sexual de crianças) e pela menor abertura (sujeitos condenados por abuso sexual de crianças) em relação ao grupo de controlo. Já a amostra estudantil que coagiu sexualmente apresentou um perfil caracterizado por níveis menores de conscienciosidade e amabilidade.</p> <p>-Os resultados indicaram que o afeto negativo e a</p>

	<p>Sintomas, Inventário de Personalidade dos Cinco Fatores, Escala de Afeto Positivo e Negativo, Escala de Impulsividade de Barrat-11, Escalas de Inibição/Excitação Sexual.</p>	<p>impulsividade motora e de planeamento caracterizou os indivíduos condenados por violação relativamente ao grupo de controlo, enquanto os abusadores sexuais de crianças apresentaram menor afeto positivo que os controlos. Já a amostra estudantil com história de violência sexual apresentou maior impulsividade motora/planeamento e cognitiva, mas não se diferenciou dos seus pares relativamente ao afeto.</p> <p>-A impulsividade caracterizou os violadores em relação aos abusadores sexuais de crianças. Os estudantes universitários com história de coação sexual (vítimas adultas) apresentaram também maior impulsividade reforçando a ideia de que os indivíduos com vítimas adultas parecem ser tendencialmente mais impulsivos.</p> <p>Limitações: os dados surgem a partir de uma comparação entre indivíduos agressores e respetivo grupo controlo, pelo que não se podem situar os perfis encontrados relativamente aos dados da população geral.</p>
Carvalho, 2012	<p>Objetivos: caracterizar os alegados agressores e vítimas, bem como a prática sexual envolvida, a avaliação médico-legal e as decisões judiciais.</p> <p>Amostra: 439 casos obtidos através da análise dos relatórios médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual, não mortais, ocorridos na zona norte de Portugal, no período entre 2004 e 2010,</p>	<p>Vítimas: as mulheres são as principais vítimas de agressão sexual, com uma média etária de 31,3 anos e em que a 37.3% tem uma vida profissional ativa e 66.6% não tem qualquer antecedente patológico de relevo (33% possuem <i>handicaps</i> mental/cognitivo e distúrbios emocionais).</p> <p>Agressores: foram identificados 520 agressores, sendo a maioria do sexo masculino, à exceção de apenas 1 caso. Na maioria dos casos o agressor é alguém conhecido da vítima (31.2%);</p> <p>Caracterização da agressão: A maioria das agressões sexuais ocorre em espaço doméstico e privado (24.8%); A penetração vaginal é o tipo de contacto sexual predominante (60%); A violência física é o tipo de constrangimento mais frequentemente utilizado pelo alegado ofensor (52.1%); e, 17% dos casos a violência processa-se de forma repetida e por tempo prolongado;</p> <p>Limitações: a maioria dos exames periciais não possuía elementos para se efetuar uma caracterização aprofundada do agressor (95%);</p>
Carvalho, 2012b	<p>Objetivo: contribuir para um melhor conhecimento da realidade relativamente aos abusos sexuais ocorridos em Portugal.</p> <p>Amostra: a amostra é constituída por 361 inquéritos, obtidos através da análise de inquéritos registados ao longo do ano de 2011 na Diretoria do Norte da PJ, referentes a crimes sexuais com crianças</p>	<p>Vítimas: foram encontradas 425 vítimas, mas apenas se obtiveram informação para 400 delas, sendo que destas, 78,6% eram do sexo feminino e a maioria delas tinha idade compreendida entre os 12 e os 15 anos.</p> <p>Agressores: De 378 agressores, 84,9% dos agressores eram do género masculino e 3,8% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 16 e os 84 anos, sendo a maior parte casados (38,1%) eram casados ou viviam em união de facto.</p> <p>Caracterização da agressão: O tipo legal de crime mais cometido no ano de 2011 foi o "Abuso sexual de crianças, com 229 vítimas (53,8%). O concelho onde mais ocorrências tiveram lugar foi o Porto, com 72 ocorrências (16,9%). O mês de setembro foi o mais crítico, com 32 casos de abusos de crianças, e o dia da semana foi a sexta feira, com 54 vítimas (12,7%). A residência é o local mais apontado, em cerca de 243</p>

	e jovens.	ocorrências (57,2%). Limitações: escassa informação para alguns itens.
Costa, 2000	<p>Objetivo: auferir da relevância da perícia médico-legal no tratamento processual e na decisão judiciária relativa aos casos de crimes sexuais.</p> <p>Amostra: 93 casos obtidos através da consulta de processos de crimes sexuais reportados ao sistema de justiça na Comarca do Porto nos anos de 1992 a 1995.</p>	<p>Vítimas: em 92,4% dos casos são mulheres, jovens (80,8% com ou menos de 18 anos), solteiras (93,2 %) e estudantes (59,7%), sendo a escolaridade em 70,2% dos casos era inferior ao 3º ciclo. Nos 72 casos conhecidos, apenas 2 vítimas tinham história de comportamentos desviantes (toxicod dependência, alcoolismo ou prostituição). Apenas 4 tinham antecedentes psiquiátricos. Em 43,2 % dos casos as vítimas eram do concelho do Porto.</p> <p>Agressor: são todos do sexo masculino, sendo casados ou solteiros com proporção semelhante (36,5% e 39,2%, respetivamente). Atuam, normalmente, sozinhos, só em 8 casos isso acontece e 50,8% estão na faixa dos 22-40 anos. São em 62% dos casos conhecidos da vítima e em 23,9% têm relações familiares com a vítima. 65% possuem escolaridade inferior ao 3º ciclo; Em regra, o ofensor não praticou crimes anteriormente. No que se refere aos antecedentes de crimes sexuais, em 54 casos (98,2 %) estes não existiram e em apenas 1 caso, existe informação de ter havido homossexualidade com crianças; a maioria era ativa profissionalmente (78,9%) e apenas 5 sujeitos apresentam deficiências mentais.</p> <p>Caracterização da agressão: Em 50% dos casos o crime acontece numa zona urbana e em espaços sem atividades (80,3%), praticado, essencialmente, dentro de casa (da vítima, do agressor ou de ambos - 40%) ou num lugar ermo (37,2%). Em 42,2% das situações ocorrem entre as 12 e as 19 horas e em 29,9% entre as 24 e as 7 horas. Relativamente ao crime sexual, a penetração vaginal é a mais comum (78,8% dos casos). E, na maior parte dos casos, o crime foi praticado através do uso da violência e/ou ameaças graves (77,6%).</p> <p>Limitações: amostra não representativa da população de agressores sexuais e pouca informação em alguns itens.</p>
Costa, 2011	<p>Objetivo: caracterizar, numa população portuguesa, as situações de abuso de crianças e jovens em que ocorrem mordeduras quanto à sua prevalência, aos aspetos demográficos da vítima e do agressor e ao contexto em que ocorrem.</p> <p>Amostra: 1240 casos, obtidos através da consulta dos relatórios médico-legais elaborados entre 2004 e 2011, na</p>	<p>Vítima: as vítimas são na sua maioria raparigas entre os 13-16 anos.</p> <p>Agressor: o agressor foi, na sua maioria, do sexo masculino (61,1%) e na maior parte das vezes (50%) era o pai ou a figura parental masculina.</p> <p>Caracterização do abuso: apesar das mordeduras serem raras (1,5%) nos casos de abuso, em 55,6% dos casos foram a única lesão e são as únicas lesões que permitem identificar/excluir o agressor.</p> <p>Limitações: poucos elementos para avaliar o contexto da agressão e do agressor.</p>

	Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML).	
Fernandes, 2014	<p>Objetivo: caracterizar a população de indivíduos de nacionalidade portuguesa que se encontra a cumprir pena pelo crime de abuso sexual de crianças no EP da Carregueira, praticados entre 2009 e 2012.</p> <p>Amostra: 30 indivíduos obtidos através da consulta de processos e entrevistas aos indivíduos.</p>	<p>Vítimas: 9 vítimas (20,5%) eram de sexo masculino e 35 (79,5%) do sexo feminino. A maioria das crianças (n=13, 29,5%) tinha entre os 10 e os 13 anos de idade. A maioria das vítimas residiam com o seu agressor sexual (10, 33,3%) e 25 sujeitos (83,3%) conheciam a criança, sendo que 7 eram pais da mesma. A maioria dos agressores, (n=7, 23,3%) referiram que o abuso aconteceu com a vítima em causa por ter sido a mais acessível.</p> <p>Agressores: os sujeitos da amostra tinham entre 23 e 69 anos no momento da prática do crime. Na sua maioria eram pais (73,3%), casados (40%) e tinham o 1.º ciclo de ensino básico (43,3%). A maioria dos indivíduos afirmaram provir de um meio socioeconómico carenciado (80%). Todos tinham irmãos e, maioritadamente, tinham um ambiente familiar harmonioso (83,3%). Os sujeitos definiram-se, na sua maioria, como sendo pessoas sociáveis (80%) e de relacionamentos amorosos longos e estáveis (76,7%). Todos os elementos da amostra afirmaram não ter tido antecedentes de doença mental e 22 sujeitos, (76,6%) referiram consumir álcool diariamente. Na altura do crime, para a maioria a vida profissional, familiar e social estava estável, sem alterações (60%), mas quase metade (40%) referiu sentir-se ansioso e de humor deprimido. Mais de metade dos indivíduos (n=18, 60%) não tinha antecedentes criminais. No que respeita à integração no EP, 25 sujeitos (83,3%) referiram ter ocorrido sem dificuldades. A pena mínima efectiva foi de 2 anos e 6 meses e a máxima de 18 anos de prisão. Relativamente ao desejo sexual, 19 agressores (63,3%) afirmaram não sentirem atracção sexual por crianças.</p> <p>Caracterização da agressão: 10 crimes (33,3%) foram perpetrados em zona urbana, 10 (33,3%) em zona rural e 9 (30%) foram cometidos em meio próximo da cidade. O crime deu-se, na sua maioria, em casa do agressor (19, 63,3%) e 11 agressores (36,7%) referiram que tiveram o consentimento da vítima, 4 (13,3%) mencionaram ter aliciado a criança com dinheiro e/ou doces, 3 sujeitos (10%) recorreram a ameaças verbais, 3 (10%) usaram a violência física e 9 (30%) responderam que não utilizaram qualquer recurso. A maioria (73,3%) abusou apenas de uma vítima e 66,7% dos sujeitos encontravam-se sob efeito do álcool. 18 indivíduos (60%) confessaram que os atos cometidos foram errados e 20 sujeitos (66,7%) afirmaram sentir arrependimento.</p> <p>Limitações: amostra não representativa da população portuguesa de agressores sexuais e problemas de enviesamento da informação obtida (principalmente no caso das entrevistas).</p>
Ferreira, 2014	<p>Objetivos: conhecer a frequência e as características da violência sexual por</p>	<p>Vítimas: quanto à idade das vítimas, estas encontram-se no intervalo dos 11 aos 27 anos</p> <p>Agressores: em 22 dos casos o agressor era do sexo masculino e em 5 do sexo feminino. A maioria tinha</p>

	<p>profissionais numa amostra de jovens universitários portugueses.</p> <p>Amostra: 462 indivíduos obtidos através da aplicação de questionários em 3 universidades.</p>	<p>entre os 31 aos 50 anos e quanto à profissão, 15 vítimas referiram ter sido abusadas por um professor, 7 por um médico, 4 por um psicólogo e uma por um advogado. 74% das vítimas mencionaram o engano como a principal estratégia utilizada, seguida do aproveitamento da familiaridade ou confiança (36%).</p> <p>Caracterização da agressão: quanto aos comportamentos abusivos, 74% (n=15) referiram as carícias nos órgãos genitais como os mais comuns, seguidas pelo contato corporal com abraço e beijo prolongado (n=9). Em 62% dos casos a agressão repetiu-se. Quanto ao local de agressão, 92,59% das vítimas referiram que tal aconteceu no local de trabalho do profissional. Verificou-se, ainda que 48,14% das vítimas referiram que inicialmente não reagiram, reagindo só depois.</p> <p>Limitações: apenas 5,8% (n=27) dos participantes mencionaram ter experienciado comportamentos sexuais, o que não é uma amostra representativa. Por outro lado, este estudo apenas dá a conhecer o ponto de vista das vítimas.</p>
Figueiredo, 2015	<p>Objetivos: investigar a prevalência de traços psicopáticos em JAS e compará-los com os JAN-S.</p> <p>Amostra: A amostra é constituída por 270 JAN-S, 140 JAS (64 agressores de crianças e 76 violadores) do sexo masculino com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos ($M= 14,6$; $\sigma= 1,4$) aquando da realização do delito. Todos os jovens encontravam-se sob tutela da DGRSP.</p> <p>Instrumentos: Psychopathy Checklist Youth Version (PCL: YV),</p>	<p>Resultados: existência de diferenças ao nível da escala total da PCL:YV. A Dimensão Comportamental da escala PCL:YV, que engloba medidas associadas à busca de estimulação, falta de objetivos, impulsividade, irresponsabilidade e orientações parasitas, parece explicar melhor os comportamentos dos JANS: relativamente aos níveis médios e altos e aos níveis médios de psicopatia, os JANS relatam resultados mais altos.</p> <p>-Os resultados evidenciaram que violadores e abusadores sexuais de crianças, quando comparados entre si e com os JANS, produziram diferenças significativas relativamente à dimensão total da PCL:YV: que os JANS apresentam sempre maiores níveis de traços psicopáticos.</p> <p>Limitações: validade da escala utilizada não avaliada; amostra não representativa da população portuguesa de agressores sexuais.</p>
Gomes, 2014	<p>Objetivo: caracterização dos determinantes do incesto paterno no Norte de Portugal.</p> <p>Amostra: 117 casos obtidos através da análise de relatórios periciais da Delegação e Gabinetes Médico-Legais do Norte, do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.</p>	<p>Vítimas: a maioria era do sexo feminino (n=177), a idade média, em ambos os sexos, foi de 7.9 anos e a maioria era estudante (n=112). Dos casos com informação sobre os antecedentes patológicos (n=192), apenas 15 crianças tinham historial de handicap mental e não foram identificados comportamentos desviantes. Relativamente ao contexto familiar, em 46,5% dos casos a família da vítima era nuclear e em 32,6% é monoparental materna e em 30,3% dos casos existia história passada ou presente de violência doméstica. Nos casos em que havia simultaneamente VD, o período de duração do incesto foi menor do que naqueles em que esta não se verificava. No que diz respeito à</p>

	<p>(INML), relativos a casos de suspeita de abuso sexual em indivíduos entre os 0 e os 18 anos de idade, supostamente perpetrados pelo pai, entre 2003 e 2008.</p>	<p>existência de fratria, nos casos que se tinha informação (n=116) tinha 1 ou mais irmãos e em 39,6% (n=46) destes, existia igualmente a suspeita de abuso sexual dos irmãos, pelo pai.</p> <p>Agressores: em 19 casos existia mais do que um alegado abusador o qual, na maioria das vezes, era outro familiar próximo (tio, irmão ou avó). Relativamente à idade mais de metade (57.3%) tinha entre 31 a 40 anos. Existia história de consumo abusivo de álcool ou de drogas em 20% dos casos e história de comportamentos delinquentes em 2,4% e existia história prévia de crimes sexuais contra crianças em 23.3% dos alegados agressores, na maioria das vezes filhos ou sobrinhos. 10 agressores tinham antecedentes psiquiátricos e 83% deles exerciam uma atividade profissional.</p> <p>Caracterização da agressão: na maioria dos casos o abuso sexual foi continuado ao longo do tempo (34,9%), sendo que em 61,7% dos casos a criança tinha entre 1 a 5 anos de idade quando o abuso começou. Em 59,1% dos casos, o incesto teve lugar em casa da vítima e/ou do abusador.</p> <p>O abuso sexual consistiu, mais frequentemente, em carícias sexualmente explícitas (33,5%), seguido de penetração vaginal e/ou anal (20,4%). Em 59,5% dos casos houve recurso a ameaças verbais de violência física e/ou morte.</p> <p>Limitações: o tamanho da amostra não é representativo, uma vez que este representa apenas 13% dos casos de suspeita de abuso sexual de crianças observados nos serviços médico-legais.</p>
<p>Gonçalves & Vieira, 2001</p>	<p>Objetivo: identificar as características específicas dos delinquentes sexuais em relação com os restantes delinquentes.</p> <p>Amostra: 194 delinquentes adultos presos (51 agressores sexuais: 46 crime sexual apenas; 5 por crime sexual + outro de maior gravidade; 143 condenados por outros crimes)</p> <p>Instrumentos: PCL-R SVR-20</p>	<p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Crimes sexuais devem-se ao fator 1 (características clínicas e personalidade); -Maior prevalência de psicopatas nos crimes contra o património. Porém, os resultados mostram a incidência consideravelmente maior dos psicopatas nos crimes contra as pessoas, incluindo os sexuais; -A maior parte da amostra de delinquentes sexuais corresponde à categoria de crimes de violação; -A pontuação da psicopatia mais elevada encontra-se no grupo crime sexual e outro crime; -Psicopatia mais elevada nos delinquentes que cometeram crimes sexuais associados a outros crimes; -Valor total PCL-R maior quando vítima não é da família (62%); -Fator 2 (estilo de vida antissocial) e total tem maior valor em indivíduos reincidentes; -Carreira criminal e psicopatia: diferenças não significativas; -Crime único e psicopatia: indivíduos que cometeram mais que um crime ao mesmo tempo apresentavam valores mais elevados PCL-R; -Os sujeitos com punições institucionais apresentam valores mais altos de PCL-R; -Presença psicopatia mais observada em delinquentes que cometeram crimes violentos; -os psicopatas tendem a encontra-se em grupos onde a violência é maior e onde se cometem mais crimes;

		<p>-Os delinquentes que cometem crimes sexuais em simultâneo com outros crimes são os que mais reincidem, os que apresentam mais problemas institucionais e os que tendem a perpetuar-se numa carreira criminal de natureza violenta.</p> <p>Limitações: os valores relativos aos abusos sexuais de crianças devem ser tidos em conta com alguma reserva devido à amostra recolhida; amostra não representativa da população portuguesa de agressores sexuais.</p>
Gonçalves & Vieira, 2005	<p>Objetivos: compreender a prevalência e a tipologia crimes sexuais; diferenciar os agressores sexuais quanto ao estilo de vida criminal.</p> <p>Amostra: 94 delinquentes adultos do sexo masculino a cumprir penas de prisão em EP's Portugueses (10 indivíduos que cometeram o crime de violação, 31 que cometeram abuso sexual de crianças e 45 que cometeram pelo menos um crime sexual e outro crime e 8 sujeitos que cometeram outros crimes que não as ofensas sexuais, essencialmente crimes contra a propriedade e crimes contra a sociedade, que funcionaram como grupo de controlo).</p> <p>Instrumentos: Lifestyle criminality screening form – LCSF-R</p>	<p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> -agressores sexuais pontuam sempre mais alto na escala do comportamento interpessoal intrusivo (agressores condenados por outros crimes pontuam mais na irresponsabilidade); -agressores sexuais têm valores mais elevados no total da LCSF-R (valores a ser analisados com reserva pois o grupo c média + elevada é também o grupo com um efetivo mais reduzido); -GC e os que unicamente cometeram crime violação tem estilo vida criminal menos consistentes; -idade: indivíduos que cometem crime violação e outro crime têm perto dos 30 anos; -escolaridade: indivíduos mais escolaridade cometem outros crimes que não ofensas sexuais; -estado civil: sem diferenças significativas; -antecedentes criminais: agressores que cometem violação e outro crime são os mais reincidentes; -punições institucionais: os indivíduos que, em média, foram alvo de punições institucionais são os que pertencem às categorias criminais de violação e outro crime e outros crimes -Uso da LCSF-R p/identificar maior/menor prevalência de um estilo vida criminal e predição da reincidência parece ser consensual. <p>Limitações: escassez de sujeitos em determinados grupos; amostra não representativa da população portuguesa.</p>
Loureiro, 2014	<p>Objetivo: contribuir para uma melhor caracterização, na perspetiva forense, e em Portugal, dos casos de agressão sexual a pessoas com afetação grave da funcionalidade</p> <p>Amostra: 31 casos recolhidos dos relatórios médico legais produzidos</p>	<p>Vítimas: as vítimas são, predominantemente, do sexo feminino (71%) e a incapacidade intelectual são o tipo de afetação grave da funcionalidade mais frequente (52%)</p> <p>Agressores: na amostra foram sempre do sexo masculino, sendo na maioria familiares das vítimas (36%), tendo os abusos ocorrido, frequentemente, na casa da vítima (32%) em coabitação com o agressor (36%);</p> <p>Limitações: amostra bastante reduzida e falta de literatura sobre o tema.</p>

	entre 2003 e 2013 na delegação do norte do Instituto de Medicina Legal, I.P.	
Magalhães, 2015	<p>Objetivo: compreender as características e especificidades de jovens agressores sexuais no que respeita ao modo como a agressão sexual foi perpetrada.</p> <p>Amostra: 100 sujeitos agressores sexuais do sexo masculino, com idades entre os 12 e os 18 anos, institucionalizados em centros educativos ou EP's.</p> <p>Instrumentos: grelha de recolha de dados processuais (Barroso, 2012), questionário de Agressão (Buss & Perry, 1992; adaptado por Vieira & Soeiro, 2002), Escala de Fantasias Sexuais de Wilson (Wilson, 1988; adaptada por Barroso, Manita & Nobre, 2010), Inventário de Auto e Hetero-Avaliação da Vinculação na Infância e Adolescência (Carvalho, 2007).</p>	<p>Agressores: relativamente à familiaridade/conhecimento da vítima, os jovens agressores sexuais que atuam individualmente (JAS-I) tendiam a recorrer mais frequentemente a pessoas próximas, enquanto os jovens agressores sexuais que atuam em grupo (JAS-G) recorreram a pessoas desconhecidas ou com um nível baixo de proximidade. Quanto à reincidência, os JAS-I já tinham cometido dois ou mais crimes sexuais, enquanto a maioria dos JAS-G não eram reincidente no crime sexual. Relativamente à vinculação, JAS-G revelaram maior probabilidade de possuir uma vinculação do tipo ambivalente do que os JAS-I. Quanto ao comportamento agressivo, estes dois grupos pareceram não se distinguir nas dimensões de agressão física, agressão verbal, hostilidade e raiva. Relativamente às experiências sexuais, os dois grupos de JAS pareceram ter semelhanças ao nível das fantasias exploratórias, íntimas, impessoais e sadomasoquistas. Por último, este estudo demonstrou que os JAS-G se encontravam mais envolvidos em gangs e que pertenciam a um contexto social mais problemático, conotado com práticas transgressivas quando comparados com os JAS-I.</p> <p>Limitações: a dimensão da amostra é reduzida em algumas análises realizadas.</p>
Maia, Pombo, Monteiro & Fernandez, 2009	<p>Objetivo: compreender o abuso sexual de crianças estudando fatores relacionados com o abusador.</p> <p>Amostra: 13 reclusos presos devido a crimes de pedofilia.</p> <p>Instrumentos: entrevistas e aplicação de provas neuroanatômicas (Ressonância Magnética).</p>	<p>Resultados: os resultados propõem a existência de alterações neuropsicológicas em alguns dos sujeitos estudados (atrofia orbito-medial e dorso lateral frontal bilateral, reforçando a atrofia pré-frontal generalizada e alterações significativas do <i>Corpus Callosum</i>, particularmente no corpo e tronco do corpo caloso).</p> <p>-As alterações anátomo funcionais modificam de forma notável as personalidades dos indivíduos, não sendo isto indicativo de deterioro. Contudo estes sujeitos parecem não ser capazes de executar várias tarefas necessárias para que uma meta seja alcançada, o comportamento social está desviado da norma instituída e a capacidade de planeamento está comprometida, tanto no imediato como no que respeita ao futuro.</p> <p>Limitações: amostra não representativa da população portuguesa de agressores sexuais.</p>
Marques, 2014	<p>Objetivo: procurar um maior</p>	<p>Agressor: o participante neste estudo é do sexo masculino, tem ausência de atividade criminosa, um</p>

	<p>entendimento do fenómeno da violência sexual recorrendo a dados da vida quotidiana individual e familiar, bem como, dados da vida social.</p> <p>Amostra: estudo de um caso.</p>	<p>baixo funcionamento intelectual, é socialmente isolado, instável emocionalmente e os comportamentos sexuais não foram intrusivos (tocar e roçar). Este jovem vive numa zona sem marginalidade e tem poucos conhecimentos sobre sexualidade, procurando adquiri-los sozinho e é uma vítima indireta de violência doméstica. A agressão ocorreu em meio familiar, a vítima é do sexo feminino.</p> <p>Limitações: não é representativo da população portuguesa de agressores sexuais.</p>
Marques, 2015	<p>Objetivos: identificar indicadores que possibilitem o despiste precoce de situações de risco.</p> <p>Amostra: 127 sujeitos do sexo masculino com idades entre os 20 e os 73 anos, divididos em dois grupos: o grupo experimental, com 92 sujeitos condenados num EP do distrito judicial de Lisboa (30 condenados por abuso sexual de crianças, 30 condenados por violação e 32 por crimes contra a vida/homicídio) e o grupo de controlo composto por 35 sujeitos que nunca tinham sido condenados.</p> <p>Instrumentos: Inventário de Fatores de Risco Criminal, Questionário de Regulação Emocional.</p>	<p>Resultados: o comportamento criminal é influenciado pela acumulação e escalada de fatores de risco criminal, encontrando-se diferenças entre agressores e não-agressores no que respeita às habilitações literárias (menores para os agressores), profissão (menos qualificados), condições socioeconómicas (melhores condições socioeconómicas para os não agressores) e antecedentes criminais familiares (os agressores têm um maior número de familiares presos), bem como no Inventário de Fatores de Risco Criminal (IFRC) (os agressores obtiveram médias mais elevadas). Por fim, as dificuldades emocionais parecem estar ligadas a uma maior propensão para delinquir, com os participantes agressores a obterem valores mais elevados.</p> <p>Limitações: O tamanho do grupo de controlo devia ser equivalente ao do grupo experimental e o grupo experimental também deveria ser maior para ser representativo desta população.</p>
Martinho, 2011	<p>Objetivo: caracterizar a vitimação sexual em mulheres adultas e a prática pericial nestes casos.</p> <p>Amostra: 14 processos de vitimação sexual de mulheres adultas, dos quais 10 constituem o crime de violação (71.4%) e 4 o crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (28.6%).</p>	<p>Vítimas: as vítimas tinham idades compreendidas entre os 6 e os 36 anos, e a maioria das vítimas eram solteiras (n=12) e apenas uma das mulheres residia sozinha, estando as outras inseridas num contexto familiar. Quanto à escolaridade, constatou-se que apenas 1 das vítimas não era escolarizada. Das vítimas, 6 estavam empregadas, 4 eram estudantes, 2 estavam aposentadas, e apenas uma estava desempregada. Quanto à presença de deficiências, apenas 4 das vítimas possuíam algum tipo de défice cognitivo.</p> <p>Agressores: todos os agressores sexuais eram do sexo masculino sendo que as suas idades oscilavam entre os 15 e os 79 anos. Quanto ao estado civil, 5 eram casados, 4 eram solteiros, 3 eram</p>

	<p>Estes casos foram alvo de avaliação psicológica forense na UPJ da Universidade do Minho entre os anos de 2004 e 2010.</p>	<p>divorciados/separados. No que diz respeito à escolaridade, apenas 2 eram analfabetos e quanto à vida laboral, 6 dos agressores estavam empregados. Quanto aos antecedentes criminais, apenas foram verificados em 2 dos agressores. Verificou-se ainda uma correlação positiva entre a idade do agressor com a presença de deficiência cognitiva na vítima: a maior idade do agressor está associada à presença de deficiência na vítima. Verificou-se ainda que 13 dos agressores pertenciam ao círculo de relações da vítima, sendo que apenas um deles era desconhecido.</p> <p>Caracterização da agressão: a maioria das vítimas foi violada mais de que uma vez (64.3%) e quanto ao período temporal da ocorrência dos crimes, 8 casos (57.1%) envolveram uma ocorrência diária em vários momentos, 3 (21.4%) ocorreram da parte da tarde, 2 (14.4%) de noite e 1 (7.1%) de manhã. Relativamente aos locais das violações, o que predomina é o interior dos carros (vítima/agressor) (n=6; 42.9%), seguido do local ermo/ isolado (n=4; 28.6%). Quanto aos comportamentos levados a cabo, os comportamentos com contacto físico mas sem penetração são os que mais se verificam (71.4%) e no que diz respeito à severidade, 11 dos casos (91,7%) podem ser classificados como muito severos. Quanto à estratégia para levar a cabo o ato, os agressores recorreram sobretudo à coação/ameaça (71.4%). Por fim, quanto às reações adotadas pelas vítimas durante a violação, 11 delas (84,6%) reagiram durante o crime.</p> <p>Limitações: amostra não representativa da população portuguesa de abusadores sexuais e a escassez de informação nos processos periciais.</p>
Martins, 2011	<p>Objetivo: conhecer o abuso sexual de mulheres, prevalência, causas, efeitos e conhecer o comportamento dos agressores sexuais.</p> <p>Amostra: estudo do caso do violador de Telheiras.</p>	<p>Agressor: relativamente à personalidade do agressor estudado concluiu-se que era tímido, com medo das multidões, com passatempo (numismática) pouco vulgar para um homem jovem. Confessou 40 violações apesar de apenas 5 mulheres terem apresentado queixa. Usa o momento de fama para se colocar no expoente máximo.</p> <p>Limitações: não é representativo da população portuguesa de agressores sexuais.</p>
Martins, 2012	<p>Objetivo: estudar a prevalência de abuso sexual de crianças numa amostra portuguesa.</p> <p>Amostra: 200 participantes de nacionalidade portuguesa (149 do sexo feminino e 51 do sexo masculino com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos).</p> <p>Instrumentos: questionário demográfico e o</p>	<p>Vítima: 31 participantes deste estudo foram abusados sexualmente antes dos 12 anos de idade. Houve uma maior percentagem de abuso sexual em participantes do sexo feminino (17,4%), do que do sexo masculino (9,8%). Relativamente à idade da vítima, é no intervalo de idades 8,4 anos e 10,6 anos que o abuso é mais frequente.</p> <p>Agressor: a idade média do agressor é de 29,5 anos e quanto à relação entre a vítima e o agressor, 54,9% dos indivíduos sofreram abuso sexual em crianças por parte de agressores não familiares, no entanto, apenas 9,7% dos abusadores seriam estranhos à crianças.</p> <p>Caracterização da agressão: o tipo de situações mais frequentemente identificadas foram aquelas que incluíam contacto físico, tais como “<i>Ser apalpado por cima da roupa</i>”, com uma percentagem de 71%;</p>

	questionário Childhood Sexual Experiences Questionnaire (CSEQ) (Altman, 2005).	seguida de “ <i>Beijar e abraçar de uma forma sexual</i> ”, com 64,5% de respostas. Limitações: amostra não representativa da população portuguesa de agressores sexuais.
Mateus, 2012	Objetivo: informar sobre a distribuição do abuso sexual de crianças na população. Amostra: 200 participantes (132 do sexo feminino e 68 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos). A amostra foi recolhida em várias instituições de cariz comunitário. Instrumentos: “ <i>Childhood Sexual Experiences Questionnaire</i> ” (CSEQ).	Vítimas: a taxa de prevalência de abuso sexual de crianças encontrada na amostra foi de 14,5%, sendo a prevalência de abuso sexual é superior nas mulheres (15,9%) do que nos homens (11,7%). Relativamente à idade, verifica-se que os abusos ocorrem sobretudo entre os 8,5 anos e os 10,9 anos. Agressores: quanto à relação entre a vítima e o agressor, 34,5% dos abusadores conhecidos e apenas 10,3% eram estranhos %. Quanto à idade do agressor, observou-se que varia entre os 12 e os 70 anos. Caracterização da agressão: em 29,5% dos casos de abuso foram sem contacto físico e 70,5% envolveu algum tipo de contato físico. Limitações: a amostra não foi recolhida de modo aleatório, pelo que os resultados não podem ser generalizados a toda a população portuguesa. Por outro lado, existem informações cruciais sobre os agressores e o ato que não constam, nomeadamente, o sexo do agressor e a caracterização do abuso e das circunstâncias em que ocorreu.
Nunes, 2012	Objetivo: avaliar a existência de diferenças nas distorções cognitivas entre uma amostra de reclusos e uma amostra normativa de estudantes universitários. Amostra: 36 reclusos a cumprir pena por agressão sexual num EP e 66 estudantes universitários. Instrumentos: Escala de Distorções Cognitivas (CDS – Cognitive Distortion Scale; Briere, 2000), Índice de Reatividade Interpessoal (IRI – Interpersonal Reactivity Index; Davis, 1983), Questionário de Avaliação de Sintomas – 45 (SA – 45 – Symptom Assessment-45 Questionnaire; Davison, Bershsky,	Resultados: pretendia-se testar as seguintes hipóteses: Hipótese 1 – o conteúdo das crenças dos agressores é diferente do encontrado na população normativa; Hipótese 2 – determinadas crenças distorcidas, nomeadamente as que visam minimizar a percepção do dano na vítima, estão mais associados a maiores défices de empatia; Hipótese 3 – determinadas crenças distorcidas, nomeadamente as relacionadas com as atribuições negativas em relação ao próprio, aos outros e ao mundo circundante estão mais associadas a determinados sintomas, nomeadamente depressão, stress pós-traumático, hipervigilância, psicopatia e baixa autoestima. -Após a análise dos resultados as amostras esperadas não se verificaram. Verificou-se que, ao contrário do que seria de esperar, as hipóteses apenas se confirmaram no que diz respeito à autculpabilização e à preocupação com o perigo, sendo estes os únicos resultados que estão de acordo com as previsões quanto a serem os reclusos a apresentarem mais distorções cognitivas. Em relação aos sintomas e à empatia não se verificou que fossem os reclusos a evidenciar mais sintomas e um maior défice de empatia; em vez disso, são os estudantes que evidenciam mais sintomas e menos empatia na tomada de perspectiva e preocupação empática. Limitações: instrumentos utilizados - a Escala de Distorções Cognitivas é um instrumento suscetível de ser respondido de acordo com a desejabilidade social; amostra não representativa desta população de agressores em Portugal.

	Bieber, Silversmith, Maruish & Kane, 1997).	
Pechorro, Poiães & Vieira, 2008	<p>Objetivo: identificar diferenças no estilo de personalidade de abusadores sexuais de crianças portuguesas e verificar a sua consistência com as características psicológicas demonstradas nos estudos internacionais.</p> <p>Amostra: obtida em meio prisional, é constituída por 41 homens com uma idade média de 43 anos (intervalo etário dos 17 aos 73 anos).</p> <p>Instrumentos: questionário demográfico e <i>Millon Clinical Multiaxial Inventory-II</i>.</p>	<p>Resultados: no MCMI-II as escalas mais elevadas encontravam-se na categoria Padrões de Personalidade Clínicos. Estes dados sugerem que existe predominância de perturbações da personalidade sobre as perturbações de síndromas clínicas nas amostras de abusadores sexuais de crianças. Dentro da categoria Padrões de Personalidade Clínicos, as escalas mais elevadas foram respetivamente: Dependente, Compulsivo, Evitante, e Esquizóide.</p> <p>-Verificou-se uma grande diversidade de perfis obtidos concluindo que, apesar de certos perfis serem mais frequentes, não é possível excluir um dado perfil de personalidade.</p> <p>-Verificou-se que cada abusador molestou em média duas crianças.</p> <p>-A maioria das vítimas eram meninas e pré-púberes.</p> <p>-Na questão da utilização de agressão física foi comprovado que há um menor nível de agressão às crianças mais novas.</p> <p>-Quanto aos comportamentos sexuais praticados pelos abusadores verificou-se que não há diferenças, tendo em consideração o sexo da vítima, quanto a certos comportamentos (e.g., carícias), mas havê-las quanto a outros comportamentos (e.g., sexo anal).</p> <p>Limitações: Amostra não homogênea (25% dos detidos são preventivos que aguardam julgamento); amostra não representativa da população geral de abusadores sexuais.</p>
Pereira, 2011	<p>Objetivo: efetuar um levantamento de informação, junto de um grupo de agressores sexuais sobre as suas características psicológicas.</p> <p>Amostra: 20 reclusos condenados por crimes sexuais a cumprir pena de prisão em Abril de 2010, no EP do Vale do Sousa (13 condenados por violação e 2 condenados por atos exibicionistas).</p> <p>Instrumentos: grelha de Análise de Processos e a LCSF – R (Lifestyle Criminality Screening Form – Revised).</p>	<p>Resultados: foram identificados três perfis diferenciados: O perfil de Delinquente é aquele que se caracteriza por problemas comportamentais precoces, background familiar negativo e consumo de substâncias; o perfil de Psicopata é aquele que se caracteriza pela existência de um transtorno de personalidade antissocial e desviância sexual; e o perfil de Inadaptado, aquele cuja caracterização aponta para inadaptação social, conflitos nos relacionamentos íntimos, perturbações psicológicas e dificuldades laborais.</p> <p>- O perfil mais frequente é o perfil do agressor Delinquente.</p> <p>-Concluiu-se assim que, embora ainda que não existam interesses sexuais desviantes, abusos na infância e perturbações psicológicas, os delinquentes sexuais apresentam dificuldades educacionais e características de personalidade antissocial, onde predomina a hostilidade, agressividade, reduzida autoestima, reduzida tolerância à frustração, desrespeito pelos sentimentos dos outros, reduzida capacidade de experienciar a culpa, reduzida capacidade de controlo dos impulsos e atos irracionais.</p> <p>Limitações: amostra não representativa desta população de agressores.</p>

Pereira, 2015	<p>Objetivo: estudo da população de jovens agressores sexuais, pela avaliação de características que possam levar a este comportamento durante a adolescência.</p> <p>Amostra: 272 sujeitos do sexo masculino e com idades entre os 12 e os 18 anos, correspondente ao total de rapazes agressores sexuais que eram acompanhados em instituições da DGRSP entre outubro de 2010 e outubro de 2011. A amostra foi dividido em três grupos: a) Grupo de Jovens Agressores Sexuais - Especialistas (JAS-E) com 101 sujeitos; b) Grupo de Jovens Agressores Sexuais – Generalistas (JAS-G) com 38 jovens; e c) Grupo de Jovens Agressores Não-Sexuais (JAN-S), com 133 indivíduos.</p> <p>Instrumentos: Grelha de Recolha de Dados Processuais (Barroso, 2012), Questionário de Agressão (Buss & Perry, 1992 e adaptado por Vieira & Soeiro, 2002), Escala de Fantasias Sexuais de Wilson (adaptada por Barroso, Manita & Nobre, 2010), Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência (Carvalho, 2007).</p>	<p>Resultados: verificou-se a não existência de diferenças significativas entre grupos ao nível dos comportamentos agressivos.</p> <p>-Na dimensão da sexualidade os JAN-S apresentaram visivelmente mais fantasias sexuais exploratórias do que o grupo de JAS-E, o que demonstra uma maior abertura para a prática de atividades sexuais explorativas, por parte dos jovens que cometem agressões não-sexuais. Por outro lado, os JAS-E evidenciaram menos fantasias sexuais do que os grupos de JAS-G e JAN-S.</p> <p>-Quanto à vinculação, o grupo de JAS-E tem indicadores superiores de vinculação ansiosa/ambivalente comparativamente com os JAS-G e JAN-S.</p> <p>Limitações: impossibilidade de avaliar determinadas dimensões em alguns sujeitos (seja por desistência ou por falta de informações nos processos) que faz com que o numero de sujeitos fique reduzido em muitas das variáveis; amostra não representativa da população portuguesa.</p>
Rebocho, 2006	<p>Objetivo: caracterizar a população de indivíduos portugueses que se encontram durante os</p>	<p>Vítima: todas as vítimas eram do sexo feminino, apenas uma das vítimas era negroide e a maior parte das vítimas (44,7%) tinham idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos. A maioria dos sujeitos (n=30) violou apenas uma vítima e no que respeita à</p>

	<p>anos de 2004 e 2005 a cumprir pena por crimes de violação de vítimas adultas, nos EP's portugueses.</p> <p>Amostra: 38 agressores provenientes de quatro EP's, tendo 35 indivíduos sido considerados imputáveis e 3 inimputáveis.</p> <p>Instrumentos: foram analisados os seus processos individuais, realizadas entrevistas e utilizados os seguintes instrumentos: minnesota multiphasic personality inventory 2 (m. m. p. i. 2), inventário clínico de auto-conceito de vaz serra, escala ipc de levenson, inventário de resolução de problemas de vaz serra, psychopathy checklist – revised (pcl-r), sexual violence risk – 20 (svr-20)</p>	<p>natureza da relação do agressor com a vítima, em 18 sujeitos (47.4%) os agressores eram desconhecidos. Na sua maioria, (n=15) as vítimas caminhavam sozinhas pela via pública e durante a prática do crime, na maioria dos casos (n= 32, 84.2%) as vítimas opuseram resistência.</p> <p>Agressores: maioria dos agressores eram caucasóides (n= 30, 78,9%) e a média de idades é de 32 anos. Quanto ao estado civil, 50% dos agressores eram solteiros e 18 (47.4%) afirmaram manter um relacionamento longo e estável, a par do qual se sucediam múltiplos envolvimento, de carácter breve e superficial. No que diz respeito às habilitações literárias, 90% da amostra apenas concluiu o 2º ou 3º ciclo do ensino básico, tendo apenas 2 agressores concluído o ensino secundário. Relativamente à profissão, a maioria dos elementos (55,3%) eram profissionais do setor primário e metade da amostra iniciou o seu percurso profissional entre os 14 e os 16 anos de idade. A maioria dos elementos da amostra (39.5%) provinha de um meio rural carenciado e todos os indivíduos tinham irmãos, sendo o seu lugar na fratria maioritariamente intermédio (44,7%). O ambiente familiar foi caracterizado como harmonioso por 29 sujeitos (76,3%). Ao nível das competências sociais, verificou-se que 27 sujeitos (71,1%) se consideram indivíduos sociáveis e a maioria dos agressores não apresentaram qualquer patologia física ou mental, contudo, ao nível dos comportamentos aditivos, a maioria dos sujeitos consumia álcool em excesso (n=13, 34,2%), drogas (n=7, 18,4%) ou ambos (n=8, 21,2%). À data do crime, 30 agressores (78,9%) descrevem a sua vida profissional como estável bem como a sua vida familiar (n=25, 65,8%), a sua vida social (n=31, 81,6%) e a nível psíquico (47,4%). Relativamente aos antecedentes criminais, a maioria dos sujeitos não apresentava quaisquer antecedentes (n=23, 60,5%). Com a utilização dos instrumentos de avaliação psicométrica obtiveram-se as seguintes conclusões: a amostra apresenta elevações na escala Desvio Psicopático e Paranóia; apresentam resultados ligeiramente superiores à média da população portuguesa quanto ao autoconceito e à resolução de problemas (Inventário clínico de autoconceito de Vaz Serra, Inventário de resolução de problemas de Vaz Serra); de acordo com os resultados obtidos na Psychopathy Checklist – Revised (PCL-R), a amostra tinha 18 não psicopatas, 15 indivíduos moderadamente psicopatas e 5 psicopatas; relativamente ao risco de violência apresentado pelos agressores da amostra, este foi maioritariamente elevado (sexual violence risk – 20 (SVR-20)).</p> <p>Caracterização da agressão: 21 crimes (55,3%) foram cometidos em meio urbano e 17 (44,7%) em meio rural. Quanto ao local onde os crimes foram cometidos, verificou-se que a maioria foi cometido na via pública (n=22, 57,9%). Em 23 dos casos (60,5%), o sujeito praticou os crimes de violação isoladamente e 20 dos crimes (52,6%) foram praticados sem a</p>
--	--	---

		<p>utilização de quaisquer armas, sendo na maior parte dos crimes ($n=17$, 44,7%) a força usada foi apenas a necessária para assegurar a submissão da vítima. Cerca de 52,6% da amostra não se encontrava sob a influência de substâncias. Quanto ao sentimento de remorso 15 indivíduos (39,5%) expressaram a sua ausência e 14 sujeitos (36,8%) afirmaram não nutrir pelas suas vítimas qualquer tipo de sentimento.</p> <p>Limitações: amostra não representativa desta população de agressores.</p>
Rebocho, 2009	<p>Objetivos: estudar e comparar o <i>modus operandi</i> dos agressores e abusadores sexuais de crianças.</p> <p>Amostra: 216 agressores sexuais (129 abusadores sexuais de crianças e 87 violadores) de nacionalidade portuguesa condenados por crimes sexuais.</p> <p>Instrumentos: utilizou um instrumento construído especialmente para reunir a informação a partir dos processos individuais dos agressores, elegendo posteriormente a <i>Chi Square Automatic Interaction Detector (CHAID)</i> como método de análise estatística.</p>	<p>Resultados: os violadores eram significativamente mais novos que os abusadores sexuais de crianças à data da prática do crime.</p> <p>-Não foram encontradas diferenças significativas quanto aos relacionamentos afetivos que mantinham à data do crime, quanto às habilitações literárias nos dois grupos nem quanto aos antecedentes criminais.</p> <p>-Quanto à profissão, os abusadores sexuais de crianças têm uma maior probabilidade de ter uma profissão do sector secundário ($X^2 = 9.421$, $p = .051$).</p> <p>-A maioria dos agressores sexuais de ambos os grupos não tinham quaisquer problemas psiquiátricos ou psicológicos referidos nos seus processos, no entanto os violadores têm uma maior probabilidade de sofrer de perturbações de personalidade ($X^2 = 7.864$, $p = .049$).</p> <p>-Relativamente ao consumo de substâncias, mais de metade dos violadores (56.3%, $n = 49$), e 34.1% ($n = 44$) dos abusadores sexuais de crianças tinham problemas relacionados com o abuso de substâncias, sendo ainda de referir que os violadores têm uma maior probabilidade de abusar de substâncias e álcool ($X^2 = 10.457$, $p < .001$).</p> <p>-No que diz respeito à criminalidade, os violadores têm uma probabilidade significativamente superior de cometer crimes isolados ou em série ($X^2 = 82.239$, $p < .001$).</p> <p>-Relativamente às vítimas, estas eram maioritariamente do sexo feminino para ambos os grupos, no entanto, os abusadores sexuais de crianças têm uma maior probabilidade de atacar vítimas do sexo masculino ($X^2 = 14.099$, $p < .001$).</p> <p>-Quanto ao <i>modus operandi</i> foram encontradas diferenças relativamente ao uso de arma e ao método de ataque: os agressores que selecionam a vítima de forma aleatória, que não usam arma nem força física durante o crime são, normalmente, abusadores sexuais de crianças, enquanto que os violadores têm maior probabilidade de usar um estilo predatório ou recorrer a um método de ataque <i>raptor</i> ou <i>stalker</i>.</p> <p>Limitações: só apresenta duas características do <i>modus operandi</i> que distinguem os dois grupos de agressores sexuais e a amostra não é representativa desta população a nível nacional.</p>
Silva, 2010	<p>Objetivo: análise sobre o consentimento prestado e a intervenção médico-legal na investigação</p>	<p>Agressor: na maioria do sexo masculino (94,93%) e com uma idade média de 32 anos.</p> <p>Caracterização da agressão: para levar a cabo o agressor recorre a certas práticas: a violência física (29,7%), o aliciamento (15,9%), o consentimento da vítima (6,5%), ameaça com arma (2,9%), no entanto,</p>

	<p>criminal entre outras questões relevantes.</p> <p>Amostra: 138 casos selecionados a partir de exames de natureza sexual efetuados no Serviço de Clínica Médico-Legal do Instituto de Medicina Legal de Coimbra / da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal entre o período de 2004 e 2008.</p>	<p>é com as ameaças verbais (28,3%) que se concentra o maior número de casos (39%). Verificou-se que o crime foi consumado em 71,14% dos casos, sendo os atos mais praticados o do coito vaginal com 31,88%, seguido do coito anal com 17,39%. O abusador na sua grande maioria (82,61%) atua sozinho.</p> <p>Limitações: a amostra não é representativa desta população e a escassez de informação nos processos.</p>
Rosa, 2014	<p>Objetivo: conhecer a realidade sobre as agressões sexuais no concelho de Coimbra.</p> <p>Amostra: 58 casos, ocorridos no concelho de Coimbra entre 2008 e 2012 obtidos através da consulta dos exames de avaliação do dano corporal no âmbito de crime de natureza sexual realizados na Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal de Ciências Forenses (DCINMLCF).</p>	<p>Vítimas: 50 vítimas do sexo feminino e 8 vítimas do sexo masculino. A maioria das vítimas tinha menos de 17 anos (62%), tendo a mais nova 12 meses. A maior parte das vítimas crianças vivia apenas com um dos pais, sendo que estes se tinham divorciado (46%). A maioria das vítimas adultas apresentava um baixo nível de instrução.</p> <p>Agressor: são todos do sexo masculino e nos casos em que a idade do agressor é referida ($n=43$), a maioria das idades se situava entre os 15 e os 45 anos (79%). Apurou-se a profissão de 26 agressores, a maioria ($n=9$) eram trabalhadores do setor primário ou estudantes ($n=7$). Apurou-se ainda que, por norma, apresentam um baixo nível de escolaridade (22%) e comportamentos desviantes (29%).</p> <p>Caracterização da agressão: a maioria das agressões ocorreu no período noturno e em local público, sendo que nos casos em que a vítima era menor, ocorreram os crimes em espaço privado e doméstico; a violência física e a ameaça verbal são os meios de constrangimento mais frequentemente utilizados para consumir a agressão; a maioria dos casos de abuso dá-se de forma repetida e por tempo prolongado, sendo que quase todas as agressões múltiplas ocorreram no seio familiar ou com agressores conhecidos; o coito vaginal foi, conjuntamente com carícias de natureza sexual, o tipo de crime sexual predominante (56%) nas vítimas do sexo feminino e o coito anal nas do sexo masculino (76%).</p> <p>Limitações: pouca informação e a amostra não é representativa da população portuguesa de abusadores sexuais.</p>
Silva, 2013	<p>Objetivo: comparar o conteúdo das distorções presentes numa amostra forense (reclusos) e uma amostra normativa (estudantes).</p> <p>Amostra: 84 sujeitos a cumprir pena de</p>	<p>Resultados: os reclusos apresentam parcialmente mais distorções cognitivas do tipo desespero, desamparo e pessimismo que os estudantes universitários.</p> <p>-Não se verificou que as distorções apresentassem um efeito direto no comportamento sexual agressivo que poderá dever-se à necessidade da introdução de mais variáveis na explicação da passagem ao ato.</p> <p>-Verificou-se uma correlação positiva significativa entre o pessimismo e a tomada de perspetiva e</p>

	<p>prisão por crimes sexuais num EP e 200 sujeitos estudantes universitários de diversas universidades de Lisboa e Margem Sul do Tejo.</p> <p>Instrumentos: Escala de Distorções Cognitivas (Cognitive Distortions Scale; CDS; Briere, 2000), e Índice de Reatividade Interpessoal (The Interpersonal Reactivity Index; Davis, 1980).</p>	<p>fantasia, que pode estar relacionada com um quadro depressivo por parte dos participantes com níveis elevados de pessimismo, que os torna capazes de compreender os outros.</p> <p>-Foram encontradas diferenças significativas em dois dos três fatores que compõe a escala das distorções, confirmando a ideia de que a preocupação com o perigo e o futuro são distorções importantes na compreensão das crenças desajustadas que fundamentam a ação dos agressores sexuais. Contudo, o efeito preditivo destas distorções, bem como da empatia, no comportamento dos reclusos não foi significativo.</p> <p>Limitações: falta de variáveis para explicar a passagem ao ato, o tipo de instrumentos utilizados - a Escala de Distorções Cognitivas é um instrumento suscetível de ser respondido de acordo com a desejabilidade social e a amostra não é representativa da população de agressores sexuais.</p>
Silva, 2014	<p>Objetivo: caracterizar os casos de agressão sexual recente, registados no Norte de Portugal, cuja decisão foi a condenação do agressor.</p> <p>Amostra: 100 casos obtidos através da consulta de relatórios periciais que se realizaram entre 2004 e 2012 e que respeitavam os critérios definidos.</p>	<p>Vítimas: a maioria eram estudantes do sexo feminino (86%) com idade média de 13,3 anos.</p> <p>Agressor: maioritariamente do sexo masculino (92%), com idade média de 30 anos e conhecido da vítima (86.2%), sendo que destes apenas 13% eram familiares e os restantes seriam apenas conhecidos ou ex-namorados/ex-maridos.</p> <p>Caracterização da agressão: verificou-se que em grande parte dos casos, o crime se deu na casa do agressor e/ou da vítima (65.1%), com recurso principalmente à violência física (58.6%), sendo o ato sexual mais frequente a penetração (39%).</p> <p>Limitações: o tamanho da amostra que corresponde a 3.7% de todas as alegadas agressões sexuais no norte de Portugal entre 2004 e 2012 e a escassez de informação dos relatórios periciais..</p>
Verónico, 2015	<p>Objetivos: caracterizar o perfil dos agressores sexuais na região norte de Portugal.</p> <p>Amostra: 48 casos obtidos através da consulta dos processos de crimes sexuais no Tribunal de São João Novo.</p>	<p>Vítima: 35 das vítimas são do sexo feminino e 13 do sexo masculino, com uma média de idades de 16,40 anos (intervalo de idades compreendido entre os 4 e os 50 anos) e são maioritariamente solteiras (70,8%).</p> <p>Agressor: A maioria são indivíduos do sexo masculino (apenas 2 são do sexo feminino). A idade mínima é de 19 anos e a máxima é de 76 anos, sendo a média das idades de 40,21. Relativamente ao estado civil, a maioria dos agressores sexuais são solteiros ($n=25$, 52,1%). Quanto à sua profissão, a maioria são trabalhadores não qualificados (62,5%) e relativamente à escolaridade, a maioria possui apenas o ensino básico ($n=25$, 52,1%). No que diz respeito à naturalidade, os locais mais representativos são Massarelos (10,4%), Miragaia (10,4%) e Paranhos (10,4%) com 5 indivíduos cada um. Quanto aos antecedentes criminais, 31 dos indivíduos não apresentam antecedentes criminais (64,6%) e quanto ao crime cometido, a maioria ($n=31$, 64,6%) cometeram o crime de abuso sexual de crianças seguindo-se do crime de violação e do crime de importunação sexual ($n=5$, 10,4%). Comprovou-se também que 85,4% das vítimas conheciam os agressores ($n=41$). E apenas 9 dos indivíduos</p>

		<p>apresentam perturbação psiquiátrica. E a maioria dos agressores nega o crime ($n=46$).</p> <p>Caracterização da agressão: em relação ao local onde o crime foi cometido, a maioria dos crimes foi cometido na residência de ambos ($n= 17, 35,4\%$) ou na residência do agressor ($n= 14, 29,2\%$).</p> <p>Limitações: amostra não representativa desta população de agressores.</p>
Vieira, 2010	<p>Objetivo: identificar as características dos agressores sexuais, nomeadamente, distinguir os agressores sexuais dos restantes agressores ao nível do estilo de pensamento criminal e das crenças sobre o comportamento sexual e sobre a violência sexual em adultos e crianças.</p> <p>Amostra: 228 reclusos do sexo masculino a cumprir pena de prisão nos EP's portugueses que cometeram crimes sexuais ($n= 166$) ou outro tipo de crimes (grupo de controlo= 62 sujeitos).</p> <p>Instrumentos: Inventário Psicológico sobre os Estilos de Pensamento Criminal (I.P.E.P.C) (Walters, 2001), LCSF-R (Lifestyle Criminality Screening Form — Revised, : Checklist de avaliação do Estilo de Vida Criminal (Walters, 1998), Questionário de Buss & Perry, questionário sobre dimensões da agressividade (Buss & Perry, 1992), Escala de Crenças de Violação (ECV) (Matos, 2000) e Escala de Crenças de Abuso Sexual de Crianças (ECAS) (Gonçalves e Matos,2000), Prova de inteligência não</p>	<p>Resultados: são os indivíduos mais velhos os que cometeram abuso sexual.</p> <p>-Ao nível das punições institucionais, verifica-se que os indivíduos que cometem duas ou mais ofensas sexuais são aqueles que sofrem mais punições.</p> <p>-Agressores sexuais que cometeram também outro tipo de crime revelam ter um estilo de pensamento criminal mais vincado, ao contrário dos indivíduos que cometeram ofensa sexual.</p> <p>-Os agressores sexuais caracterizam-se por possuírem baixas atitudes/crenças e traços antissociais, ao contrário dos demais.</p> <p>-Quanto ao estilo de pensamento Competências Pessoais/Interpessoais e Estilos de Coping os agressores sexuais apresentaram valores mais baixos, refletindo a capacidade que estes indivíduos têm em se relacionarem com os outros.</p> <p>-Quanto ao estilo Insight/Locus de Controlo também não se verificaram diferenças significativas, salientando-se apenas o valor mais elevado obtido pelos sujeitos que cometeram crime sexual associado a outro tipo de crimes.</p> <p>- Quanto ao fator Locus Controlo Externo/Autoconceito Grandioso, os dados revelaram que os indivíduos que cometerem crimes sexuais são os que não atribuem o controlo dos seus atos e comportamentos a fatores externos, nem denotam um autoconceito elevado.</p> <p>-Em relação à história de pensamento criminal são os agressores sexuais revelaram terem menor passado de pensamento criminal ao contrário dos indivíduos que cometeram outros crimes.</p> <p>-Relativamente à Idade, são os indivíduos mais novos que revelam um estilo de pensamento criminal mais vincado, demonstrando serem indivíduos caracterizados por possuírem atitudes antissociais, locus de controlo externo, conceito elevado de si próprio e pensamento criminal.</p> <p>-Os sujeitos solteiros têm um estilo de pensamento criminal mais presente, pautado por Atitudes/Crenças e Traços Antissociais, menos Competências Pessoais/Interpessoais, um Locus Controlo Externo e Autoconceito Grandioso, Pensamento Criminal Corrente, bem como história de pensamento criminal.</p> <p>-Quanto aos antecedentes criminais, os indivíduos reincidentes que apresentam valores mais elevados no estilo Atitudes/Crenças e Traços Antissociais e no fator Locus Controlo Externo e Autoconceito Grandioso, bem como na escala de conteúdo História de Pensamento Criminal.</p> <p>-Relativamente à Psicopatía, os resultados encontrados permitem concluir uma</p>

	verbal: Teste D 48 (CEGOC-TEA, 1983) Psychopathy Checklist-Revised de Hare (Gonçalves, 1999).	forte associação entre esta e o estilo de pensamento criminal. -Quanto às dimensões da agressividade e o pensamento criminal, verificou-se que as dimensões Agressão Física, Agressão Verbal, Raiva, Hostilidade e o Total da agressividade estão associados ao pensamento criminal na sua generalidade e mais especificamente aos estilos de pensamento criminal. -Os agressores sexuais apresentam valores mais elevados no estilo ao nível das atitudes e crenças que acabam por permitir que adotem comportamentos ofensivos. -Os violadores são indivíduos que se caracterizam por terem um estilo de pensamento caracterizado por Atitudes/Crenças e Traços Antissociais e por apresentarem valores mais elevados ao nível da História de Pensamento Criminal, ao contrário dos demais agressores sexuais. -No que diz respeito às escalas sobre a violência sexual, verificou-se a existência de uma forte associação com o pensamento criminal. Limitações: difícil aplicação do instrumento IPEPC - os reclusos apresentaram dificuldades ao nível da leitura, o número de sujeitos diferente em cada subtipo criminal e a amostra não é representativa desta população portuguesa de agressores.
--	---	--

4. Modus operandi

4.1. Definição e conceptualização

Os primeiros estudos que analisaram especificamente o *modus operandi* dos criminosos sexuais contra crianças foram realizadas no final de 1980 com o objetivo de fornecerem informações para fins preventivos (Berliner & Conte, 1990; Budin & Johnson, 1989; Christiansen & Blake, 1990; Conte, Wolf & Smith, 1989; Kaufman, Wallace, Johnson & Reeder, 1995; Lang & Frenzel, 1988; Leclerc et al., 2005; Proulx, Ouimet & Lachaine, 1995; Smallbone & Wortley, 2000; Young, 1997) e forneceram dados cruciais sobre as estratégias adotadas por estes agressores para cometer os seus crimes, como por exemplo dessensibilizarem gradualmente a vítima antes de estabelecerem o contacto sexual (Berliner & Conte, 1990; Christiansen & Blake, 1990) e que recorrem a coerção e ameaças quando a manipulação falha (Berliner & Conte, 1990; Budin & Johnson, 1989; Conte et al, 1989; Lang & Frenzel, 1988; Christiansen & Blake, 1990).

Porém a definição de *modus operandi* só surge com os estudos desenvolvidos posteriormente (Kaufman, 1991; Kaufman et al, 1998; Leclerc, Proulx & Mckibben, 2005; Smallbone & Wortley, 2000). Segundo Kaufman, Hiliker e Daleiden (1996) o *modus operandi* é “o padrão de comportamentos que os autores exibir nos períodos antes, durante e após o contato sexual ilícita” (p. 18) e, de acordo com Douglas, Burgess,

Burgess e Ressler (1997) o *modus operandi* é definido como “as ações que são tomadas por um criminoso para cometer o delito com sucesso” (p. 353). Mais recentemente, Guerra (2016) definiu o *modus operandi* como o “método ou procedimento que o agressor usa quando comete um crime” (p. 332). O *modus operandi* pode manter-se constante, o que raramente acontece, ou pode sofrer alterações ao longo do tempo, como resultado duma progressão e habilidade relativamente ao ato criminoso (Douglas & Munn, 1992; Guerra, 2016).

Porém, apesar do estudo do *modus operandi* fornecer uma grande quantidade de conhecimentos sobre o evento criminal, não explica totalmente o processo do cometimento do crime, sendo para isso também necessário considerar vários fatores, tais como as variáveis situacionais e as características das vítimas que podem influenciar o *modus operandi* do agressor, que se pode adaptar e, conseqüentemente, adotar novas estratégias para cometer o crime, alterando o resultado do crime (Cornish, 1994; Lacoste & Tremblay, 2003; Leclerc et al., 2009).

O estudo do *modus operandi* aumentou muito nos últimos anos sendo reconhecida a sua importância ao nível da prevenção e do tratamento das vítimas (Leclerc et al., 2009). Relativamente à prevenção, a partir do momento que se conhece todas as fases do *modus operandi*, é possível ajudar os delinquentes a identificar as diferentes fases que antecedem o evento criminal e os obstáculos que os impedirão de cometer crimes, conseguindo desta forma prevenir a ocorrência do ato. No que diz respeito ao tratamento das vítimas, a partir do conhecimento de todas as fases do *modus operandi*, estas conseguirão compreender todo o processo que leva à prática do crime e identificar determinadas estratégias, podendo desta forma evitar a ocorrência do crime (Kaufman et al., 1998).

4.2. Revisão da literatura

Dos estudos realizados sobre o *modus operandi* verificou-se que este podia variar com a idade do agressor, com as características da vítima (e.g., idade, sexo), com a relação existente entre o agressor e a vítima e a presença de fantasias sexuais desviantes (Guerra, 2016; Leclerc et al., 2009).

Relativamente à **influência da idade** do agressor no *modus operandi*, Kaufman e et al. (1998) levaram a cabo um estudo com 228 agressores sexuais (adolescentes e adultos) e verificaram que os agressores adolescentes adoptam estratégias mais violentas para cometer os seus crimes, quando comparados com os agressores adultos. Os autores sugerem que isto acontece porque os agressores sexuais adultos têm um estatuto especial (e.g., social, parental) que pode reduzir as suas necessidades de adotar estas estratégias violentas. Por outro lado, os agressores sexuais podem progredir do

uso de estratégias coercivas para métodos mais sofisticados (e.g., manipulação) (Kaufman, Orts et al., 1996; Leclerc et al., 2009).

Ainda quanto à influência da idade da vítima no *modus operandi*, surgem dois estudos com conclusões interessantes. Em 2006, com uma amostra de 226 de agressores sexuais, Leclerc, Carpentier e Proulx estudaram qual a estratégia utilizada pelo agressor (manipuladora, coerciva ou não convincente) em função de algumas características, nomeadamente da idade da vítima (entre os 0-13 anos). Os autores concluíram que os agressores sexuais que abusam de crianças mais velhas tendem a utilizar uma estratégia manipuladora (Leclerc et al., 2009). Já Kaufman, Hilliker e Daleiden (1996) com uma amostra de 179 agressores sexuais adolescentes, procuraram estudar a relação entre a idade das vítimas mais jovens (0-3 anos, 4-6-anos, 7-9 anos, 10-12 anos e 13-17 anos) e vários conjuntos de estratégias em diferentes estágios do *modus operandi*. Com exceção para o conjunto de estratégias “uso de álcool e drogas”, os outros conjuntos de estratégias (dar presentes e amor/atenção para ganhar a confiança da vítima, dar amor/atenção e ameaçar alterar a relação entre os dois (agressor-vítima) para ganhar a cooperação da vítima e ameaçar retirar benefícios para manter o silêncio da vítima) subiram com as faixas etárias dos 0-3 anos e dos 4-9 anos, diminuindo posteriormente à medida que a vítima caminha para a adolescência (10-17 anos).

Estes autores estudaram ainda a **influência do sexo da vítima** no *modus operandi* do agressor e verificaram que vários conjuntos de estratégias (dar presentes e amor/atenção para ganhar a confiança da vítima, dar amor/atenção, ameaçando prejudicar amigo da vítima e familiar e alterar a relação entre os dois (agressor-vítima) para ganhar a cooperação da vítima e ameaçar retirar benefícios para manter o silêncio da vítima) foram mais frequentemente usados por agressores que abusaram de vítimas de ambos os sexos do que agressores que abusaram apenas de vítimas de um único sexo (femininas ou masculinas). O *modus operandi* destes últimos agressores não se diferenciaram. De acordo com Hunter, Hazelwood e Slesinger (2000) isto pode acontecer por causa da influência do sexo da vítima no *modus operandi* depender de outros fatores como a idade e a resistência da vítima (Leclerc et al., 2009).

Um outro fator importante ligado ao *modus operandi* é a **relação existente entre o agressor e a vítima** (intrafamiliar ou extrafamiliar) (Leclerc et al., 2009). Vários autores (Kaufman, Hilliker e Daleiden, 1996; Kaufman, Orts et al., 1996; Kaufman, Hilliker, Lathrop et al., 1996) estudaram a relação entre esta variável e o *modus operandi* de adolescentes agressores sexuais e verificaram que os agressores que agridem vítimas intrafamiliares usam mais frequentemente estratégias que consistem em dar presentes para ganhar a confiança da vítima, dar amor/atenção, ameaçando alterar a relação entre

os dois para ganhar a cooperação da vítima e ameaçar retirar benefícios para manter o silêncio da vítima, do que aqueles que têm vítimas extrafamiliares. Mais tarde, Kaufman et al. (1998) estudaram o impacto da relação agressor-vítima no *modus operandi* dos agressores sexuais adolescentes e dos adultos e verificaram que os agressores sexuais adolescentes com vítimas intrafamiliares adotam com mais frequência estratégias que consistem em expor as vítimas a pornografia para ganhar a sua cooperação do que quando têm vítimas extrafamiliares. Estes autores observaram ainda que os agressores intrafamiliares (adolescentes e adultos) adotam estratégias que consistiam em dar presentes à vítima e fazer com que ela se sentisse impotente (e.g., contar o seu comportamento sexual aos outros) com mais frequência do que os infratores extrafamiliares, que usam estratégias relacionadas com o uso de álcool e drogas (*ibidem*; Leclerc et al., 2009). Estes resultados mostram que os agressores intrafamiliares beneficiam do estatuto como membro da família que lhes proporciona a oportunidade de usar a sua autoridade e adotar estratégias específicas (Leclerc et al., 2009).

Um outro fator relevante na influência do *modus operandi* é a **presença de fantasias sexuais desviantes**. Em 2006, Leclerc et al. verificaram que os agressores sexuais adultos com fantasias sexuais desviantes 48 horas antes de cometer o delito têm uma tendência significativa a adotar uma estratégia manipuladora, em vez de uma estratégia coerciva e que os que adotaram uma estratégia manipuladora tinham mais fantasias sexuais desviantes do que os que utilizaram uma estratégia coerciva (Leclerc et al., 2006; Leclerc et al., 2009). No entanto, estes resultados são inconsistentes com os obtidos por Carter, Kaufman, Barber, Galindo e Marnane (2002) que através da utilização de uma amostra de 247 agressores sexuais adolescentes para estudar especificamente a relação entre a presença de fantasias sexuais e a violência verificaram que os agressores que usaram violência extrema foram os que relataram maior frequência de fantasias sexuais desviantes. Porém, os autores sugerem que o papel das fantasias sexuais desviantes nos crimes sexuais de adolescentes deve ser interpretado com cuidado, uma vez que os adolescentes podem ainda não ter desenvolvido um padrão fixo de excitação sexual e interesse e, de forma geral, é encontrada uma baixa correspondência entre os padrões de excitação e a ocorrência de agressão sexual (Hunter & Becker, 1994; Hunter, Goodwin & Becker, 1994).

Mais recentemente foram estudadas ligações entre tipos específicos de fantasias sexuais e várias estratégias utilizadas pelos agressores sexuais para levar a cabo a sua agressão sexual (dar álcool/ drogas, dessensibilização da vítima para o contacto sexual, dar presentes, dar/retirar benefícios) (Carter, Kaufman, Estes, & Stotler-Turner, 2005), encontrando-se uma associação entre fantasias sexuais coercitivas e o uso de álcool/ drogas para os agressores sexuais adultos. Contudo, os autores não encontram

informações sobre a influência das fantasias sexuais no *modus operandi* dos agressores sexuais adolescentes, sugerindo que se realizem mais estudos para resultados mais consistentes (Carter, Kaufman, Estes, & Stotler-Turner, 2005).

4.3. Enquadramento teórico

4.3.1. Teoria da escolha racional

As teorias criminológicas de base determinista que procuravam explicar como ocorria o crime ignoravam grandemente o processo de tomada de decisão por parte o agressor, vendo-o apenas como uma figura passiva em todo o evento criminal (Clarke & Cornish, 1985). Esta teoria surge depois das sucessivas falhas nos programas de reabilitação dos anos 60 e 70 que deitam por terra algumas das teorias que se encontravam até aí em prática (Cornish & Clarke, 2008).

De acordo com esta teoria, o crime é um ato intencional e racional, cujo objetivo do agressor passa por maximizar os benefícios que pode retirar dele e reduzir ao máximo os custos que advém do seu cometimento (Becker, 1968; Cornish & Clarke, 1987; Felson, 2002). Porém, este cálculo efetuado será condicionado, tal como já foi referido, pelos custos e aptidões necessárias para o cometer, sendo um processo limitado pelas características cognitivas, pelo tempo disponível e pela informação que possui sobre a situação criminal em concreto (Cornish & Clarke, 1987). Este modelo depende ainda do ambiente e dos fatores situacionais (e.g., resistência da vítima), uma vez que é aqui que se geram as oportunidades para a ocorrência do crime e estes são passíveis de influenciar o comportamento do indivíduo (Clarke & Cornish, 1985).

Os autores realçam ainda que o crime não deve ser analisado de forma global e unitária, dado que os agressores praticam crimes específicos, com objetivos e finalidades particulares, bem como motivações, métodos, locais e contextos específicos e diferentes para cada tipo de crime – por isso o designam por *evento criminal* (Clarke & Cornish, 1985). Inicialmente o entendimento de evento criminal envolvia apenas uma etapa do processo do cometimento do crime, a seleção de alvos. Neste sentido, Cornish (1994) propôs o conceito de *script criminal* para auxiliar na análise do processo do cometimento de crime. O *script criminal* é um procedimento passo-a-passo que orienta o processo de ação desde uma decisão racional até à decisão ponderada do cometimento do crime (e as suas consequências) (Cornish & Clarke, 2008). Este conceito trouxe a vantagem de desvendar uma estrutura que torna passível de investigar todas as fases do processo de cometimento de um crime específico e a identificar as decisões que o agressor toma em cada uma das fases, bem como as variáveis situacionais e os obstáculos que podem

levar a que o agressor altere o *modus operandi* delineado inicialmente (Lelarc, Proulx & Beauregard, 2009).

Cornish (1998) foi o primeiro a elaborar modelos de *script* criminal para crimes sexuais contra as crianças. Este autor delineou dois *scripts* específicos relacionados com o abuso sexual de crianças do sexo masculino, um para explicar os abusos cometidos por agressores estranhos em locais públicos e outro para explicar abusos perpetrados em instituições¹². Estes modelos de *scripts criminais* não foram testados empiricamente, porém mostram-se extremamente relevantes no estudo de crimes sexuais e no conhecimento das ações e decisões tomadas antes, durante e depois do crime, sendo coerente com o quadro temporal do *modus operandi* (Kaufman, Hilliker & Daleiden, 1996).

Nesta linha, Beauregard, Proulx, Rossmo, Leclerc e Allaire (2009) realizaram um estudo sobre agressores sexuais em série para identificar determinados *scripts* do cometimento de crime. Os autores analisaram 361 eventos criminais descritos por 72 agressores sexuais em série, com um especial enfoque nos violadores de mulheres. Com este estudo os autores identificaram três *scripts* do cometimento destes crimes: (1) coercivo; (2) manipulação; e (3) não-convincente, isto é, nenhuma estratégia particular. Este estudo também sugere que os agressores sexuais podem mudar de uma estratégia para outra de acordo com fatores ambientais, como por exemplo, o local do crime (*ibidem*).

4.3.2. Teoria das atividades de rotina

É com base na ideia de que a prática de um crime é influenciada pelo contexto que está inserido, não dependendo apenas de uma decisão racional, que surge a teoria das atividades de rotina. Neste sentido, esta teoria procura explicar o crime focando a sua atenção nas características espaciais e temporais das atividades sociais (Cohen & Felson, 1979).

Felson (2008) defende que a importância das atividades de rotina se manifesta tanto a nível micro como a nível macro. De uma óptica macro, Cohen e Felson (1979) consideram que apesar das melhores condições económicas e bem-estar social a delinquência não diminui podendo, inclusive, aumentar (Garrido, Stangeland & Redondo, 2006). Isto porque uma melhor qualidade de vida não está diretamente relacionada com uma descida da delinquência, uma vez que as sociedades modernas são as que

¹² Como exemplo, este *script* é descrito da seguinte forma: preparação (elaboração de fantasias sexuais, acesso e uso de pornografia infantil), entrada/ chegada ao local, pré-condições (usando um papel legítimo, ter direito de acesso para todos os aspectos do ambiente, ausência de guardiões capazes), pré-condição instrumental (selecionando uma potencial vítima), a iniciação instrumental ("aliciamento"), atualização instrumental (remoção ou acesso a um lugar sem supervisão, a falta de rotas de fuga), ato (agressão sexual), pós-condição (desligamento bem sucedido) e saída do ambiente (Lelarc, Proulx & Beauregard, 2009).

modificam o seu estilo de vida e, com isso, as suas atividades de rotina, passando-se mais tempo fora de casa, aumentando assim as probabilidades dos crimes contra o património. O mesmo acontece com as frequentes saídas noturnas e durante os fins-de-semana: os contatos interpessoais em lugares e espaços públicos aumentam, constituindo uma excelente oportunidade para atividades predatórias, agressivas ou criminais (*ibidem*).

De um ponto de vista micro, esta teoria defende que para a ocorrência de um evento criminal tem de se verificar a convergência, espacial e temporal, de três elementos: a) um agressor motivado; b) um alvo atraente; c) a ausência de guardiães capazes (Castillo, 2013; Cohen & Felson, 1979; Felson, 1987, 2002, 2008; García-Pablos de Molina, 2005). O primeiro elemento requer a existência de um potencial delinquente motivado e disposto a aproveitar-se das circunstâncias. O segundo elemento requer a existência de um alvo adequado que deve ter algumas características - Valor, Inércia, Visibilidade e Acesso¹³. Por fim, o terceiro elemento consiste na existência de um guardião – qualquer indivíduo – que se encontre numa posição que dissuada o potencial delinquente de cometer o crime (Felson, 2008).

Por último, importa referir que ambas as teorias se encontram intimamente ligadas. Em 1993, Clarke & Felson combinaram a teoria da escolha racional com a teoria das atividades de rotina, defendendo que a racionalidade que está implícita na teoria das atividades de rotina e que as teorias são compatíveis, apesar de terem um âmbito e um propósito diferentes (Clarke & Felson, 1993). As principais diferenças assinalam-se ao nível dos esforços da teoria da escolha racional para explicar as disposições criminais (delinquentes motivados) e, principalmente, ao nível do facto que a teoria das atividades de rotina ter uma perspectiva macro – olhando para eventos criminais de nível populacional-, enquanto a teoria da escolha racional ter uma perspectiva micro – olhando para os eventos criminais a partir de um nível pessoal (Wikström & Treiber, 2016). Apesar de nunca ter existido uma integração das duas teorias, a conjugação destas duas representa aquilo a que os criminólogos chamam de análise situacional do crime (Wikström & Treiber, 2016).

A conjugação destas teorias chama-nos à atenção para a interação entre o indivíduo e o ambiente, tendo em atenção que não é suficiente a mera existência de um criminoso motivado para que o crime se dê, mas é necessário a ocorrência de uma situação ideal para que este se decida a atuar. E é neste ponto onde as duas teorias

¹³ (1) o valor ou a desejabilidade do alvo, o qual é obtido a partir do cálculo da perspectiva racional subjetiva do ofensor; (2) a inércia do alvo, que se refere a todos os aspectos que podem facilitar ou dificultar o transporte do mesmo (peso, mobilidade, resistência, existência de fechaduras, entre outros); (3) a visibilidade do alvo, que identifica o alvo a atacar; e (4) a acessibilidade do alvo e a facilidade de fuga, que vão aumentar o risco de ataque (Felson, 2008).

interagem e se completam (García-Pablos de Molina, 2005).

No caso específico dos agressores sexuais, Elliott, Browne e Kilcoyne (1995) observaram que 39% dos agressores sexuais da sua amostra revelaram que iriam usar ameaças ou violência, se fosse necessário, para superar a resistência da vítima. Proulx, Ouimet e Lachaîne (1995) realizaram um estudo exploratório com o propósito de analisar as decisões e comportamentos dos agressores sexuais de crianças de modo a compreender melhor o seu processo de cometimento de crime. Estes autores verificaram que os agressores tomavam uma série de decisões antes de cometer o abuso, nomeadamente, o agressor tem que escolher seu terreno de caça, ou seja, o lugar onde é mais provável encontrar uma potencial vítima e o momento certo para cometer o crime, onde não se verificam guardiões. O agressor tem ainda de selecionar uma vítima de acordo com valor erótico que tem para si (e.g., idade, sexo, características físicas), a vulnerabilidade da mesma (física e / ou psicológica) e a sua familiaridade. Finalmente, o agressor tem de decidir a forma como se vai aproximar da vítima e qual a estratégia que irá utilizar para abusar da vítima (Proulx, Ouimet & Lachaîne, 1995).

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)

1. Fundamentação do estudo

As teorias criminológicas tradicionais procuram compreender a criminalidade debruçando-se sobre o estudo do agressor e do seu percurso e os efeitos da dissuasão (Rossmo, 2000). Estas abordagens procuram explicar o comportamento do agressor recorrendo ao seu património genético e ao seu desenvolvimento, centrando-se, neste sentido, nas causas distais do crime (Wortley & Mazerolle, 2008). Segundo alguns autores (Jeffery 1971, 1977) ao se centrarem exclusivamente no agressor, estas abordagens acabam por ignorar três das quatro dimensões do evento criminal, a saber: a lei, o criminoso, um alvo e um local (Brantingham & Brantingham, 1991). Os delinquentes eram normalmente descritos como indivíduos irracionais, com um baixo autocontrolo, impulsivos e que, na maioria das vezes, tinham patologias psiquiátricas que acabavam por ajudar a explicar o seu comportamento (Simon & Zgoba, 2006). No entanto, surgiram nos últimos tempos vários estudos (Beauregard & Leclerc, 2007; Beauregard et al., 2009; Beauregard et al., 2007) que defendem que os delinquentes são indivíduos racionais, que cometem os crimes com o objetivo último de satisfazer as suas necessidades, quer sejam económicas, emocionais, sexuais ou sociais (Leclerc, 2009). Neste sentido, os delinquentes tomam um conjunto de decisões relativas ao cometimento do crime que dependem da sua interação com o ambiente físico e com as diferentes oportunidades que surgem para o cometimento do ato (Leclerc, 2009; Rossmo, 2000).

É no sentido de compreender os eventos criminais através do estudo da interação que se estabelece entre os agressores, as vítimas e os espaços que vão surgindo diferentes estudos do *modus operandi* destes agressores (Brantingham & Brantingham, 1991).

2. Objetivos e hipóteses

Este estudo tem como objetivo geral caracterizar uma amostra de agressores sexuais portugueses, observando em detalhe as suas características e o modo como estes cometeram os crimes, isto é, o seu *modus operandi*. Para aumentar o grau de informação diferenciaram-se os sujeitos em termos de tipologia, procurando-se analisar quais as características dos abusadores sexuais de crianças, dos violadores e dos pedófilos e quais as diferenças entre si.

Como consequência deste objetivo geral surgem alguns objetivos específicos aos quais este estudo tentará responder. São eles:

- a) Conhecer as características e especificidades demográficas, psicológicas e criminais apresentadas por cada um dos grupos (agressores sexuais de crianças, violadores e pedófilos);
- b) Depois, perceber se existem diferenças significativas entre os três grupos;
- c) E, por fim, compreender em que se diferenciam os três grupos.

Tendo-se inumerado os objetivos do presente estudo, as questões de investigação que se colocam são as seguintes:

- i) Quais as características e especificidades demográficas, psicológicas e criminais apresentadas por cada um dos grupos (agressores sexuais de crianças, violadores e pedófilos)?
- ii) As características e especificidades demográficas, psicológicas e criminais apresentadas pelos três grupos são diferentes entre si?
- iii) Em que diferem os três grupos?

Assim, se estes grupos forem distintos nas suas características, os resultados obtidos indicarão quais as variáveis que os distinguem. Por outro lado, se as cotações das variáveis forem semelhantes, significa que estes grupos não se distinguem nessas dimensões.

3. Material e métodos

3.1. Caracterização do estudo

Este estudo insere-se no âmbito da investigação quantitativa, no qual se pretende, com recurso à análise documental de processos, conhecer as características de cada um dos grupos em estudo e as diferenças entre eles. Uma vez que o investigador observa as variáveis, não tendo controlo ou intervenção propositada sobre as variáveis do estudo, efetuando comparações entre as diferenças de resultados de dois grupos, estamos perante um estudo correlacional (Fortin, 2003; Freixo, 2009; Marôco, 2011).

3.2. Amostra

A amostra total deste estudo é constituída por 275 agressores sexuais (127 violadores (45.7%), 105 abusadores sexuais de crianças (37.8%) e 43 pedófilos (15.5%)) do sexo masculino a cumprir pena de prisão nos estabelecimentos prisionais da Carregueira ($n=107$, 38.5%), de Coimbra ($n=19$, 6.8%), de Leiria ($n=10$, 3.6%), de Paços de Ferreira ($n=47$, 16.9%), do Porto ($n=27$, 9.7%), de Santa Cruz do Bispo Masculino ($n=45$, 16.2%) e do Vale do Sousa ($n=20$, 7.2%), durante o período temporal da recolha dos dados. Relativamente às idades dos agressores da nossa amostra, aquando do momento da recolha dos dados, estas estavam compreendidas entre os 19 e os 78 anos

(M= 44.38; DP=13.24). Quanto à nacionalidade, 237 dos agressores eram de nacionalidade portuguesa (86.2%) e apenas 38 (13.8%) dos agressores eram provenientes de outros continentes e países (África, Angola, Brasil, Cabo Verde, França, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Ucrânia).

No plano de estudo inicial pretendia-se obter uma amostra representativa da população que está em estudo. Através da consulta das estatísticas realizadas pela DGRSP, relativas aos crimes cometidos pelos indivíduos do sexo masculino que se encontravam a cumprir pena de prisão, obteve-se a seguinte informação: relativamente ao último trimestre de 2015 existiam 276 condenados por abuso sexual de menores e 206 por violação; segundo os dados do relatório anual de 2014 existiam, a 31 de dezembro de 2014, 275 indivíduos condenados por abuso sexual de menores e 203 condenados por violação. Assim, para calcular uma amostra representativa desta população efetuou-se um cálculo amostral¹⁴ utilizaram-se os dados do último trimestre de 2015, com um nível de confiança de 95% e erro de 5%, obtendo-se os seguintes valores para uma amostra representativa: 296 agressores sexuais, sendo 135 violadores e 161 abusadores sexuais de crianças. Porém, devido aos constrangimentos temporais e à demora em obter a autorização pela DGRSP, só foi possível reunir a amostra supramencionada.

Os pedófilos foram classificados de acordo com a *Screening Scale for Pedophilic Interests* (SSIP), uma escala de Seto e Lalumière (2001, traduzido por Barroso, 2014) que avalia os interesses sexuais pedófilos. Esta escala é composta por quatro correlatos sólidos da resposta falométrica indicativa de pedófila, são eles: ter uma vítima masculina, ter mais que uma vítima, ter uma vítima de 11 anos ou menos e ter uma vítima extrafamiliar ou estranha. Cada um destes itens é codificado como presente (1) ou ausente (0), no entanto, o primeiro item – ter uma vítima masculina – se estiver presente é codificado com 2, uma vez que este tem o dobro da contribuição do que os restantes itens. No final, somam-se as codificações, sendo possível obter uma pontuação entre 0 e 5. Os indivíduos que cotarem entre 0 e 2 (inclusive) são considerados não pedófilos enquanto que os que pontuarem entre 3 e 5 são classificados pedófilos (Seto & Lalumière, 2001)¹⁵.

Relativamente ao método de constituição da amostra, esta amostra é não probabilística, uma vez que não temos garantia de que cada elemento teve igual

¹⁴ $n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$, sendo n-amostra calculada; N – população; Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança; p - verdadeira probabilidade do evento; e - erro amostra.

¹⁵ Seto et al., (2015b) fizeram uma revisão a esta escala e propuseram a inclusão de um novo item: o uso de pornografia infantil, dando origem à escala SSPI-2. De acordo com os autores, a inclusão deste item melhora a capacidade de predição da escala. Nesta investigação também foi aplicada esta escala, no entanto, optou-se por utilizar os dados obtidos pela primeira, uma vez que quase nunca era possível obter informação para completar este quinto item.

probabilidade de ser incluído (Marôco, 2011). É também de conveniência, dado que foram selecionados os indivíduos em função da presença dos critérios de seleção previamente definidos, da representação amostral necessária e que estão mais acessíveis, por se encontrarem detidos (*idem*).

No que diz respeito aos critérios de seleção da amostra, só foram incluídos agressores do sexo masculino uma vez que os estudos demonstram que a maior percentagem de crimes sexuais é cometido por indivíduos do sexo masculino (Steffensmeier, Zhong, Ackerman, Schwartz, & Agha, 2006), o que também é comprovado pelas estatísticas da DGRSP acima mencionada, uma vez que existem apenas 5 mulheres condenadas por abusos sexuais de crianças e nenhuma pelo crime de violação, no último trimestre do ano anterior.

3.3. Instrumentos e variáveis do estudo

Tendo em conta os objetivos do estudo, foi utilizada a Grelha de Recolha de Dados Processuais - agressor (Barroso, 2012). Esta grelha diz respeito a um documento que é preenchido pelo investigador aquando da análise dos dados processuais de cada indivíduo que permite recolher informações sociodemográficas, familiares, desenvolvimentais, comunitárias e residenciais, criminais, sobre o crime cometido, relacionais, jurídicas, relativas à sexualidade, competências interpessoais, uso/abuso de substâncias e relativas à saúde de cada indivíduo.

Tal como foi referido anteriormente, para identificar os sujeitos com interesses sexuais pedófilos foi utilizada a *Screening Scale for Pedophilic Interests* (SSIP), uma escala de Seto e Lalumière (2001, traduzido por Barroso, 2014).

Quanto ao estatuto socioeconómico dos sujeitos, aplicou-se a escala de Graffar adaptada à população portuguesa (Amaro, 1990). Esta escala é um instrumento que classifica socialmente as famílias tendo em conta quatro critérios: profissão, nível de instrução, origem do rendimento e tipo de habitação. É atribuída à família uma pontuação para cada um dos critérios, em função do grau em que se localizam e com a soma dessas pontuações obtém-se um escalão/classe entre cinco possibilidades: Classe I-Elevado, Classe II-Médio-Elevado, Classe III-Médio, Classe IV-Médio-Baixo e Classe V-Baixo.

3.4. Procedimentos

Relativamente aos procedimentos a adotar ao longo desta investigação, podemos destacar três fases cruciais.

Numa primeira fase foram realizados um conjunto de procedimentos que permitissem recolher a amostra. Neste sentido, fez-se o pedido de autorização à Direção

Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para ter acesso aos processos da população mencionada nos diversos estabelecimentos prisionais do país. A autorização¹⁶ foi dada para quinze estabelecimentos prisionais, sob determinadas condições, nomeadamente assegurando a preservação do anonimato e confidencialidade dos dados. Posteriormente, foram selecionados os estabelecimentos prisionais acima mencionados, tendo em conta critérios de proximidade e quantidade destes agressores. As datas de recolha dos dados foram agendadas com a direção de cada estabelecimento prisional.

Numa segunda fase, foram então recolhidos os dados recorrendo à Grelha de Recolha de Dados Processuais (Barroso, 2012). Esta recolha deu-se entre fevereiro e abril de 2016.

Depois de recolhida toda a amostra, procedeu-se à codificação e à inserção dos dados no programa *IBM SPSS Statistics*, versão 24, no qual se realizou a terceira fase de estudo, isto é, o tratamento e a análise dos dados recolhidos. Como forma de responder de forma adequada às hipóteses de investigação, inicialmente procedeu-se à caracterização da amostra, através de uma análise descritiva (média, desvio padrão, mínimo, máximo). Ao longo da análise, sempre que as variáveis em estudo tinham contextualização teórica com os objetivos desta investigação, eram realizadas análises estatísticas adicionais no sentido de procurar diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos de agressores. Dada a tipologia das variáveis que constavam nas análises, foram realizados testes de Qui-quadrado no sentido de avaliar a associação entre as variáveis, em que os valores de significância considerados foram fixados no valor de $p < .005$ (Marôco, 2011). Quando foram encontrados resultados significativos, utilizou-se a abordagem post-hoc de análise dos resíduos estandardizados.

¹⁶ Encontra-se no anexo I.

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)

Como já foi anteriormente referido, para efetuar a análise dos dados utilizou-se o software *IBM SPSS Statistics*, versão 24.

No que diz respeito aos resultados obtidos, importa salientar que apesar da amostra deste estudo ser composta por 275 agressores sexuais, nem sempre se obteve esse número nas observações estatísticas, devido à falta de informação nos processos.

Os resultados obtidos para cada um dos grupos serão apresentados de seguida.

1. Caracterização sociodemográfica

A partir dos dados obtidos foi possível caracterizar os sujeitos da amostra ao nível sociodemográfico, nomeadamente, em relação à região geográfica de proveniência, área residencial, país de origem, estatuto socioeconómico e situação económica da família.

Na tabela 2, a seguir exibida, encontram-se as regiões do país de onde a amostra provém. Os agressores são provenientes de 95 cidades diferentes e de 9 outros países. Neste sentido, de forma a tornar a apresentação mais clara, optou-se pela divisão geográfica seguida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional nacionais (Decreto-Lei nº 104/2003) e nas cidades de Lisboa e Porto, se tenha optado pelas divisões geográficas organizadas pelas suas respetivas áreas metropolitanas (Lei 46/2008, de 27 de agosto). Os 9 países (Angola, África, Brasil, Cabo Verde, França, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Ucrânia) foram agrupados com a denominação “outros países”.

Tabela 2 Número de agressores nos três grupos relativamente à região geográfica de proveniência.

	ASC (n=105)	Violadores (n=127)	Pedófilos (n=43)	Total (n=275) (%)
Área metropolitana de Lisboa	13	10	11	34 (12.4%)
Área metropolitana do Porto	29	41	12	82 (29.8%)
Região Norte	18	23	7	48 (17.5%)
Açores/Madeira	4	2	2	8 (2.9%)
Região Alentejo	9	4	2	15 (5.5%)
Região Algarve	2	1	2	5 (1.8%)
Região Centro	17	22	6	45 (16.4%)
Outros países	13	24	1	38 (13.8%)

Da análise da tabela percebemos que existe uma grande preponderância de sujeitos provenientes do Porto ($n=82$, 29.8%) e, a seguir, é a Região Norte do país que possui o maior número de sujeitos ($n=48$, 17.5%), sucedendo-se logo depois a Região Centro ($n=45$, 16.4%). As restantes regiões são, como se pode observar, menos significativas. Os agressores provenientes de outros países ($n=38$, 13.8%) encontravam-se nesses países ou cá em Portugal, no caso de nascidos noutros países, na maioria dos casos, por questões de emprego. Quanto aos dados relativos ao país de origem dos agressores, estes encontram-se sintetizados na tabela seguinte (tabela 3).

Tabela 3 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao país de origem.

	ASC ($n=105$) n (%)	Violadores ($n=127$) n (%)	Pedófilos ($n=43$) n (%)	Total ($n=275$) n (%)
Portugal	91 (33.1%)	101 (36.7%)	42 (15.3%)	234 (85.1%)
Angola	6 (2.2%)	6 (2.2%)	1 (0.4%)	13 (4.7%)
Cabo Verde	2 (1.9%)	11 (8.7%)	0 (0.0%)	13 (4.7%)
Brasil	2 (0.7%)	3 (1.1%)	0 (0.0%)	5 (1.8%)
Guiné-Bissau	0 (0.0%)	3 (1.1%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)
São Tomé e Príncipe	2 (0.7%)	1 (0.4%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)
África do Sul	2 (0.7%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)
Ucrânia	0 (0.0%)	1 (0.4%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)
Rússia	0 (0.0%)	1 (0.4%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)

Tal como podemos observar, a maioria dos sujeitos da nossa amostra nasceu em Portugal ($n=234$, 85.1%). Quando analisamos os restantes países de origem, verificámos que são quase todos de língua portuguesa (apesar de na África do Sul o português não ser considerado uma língua oficial, é uma língua protegida, uma vez que é significativa a proporção de falantes de língua portuguesa), havendo então 13 sujeitos que nasceram em Angola (4.7%), 13 que nasceram em Cabo Verde (4.7%), 5 que nasceram no Brasil (1.8%), 3 que nasceram em São Tomé e Príncipe (1,1%) 1 sujeito que nasceu na Ucrânia (0.4%) e, também apenas 1 sujeito nascido na Rússia (0.4%). Estes sujeitos são, na sua maioria, filhos de emigrantes ou indivíduos que imigraram para Portugal à procura de trabalho e melhores condições de vida, já numa idade adulta.

Relativamente à área de residência, a tabela 4 sintetiza essa informação. A área residencial foi possível apurar-se, como se pode observar, em apenas 245 agressores da nossa amostra. Destes agressores, a maioria vivia numa zona suburbana (entendida por periferia de grandes cidades) ($n=126$, 51.4%), seguindo-se a zona rural, com 69 agressores (28.2%) e, por fim, a zona urbana, com um total de 50 agressores (20.4%).

Tabela 4 Número de agressores nos três grupos relativamente à área residencial.

	ASC ($n=95$) n (%)	Violadores ($n=107$) n (%)	Pedófilos ($n=43$) n (%)	Total $n=245$ n (%)
Rural	29 (11.8%)	29 (11.8%)	11 (4.5%)	69 (28.2%)
Urbana	11 (4.5%)	29 (11.8%)	10 (4.1%)	50 (20.4%)
Suburbana	55 (22.4%)	49 (20.0%)	22 (9.0%)	126 (51.4%)

Quanto ao estatuto socioeconómico dos sujeitos, como já foi referido na secção dos instrumentos utilizados, aplicou-se a escala de Graffar adaptada à população portuguesa (Amaro,1990). Os resultados que se obtiveram encontram-se na tabela seguinte (tabela 5).

Tabela 5 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao estatuto socioeconómico e resultados do teste Qui-quadrado efetuado.

	ASC ($n=102$) n (%)	Violadores ($n=125$) n (%)	Pedófilos ($n=40$) n (%)	Total ($n=267$) n (%)	χ^2
Médio-Elevado	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (4.5%)	2 (0.7%)	29.817
Médio	6 (2.2%)	1 (0.4%)	4 (1.5%)	11 (4.1%)	$p=0.000$
Médio-Baixo	51 (19.1%)	42 (15.7%)	19 (7.1%)	112 (41.9%)	
Baixo	45 (16.9%)	82 (30.7%)	15 (5.6%)	142 (53.2%)	

Através da análise da tabela acima apresentada, é notório que a maioria dos sujeitos para os quais se obteve esta informação ($n=267$) tem um estatuto socioeconómico baixo ($n=142$, 53.2%) ou médio-baixo ($n=112$, 41.9%).

Na análise estatística realizada através do teste de qui-quadrado verificara-se a ocorrência de diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$\chi^2(4, n = 267) = 29.817, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm uma maior probabilidade de pertencer a um baixo estatuto socioeconómico do que os violadores e pedófilos (que,

pelo contrário, tem mais probabilidade de pertencer a um estatuto socioeconómico médio).

Relativamente à situação económica do agregado familiar de origem do sujeito, podemos observar na tabela seguinte (tabela 6). Esta informação só não foi obtida para dois agressores da nossa amostra e, dos casos em que se obteve esta informação, 75.1% ($n=205$) dos agressores pertenciam a um agregado familiar com recursos económicos suficientes para garantir as despesas básicas, enquanto que 68 dos agressores (24.9%), pertenciam a um agregado que não possuía possibilidades económicas que lhes permitissem assegurar as mesmas despesas. A análise estatística através do teste de qui-quadrado evidenciou diferenças significativas entre os grupos a este respeito [$\chi^2(1, n = 273) = 15.287, p < 0.05$]. Através da análise diferencial dos grupos com o uso dos resíduos estandardizados verificou-se que os violadores têm uma maior probabilidade de pertencer a um agregado com uma situação económica insuficiente.

Tabela 6 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à situação económica da família e resultados do teste de Qui-quadrado efetuado.

	ASC ($n=104$) n (%)	Violadores ($n=127$) n (%)	Pedófilos ($n=42$) n (%)	Total ($n=273$) n (%)	χ^2
Suficiente	85 (31.1%)	82 (30.0%)	38 (13.9%)	205 (75.1%)	15.287
Insuficiente	19 (7.0%)	45 (16.5%)	4 (1.5%)	68 (24.9%)	$p=0.000$

Para compreender de forma mais clara a condição socioeconómica dos agressores da nossa amostra importa ainda ter em conta o contexto comunitário em que os agressores sexuais viviam antes de cometerem o crime, cujos resultados se apresentam na tabela 7, apresentada de seguida.

Tabela 7 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao contexto comunitário e resultados do teste de Qui-quadrado efetuado.

	ASC ($n=98$) n (%)	Violadores ($n=117$) n (%)	Pedófilos ($n=41$) n (%)	Total ($n=256$) n (%)	χ^2
Com problemas	3 (1.2%)	17 (6.6%)	3 (1.2%)	23 (9.0%)	8.744
Sem problemas	95 (37.1%)	100 (39.1%)	38 (14.8%)	233 (91.0%)	$p=0.013$

Como podemos comprovar pela análise da tabela apresentada anteriormente, de 256 agressores sexuais, 233 (91.0%) vive num contexto comunitário isento de quaisquer tipo de problemas, ao contrário de 23 deles (9.0%), que vivem num contexto comunitário com problemas de marginalidade, toxicodependência e delinquência. As análises estatísticas revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos de agressores [$\chi^2(1, n = 256) = 8.744, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm uma maior probabilidade de viverem em contextos comunitários problemáticos.

2. Percurso escolar

No que diz respeito à dimensão escolar dos agressores sexuais, estudou-se o grau de escolaridade que possuíam antes de serem presos pelo crime atual, a existência de reprovações, o absentismo e o comportamento global neste meio.

A tabela 8, exposta de seguida, sintetiza os graus de escolaridade dos sujeitos.

Tabela 8 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à escolaridade e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=105)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=274)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Sem escolaridade	10 (3.6%)	13 (4.7%)	3 (1.1%)	26 (9.5%)	33.416
1º ciclo	37 (13.5%)	49 (17.9%)	17 (6.3%)	103 (37.6%)	$p=0.398$
2º ciclo	27 (9.8%)	34 (12.4%)	9 (3.3%)	70 (25.5%)	
3º ciclo	11 (4.0%)	22 (8.1%)	9 (3.3%)	42 (15.4%)	
Ensino secundário	16 (5.8%)	7 (2.6%)	3 (1.1%)	26 (9.5%)	
Bacharelato	1 (0.4%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	
Licenciatura	2 (66.7%)	1 (0.4%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)	
Mestrado	0 (0.0%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	1 (0.4%)	
Doutoramento	1 (0.4%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	2 (0.7%)	

Ao examinar a tabela 8, que estuda 274 agressores sexuais, verificamos que a escolaridade mais comum é o 1º ciclo com 103 (37.6%) sujeitos, seguindo-se o 2º ciclo, com 70 (25.5%) sujeitos e depois o 3º ciclo, com 42 (15.4%) sujeitos. Existem 26 (9.5%) sujeitos analfabetos e também 26 (9.5%) sujeitos com o ensino secundário. Como se pode concluir, a maioria dos indivíduos tem uma baixa escolaridade. Os restantes graus

de escolaridade são menos representativos: 3 (1.1%) são licenciados, 2 (0.7%) são doutorados, 1 (0.4%) tem um bacharelato e 1 (0.4%) é mestre. Das análises estatísticas realizadas, não se verificaram quaisquer diferenças significativas entre os três grupos ($p > 0.05$).

Quanto ao comportamento dos agressores sexuais na escola, tal como indica a tabela 9, em 45 sujeitos 27 (60%) tinham um comportamento adequado no contexto escolar e 18 (40%) tinham um comportamento desadequado, marcado por conflitos com os pares, professores e funcionários, que se repercutiu nos seus percursos escolares através de suspensões e castigos. Com a análise estatística não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

Tabela 9 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao comportamento em contexto escolar e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (<i>n</i> =12)	Violadores (<i>n</i> =27)	Pedófilos (<i>n</i> =6)	Total (<i>n</i> =45)	χ^2
	<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)	
Adequado	8 (17.8%)	15 (33.3%)	4 (8.9%)	27 (60.0%)	0.556
Desadequado	4 (8.9%)	12 (26.7%)	2 (4.4%)	18 (40.0%)	$p=0.757$

3. Características individuais

No que diz respeito às singularidades individuais dos sujeitos aqui em estudo, optou-se por apresentar as informações relativas ao seu grupo de pares, às competências interpessoais e pessoais, à capacidade de autocontrolo e autorregulação, à existência de filhos, ao seu estado civil e com quem habitava antes de cometer o atual crime.

Relativamente ao grupo de pares, de acordo com a tabela 10, baseada na análise de 91 agressores sexuais, a maioria ($n=59$, 64.8%) relacionavam-se com pares desviantes, ao contrário do que acontece com 32 dos sujeitos (35.2%) que se relacionavam com pares normativos. Tendo em conta a análise estatística efetuada recorrendo ao teste do qui-quadrado verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em análise [$\chi^2(1, n = 91) = 12.0, p < 0.05$]. Com recurso às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm mais probabilidade de terem pares desviantes do que os abusadores sexuais de crianças e pedófilos.

Tabela 10 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à qualidade do seu grupo de pares e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=20) n (%)	Violadores (n=53) n (%)	Pedófilos (n=18) n (%)	Total (n=91) n (%)	χ^2
Pares normativos	12 (13.2%)	11 (12.1%)	9 (9.9%)	32 (35.2%)	12.0
Pares desviantes	8 (8.8%)	42 (46.2%)	9 (9.9%)	59 (64.8%)	p=0.003

Os grupos de pares problemáticos têm, muitas vezes, um comportamento pautado pela agressividade e pela prática de atos criminais. Neste sentido, importa analisar o estilo interpessoal dos agressores sexuais, expostos na tabela 11.

Tabela 11 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao estilo interpessoal e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=50) n (%)	Violadores (n=56) n (%)	Pedófilos (n=24) n (%)	Total (n=130) n (%)	χ^2
Assertivo	4 (3.1%)	2 (1.5%)	2 (1.5%)	8 (6.2%)	23.060
Agressivo	17 (13.1%)	30 (23.1%)	4 (3.1%)	51 (39.2%)	p=0.001
Passivo-Inibido	1 (0.8%)	9 (6.9%)	1 (0.8%)	11 (8.5%)	
Manipulador	28 (21.5%)	15 (11.5%)	17 (13.1%)	60 (46.2%)	

Através da análise da tabela 11, verifica-se que dos 130 sujeitos em estudo nesta variável, a maioria revela um estilo tendencialmente manipulador ($n=60$, 46.2%). No entanto, o estilo agressivo também tem uma representatividade significativa, com 51 sujeitos (39.2%). Os estilos passivo-inibido ($n=11$, 8.5%) e assertivo ($n=8$, 6.2%) são, entre os sujeitos da nossa amostra, os estilos menos representativos. Com recurso ao teste do qui-quadrado verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em análise [$X^2(3, n = 130) = 23.060, p < 0.05$]. Com recurso às análises dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm mais probabilidade de terem um estilo interpessoal agressivo ou passivo-inibido, enquanto que os abusadores e os pedófilos têm mais probabilidade de terem um estilo manipulador. Estes resultados são reforçados pelos resultados relativos às competências pessoais básicas (e.g., comunicação interpessoal, postura, discurso), cujos resultados se apresentam na tabela 12, apresentada de seguida.

Tabela 12 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às competências pessoais e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=60)	Violadores (n=53)	Pedófilos (n=29)	Total n=142	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Demonstra	54 (38.0%)	36 (25.4%)	28 (19.7%)	118 (83.1%)	14.461
Não demonstra	6 (4.2%)	17 (12.0%)	1 (0.7%)	24 (16.9%)	p=0.001

Como se pode observar da tabela 12, dos 142 sujeitos aqui estudados, a maioria (n=118, 83.1%) demonstra competências pessoais básicas, sendo apenas 24 sujeitos (16.9%) que não as demonstram. De acordo com a análise estatística realizada verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em análise $\chi^2(1, n = 142) = 14.461, p < 0.05$. Com recurso às análises post-hoc através dos resíduos standardizados, observou-se que os violadores têm mais probabilidade de não terem competências pessoais básicas do que os abusadores sexuais de crianças e os pedófilos. Este resultado vai ao encontro do obtido anteriormente no que diz respeito ao estilo interpessoal, uma vez que não tendo as competências básicas de comunicação recorrem mais facilmente à violência ou a uma postura passiva-inibida.

No que diz respeito às competências de resolução de problemas, a tabela 13 sintetiza os resultados encontrados. Como se pode verificar, de 50 sujeitos, 41 (69.5%) demonstram competências de resolução de problemas enquanto que 18 (30.5%) não demonstram ter tais competências. Através da análise estatística não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos em estudo ($p > 0.05$).

Tabela 13 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às competências de resolução de problemas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=23)	Violadores (n=22)	Pedófilos (n=14)	Total (n=59)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Demonstra	17 (28.8%)	13 (22.0%)	11 (18.6%)	41 (69.5%)	1.879
Não demonstra	6 (10.2%)	9 (15.3%)	3 (5.1%)	18 (30.5%)	p=0.391

Importa ainda estudar uma dimensão extremamente importante para o comportamento criminal: as competências de autocontrolo e autorregulação. Os resultados desta análise encontram-se sumarizados na tabela 14. Como é passível de observação, de 81 sujeitos, a maioria (n=56, 69.1%) não demonstra competências de autocontrolo e regulação do seu comportamento, sendo estas reveladas apenas por 25

sujeitos (30.9%). Através das análises estatísticas efetuadas não se verificaram quaisquer diferenças significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

Tabela 14 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à manifestação de autocontrolo e autorregulação e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (<i>n</i> =25) <i>n</i> (%)	Violadores (<i>n</i> =39) <i>n</i> (%)	Pedófilos (<i>n</i> =17) <i>n</i> (%)	Total (<i>n</i> =81) <i>n</i> (%)	χ^2
Demonstra	9 (11.1%)	8 (9.9%)	8 (9.9%)	25 (30.9%)	4.357
Não demonstra	16 (19.8%)	31 (38.3%)	9 (11%)	56 (69.1%)	$p=0.113$

Por fim, importa conhecer algumas características individuais relacionadas com a vida dos sujeitos em estudo antes de serem condenados, nomeadamente, se têm filhos, com quem viviam antes de cometer o crime e se mantêm um relacionamento afetivo na altura da recolha dos dados.

No que diz respeito à existência de filhos, foi possível apurar-se esta informação relativamente a 271 agressores sexuais da nossa amostra. Como se pode observar na tabela 15, a maioria destes sujeitos têm filhos ($n=176$, 64.9%) enquanto apenas 95 (35.1%) não têm filhos. De acordo com as análises estatísticas efetuadas recorrendo ao teste de qui-quadrado, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em análise [$\chi^2(1, n = 271) = 20.957, p < 0.05$]. Com recurso às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os abusadores sexuais têm mais probabilidade do que os violadores e os pedófilos de terem filhos.

Tabela 15 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de filhos e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (<i>n</i> =103) <i>n</i> (%)	Violadores (<i>n</i> =125) <i>n</i> (%)	Pedófilos (<i>n</i> =43) <i>n</i> (%)	Total (<i>n</i> =271) <i>n</i> (%)	χ^2
Tem filhos	84 (31.0%)	66 (24.4%)	26 (9.6%)	176 (64.9%)	20.957
Não tem filhos	19 (7.0%)	59 (21.8%)	17 (6.3%)	95 (35.1%)	$p=0.000$

Relativamente às pessoas com quem habitavam antes de cometerem os crimes, os dados encontram-se expostos na tabela 16, apresentada de seguida.

De forma a tornar a leitura mais facilitada foram feitas algumas categorias. Assim, na categoria “outros familiares” incluem-se avós, tios, primos, madrasta, padrasto, mulher e família desta, entre outros unidos por algum vínculo familiar que não caberiam nas

restantes categorias. Na categoria “outros” incluem-se as instituições, os amigos, as avós e os desconhecidos (com quem partilhavam casa).

Tabela 16 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às pessoas com quem vivia antes de ser preso e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=103)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=272)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Pais	9 (3.3%)	17 (6.3%)	3 (1.1%)	29 (10.7%)	29.836
Mãe	3 (1.1%)	11 (4.0%)	1 (0.4%)	15 (5.5%)	p=0.019
Pai	1 (0.4%)	2 (0.7%)	1 (0.4%)	4 (1.5%)	
Mãe + irmãos	1 (0.4%)	9 (3.3%)	3 (1.1%)	13 (4.8%)	
Mulher e filhos	49 (18.0%)	35 (12.9%)	14 (5.1%)	98 (36.0%)	
Companheira	20 (7.4%)	14 (5.1%)	5 (1.8%)	39 (14.3%)	
Sozinho	11 (4.0%)	20 (7.4%)	12 (4.4%)	43 (15.8%)	
Outros familiares	6 (2.2%)	13 (4.8%)	4 (1.5%)	23 (8.5%)	
Outros	3 (1.1%)	5 (1.8%)	0 (0.0%)	8 (2.9%)	

Neste sentido, de acordo com a tabela anterior, dos 272 sujeitos aqui estudados, a maioria vivia com a mulher e os filhos ($n=98$, 36%). No entanto temos outras categorias representativas, nomeadamente: 43 sujeitos (15.8%) que vivem sozinhos, 39 (14.3%) que vivem com a companheira, 29 (10.7%) que vivem com os pais, 23 (8.5%) que vivem com outros familiares, 15 (5.5%) que vivem com a progenitora, 13 (4.8%) que vivem com a mãe e com os irmãos, 8 (2.9%) que vivem com outras pessoas incluídas na categoria “outros”, como já foi referido e 4 (1.5%) que vivem apenas com o pai. De acordo com as análises estatísticas efetuadas recorrendo ao teste de qui-quadrado, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em análise [$\chi^2(8, n = 272) = 29.836, p < 0.05$]. Com recurso às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm mais probabilidade de viver com a família de origem (pais, mãe, pai, mãe e irmãos), com outros familiares e com outras pessoas incluídas na categoria “outros”, enquanto que os abusadores sexuais têm mais probabilidade de viverem com a família que constituíram (mulher e filhos ou companheira) ou com outras pessoas incluídas na categoria “outros” por sua vez, e, por sua vez, os pedófilos têm mais probabilidade de viverem sozinhos ou com a família de origem (pai ou mãe e irmãos).

No que diz respeito ao estado civil no momento da recolha dos dados, que acaba por refletir o impacto do crime e da reclusão, os resultados encontram-se apresentados na tabela seguinte (tabela 17).

Tabela 17 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de uma relação afetiva na altura da recolha dos dados e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=97)	Violadores (n=122)	Pedófilos (n=43)	Total (n=262)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Mantém relação	43 (16.4%)	30 (11.5%)	12 (4.6%)	85 (32.4%)	10.090
Não mantém	54 (20.6%)	92 (35.1%)	31 (11.8%)	177 (67.6%)	p=0.006

Pela análise da tabela percebemos que dos 262 sujeitos para os quais se obteve esta informação, a maioria não mantinha qualquer relação afetiva (n=177, 67.6%), ao contrário de 85 (32.4%), que mantinham. Pelas análises estatísticas efetuadas foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em análise [$\chi^2(1, n = 262) = 10.090, p < 0.05$]. Com recurso às análises post-hoc através dos resíduos standardizados concluiu-se que os abusadores sexuais de crianças têm mais probabilidade de manterem a relação afetiva durante a reclusão do que os violadores ou pedófilos porém, tal como vimos anteriormente, também são eles que têm mais probabilidade de terem uma relação afetiva antes de cometerem o crime.

4. Saúde

Relativamente à saúde mental os sujeitos da nossa amostra foram avaliados quanto à existência de ideação suicida, à existência de acompanhamento psicoterapêutico e quanto ao consumo de álcool e drogas, no momento da recolha dos dados.

No que diz respeito à ideação suicida, os dados expostos na tabela 18 demonstram que dos 273 agressores sexuais aqui estudados, apenas 10 (3.7%) apresentação ideação suicida, não sendo esta apresentada pelos restantes 263 (96.3%) sujeitos. As análises estatísticas realizadas não revelam quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

Tabela 18 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de ideação suicida e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=103)	Violadores (n=127)	Pedófilos (n=43)	Total (n=273)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Ideação suicida	4 (1.5%)	5 (1.8%)	1 (0.4%)	10 (3.7%)	0.259
Sem ideação suicida	99 (36.3%)	122 (44.7%)	42 (15.4%)	263 (96.3%)	p=0.878

Quanto ao acompanhamento psicoterapêutico os resultados desta análise estão apresentados na tabela 19, apresentada de seguida. Como se pode verificar pela análise da tabela, de 267 agressores sexuais, apenas 38 sujeitos (14.2%) tem acompanhamento psicoterapêutico, sendo que a grande maioria não tem (n=229, 85.8%). Das análises estatísticas efetuadas não se verificaram diferenças significativas entre os grupos em estudo ($p > 0.05$).

Tabela 19 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de acompanhamento psicoterapêutico e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=98)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=267)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Acompanhados	10 (3.7%)	21 (7.9%)	7 (2.6%)	38 (14.2%)	2.062
Não acompanhados	88 (33.9%)	105 (39.3%)	36 (13.5%)	229 (85.8%)	p=0.357

Quanto ao consumo de drogas e álcool, os resultados destes estudos encontram-se apresentados nas tabelas 20 e 21, respetivamente.

Tabela 20 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao consumo de drogas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=102)	Violadores (n=113)	Pedófilos (n=42)	Total (n=257)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Não consome	92 (35.8%)	66 (25.7%)	34 (13.2%)	192 (74.7%)	32.713
Haxixe	2 (0.8%)	17 (6.6%)	5 (1.9%)	24 (9.3%)	p=0.000
Heroína	1 (0.4%)	1 (0.4%)	0 (0.0%)	2 (0.8%)	
Policonsumo	7 (2.7%)	29 (11.3%)	3 (1.2%)	39 (15.2%)	

Relativamente ao consumo de drogas, de acordo com a tabela apresentada (tabela 20) dos 257 sujeitos, 192 (74.7%) não consomem drogas, 39 (15.2%) consomem mais que um tipo de droga diferente, 24 (9.3%) consomem exclusivamente haxixe e 2 (0.8%) heroína. Da análise estatística realizada, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos [$X^2(3, n = 257) = 32.713, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm mais probabilidade de consumirem drogas (nomeadamente terem um policonsumo) do que os abusadores sexuais de crianças e do que os pedófilos.

No que diz respeito ao consumo de álcool, de acordo com a tabela 21, de 264 sujeitos, 184 (69.7%) não consomem álcool ao passo que 80 (30.3%) têm consumos abusivos de álcool. Pelas análises estatísticas efetuadas, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos [$X^2(1, n = 264) = 9.877, p < 0.05$]. Recorrendo às análises resíduos estandardizados verifica-se que os violadores têm uma maior probabilidade de consumirem álcool de forma abusiva do que os abusadores sexuais de crianças e do que os pedófilos.

Tabela 21 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao consumo de álcool e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=100) n (%)	Violadores (n=122) n (%)	Pedófilos (n=42) n (%)	Total (n=264) n (%)	χ^2
Consome	29 (11.0%)	46 (17.4%)	5 (1.9%)	80 (30.3%)	9.877
Não consome	71 (26.9%)	76 (28.8%)	37 (14.0%)	184 (69.7%)	p=0.007

5. Percurso criminal

5.1. Antecedentes criminais

Para compreender melhor esta população agressora é essencial conhecer alguns aspetos referentes aos crimes anteriores àquele que aqui se encontra em análise. Neste sentido, importa desde logo saber quantos sujeitos da nossa amostra têm crimes anteriores. Estes dados encontram-se sintetizados na tabela 22.

Tabela 22 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à prática de crimes anteriores ao atual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=105)	Violadores (n=127)	Pedófilos (n=43)	Total (n=275)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Crimes anteriores	32 (11.6%)	68 (24.7%)	14 (5.1%)	114 (41.5%)	14.264
Sem crimes	73 (26.5%)	59 (21.5%)	29 (10.5%)	161 (58.5%)	p=0.001

Ao observar a tabela 22 podemos concluir que 41.5% da amostra (n=114) tem crimes anteriores e que em 58.5% da amostra (n=161) o crime aqui em discussão foi o primeiro a ser cometido, não tendo antecedentes criminais oficiais. De acordo com as análises estatísticas efetuadas foram encontradas diferenças estatisticamente significativas [$\chi^2(1, n = 275) = 14.264, p < 0.05$]. Recorrendo às análises dos resíduos estandardizados verificou-se que os violadores têm maior probabilidade de terem antecedentes criminais do que os abusadores sexuais de crianças e do que os pedófilos.

Neste sentido, é importante ter conhecimento da idade de início dos comportamentos problemáticos. A tabela 23, apresentada de seguida, resume essa informação. Os dados foram organizados por intervalos de idades para facilitar a visualização dos mesmos.

Tabela 23 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à idade de início dos problemas de comportamento e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=102)	Violadores (n=124)	Pedófilos (n=42)	Total (n=268)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
≤ 18 anos	4 (1.5%)	27 (10.1%)	5 (1.9%)	36 (13.4%)	46.887
19-28 anos	13 (4.9%)	47 (17.5%)	12 (4.5%)	72 (26.9%)	p=0.000
29-38 anos	41 (15.3%)	26 (9.7%)	9 (3.4%)	76 (28.4%)	
39-49 anos	25 (9.3%)	16 (6.0%)	8 (3.0%)	49 (18.3%)	
50-59 anos	12 (4.5%)	6 (2.2%)	5 (1.9%)	23 (8.6%)	
60-69 anos	7 (2.6%)	2 (0.7%)	3 (1.1%)	12 (4.5%)	

Como se pode verificar pela análise da tabela acima apresentada (tabela 23) apenas foi possível obter esta informação de 268 sujeitos da nossa amostra. A idade mínima observada foi os 13 anos e a idade máxima os 69 anos. De acordo com os dados, a maioria localiza-se no intervalo dos 29 aos 38 anos (28.4%), seguindo-se o intervalo dos 19 aos 28 anos com 26.9% da amostra (n=72). Os restantes intervalos

etários são menos representativos: dos 39 aos 49 anos temos 49 sujeitos (18.3%), com idade menor ou igual a 18 anos temos 36 sujeitos (13.4%), com 23 sujeitos temos o intervalo dos 50 aos 59 anos (8.6%) e, por fim, com apenas 12 sujeitos temos o intervalo dos 60 aos 69 anos (4.5%).

De acordo com a análise estatística realizada foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos [$X^2(5, n = 268) = 46.887, p < 0.05$]. Pela análise post-hoc dos resíduos estandardizados observa-se que os violadores têm uma maior probabilidade de ter problemas comportamentais em idades mais precoces (antes dos 28 anos) do que s abusadores sexuais de crianças e do que os pedófilos.

Importa agora conhecer quais os crimes cometidos anteriormente, que se apresentam sucintamente na tabela 24.

Tabela 24 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao tipo de crimes ocorridos anteriormente e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=57) n (%)	Violadores (n=164) n (%)	Pedófilos (n=27) n (%)	Total (n=248) n (%)	χ^2
Crime sexual	7 (2.8%)	10 (4.0%)	2 (0.8%)	19 (7.7%)	33.921
Roubo	3 (1.2%)	22 (8.9%)	2 (0.8%)	27 (10.9%)	$p=0.086$
OIF	4 (1.6%)	13 (5.2%)	2 (0.8%)	19 (7.7%)	
Furto	8 (3.2%)	24 (9.7%)	5 (2.0%)	37 (14.9%)	
CVSHL	10 (4.0%)	23 (9.3%)	6 (2.4%)	39 (15.7%)	
Condução álcool/ perigosa	7 (2.8%)	7 (2.8%)	2 (0.8%)	16 (6.5%)	
Posse arma	1 (0.4%)	10 (4.0%)	0 (0.0%)	11 (4.4%)	
Tráfico droga	5 (2.0%)	7 (2.8%)	2 (0.8%)	14 (5.6%)	
Homicídio	0 (0.0%)	1 (0.4%)	2 (0.8%)	3 (1.2%)	
Desobediência	5 (2.0%)	10 (4.0%)	1 (0.4%)	16 (6.5%)	
VD	4 (1.6%)	9 (3.6%)	0 (0.0%)	13 (5.3%)	
Crimes financeiros	1 (0.4%)	8 (3.2%)	2 (0.8%)	11 (4.4%)	
Outros	2 (0.8%)	20 (8.1%)	1 (0.4%)	23 (9.3%)	

De forma a facilitar a visualização agruparam-se alguns crimes em duas categorias: em crimes financeiros (que engloba os crimes de abuso de confiança fiscal, burla, passagem moedas falsas, falsificação de documentos, emissão de cheques sem provisão, extorsão) e em outros crimes, aqueles que tinham uma menor representatividade (engloba os crimes de resistência sobre funcionários, associação criminosa, burla informática, intromissão lugar vedado, incêndio doloso, falsidade

depoimento, substâncias explosivas, intromissão na vida privada/domicílio, ameaça e injúrias). Dos 114 sujeitos que cometeram crimes anteriores, apenas se conseguiu informação relativa a quais os crimes que 120 deles cometeram (33 abusadores sexuais de crianças, 70 violadores e 17 pedófilos). No entanto, como a grande maioria dos sujeitos cometeu mais que um crime, optou-se por dividir os sujeitos pelos crimes praticados, obtendo assim o total de 248 crimes cometidos. Como se pode constatar pela observação da tabela 24, os crimes mais cometidos foram a condução de veículo sem habilitação legal ($n=39$, 15.7%), o furto ($n=37$, 14.9%), o roubo ($n=27$, 10.9%), os crimes sexuais ($n=19$, 7.7%) e os crimes de ofensa à integridade física ($n=19$, 7.7%). Da análise estatística realizada não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos ($p > 0.05$), no entanto, como se pode observar, os violadores são o grupo que cometeram mais crimes no passado ($n= 164$), contra 57 crimes cometidos pelos abusadores sexuais de crianças e 27 cometidos pelos pedófilos.

Relativamente às medidas que lhes foram aplicadas pelos crimes anteriores, a tabela 25, apresenta essa informação.

Tabela 25 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente às medidas que lhes foram aplicadas pelos crimes anteriores e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC ($n=34$) n (%)	Violadores ($n=69$) n (%)	Pedófilos ($n=17$) n (%)	Total ($n=120$) n (%)	χ^2
Trabalho a favor da comunidade	1(0.8%)	2 (1.7%)	0 (0.0%)	3 (2.5%)	5.321
Pena de prisão	10 (8.3%)	24 (20.0%)	10 (8.3%)	44 (36.7%)	$p=0.503$
Multa	11 (9.2%)	20 (16.7%)	2 (1.7%)	33 (27.5%)	
Prisão e multa	12 (10.0%)	23 (19.2%)	5 (4.2%)	40 (33.3%)	

Como podemos observar através análise tabela (tabela 25), aos 120 sujeitos que se conhecem os crimes anteriores foram aplicadas, principalmente, a pena de prisão ($n=44$, 36.7%) e a pena de prisão e de multa ($n=40$, 33.3%), seguindo-se a multa, que foi aplicada a 33 sujeitos (27.5%) e, por fim, o trabalho a favor da comunidade que foi aplicado apenas a 3 sujeitos (2.5%). Daqui se pode perceber a gravidade dos crimes e a reincidência dos sujeitos, uma vez que são os fatores que mais pesam para a aplicação das medidas penais. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

5.2. Crimes sexuais

O objetivo central do nosso trabalho passa por conhecer a forma como cada um dos grupos de agressores sexuais aqui em estudo cometem os crimes, de modo a distingui-los quanto ao seu *modus operandi*. Neste sentido, serão aqui expostos os resultados relativos às especificidades dos crimes sexuais cometidos pelos agressores sexuais da nossa amostra, procurando esclarecer as particularidades associadas às vítimas, ao tipo de atos praticados, à relação entre o agressor e a vítima, as características do local onde o crime aconteceu e ao modo como foi praticado, entre outras variáveis que se mostrem essenciais para esta caracterização e distinção entre eles.

5.2.1. Características dos crimes sexuais cometidos

Iniciaremos esta análise com os resultados relativos à idade do agressor no momento do cometimento do crime.

Tabela 26 Medidas descritivas relativamente à idade do agressor no momento do cometimento do crime.

	ASC (n=103) n (%)	Violadores (n=127) n (%)	Pedófilos (n=42) n (%)
Média	40.7	31.9	37.9
Mediana	39.0	31.0	36.5
Desvio padrão	10.0	11.6	14.1
Mínimo	17	16	17
Máximo	68	65	69

Através da análise da tabela 26 percebemos uma pequena diferença no que diz respeito à média de idades entre os três grupos. A média de idades dos abusadores sexuais de crianças é de 40.7 anos, com uma mediana de 39 anos e com um intervalo de idades dos 17 aos 68 anos. Relativamente aos violadores, a média de idades é de 31.9 anos, a mediana é de 31 anos e têm um intervalo etário compreendido entre os 16 e os 65 anos. Quanto aos pedófilos, a média de idades é de 37.9 anos, com uma mediana de 36.5 anos e com um intervalo de idades compreendido entre os 17 e os 69 anos. Como se pode verificar, os violadores têm tendência a cometerem os crimes mais cedo do que os abusadores sexuais de crianças e do que os pedófilos.

Relativamente ao tipo de crime cometido, os resultados desta análise encontram-se resumidos na tabela 27.

Tabela 27 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao tipo de crimes sexuais cometidos e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=105)	Violadores (n=127)	Pedófilos (n=43)	Total (n=275)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Violação	5 (1.8%)	112 (40.7%)	0 (0.0%)	117 (42.5%)	220.361
ASC	80 (29.1%)	5 (1.8%)	34 (12.4%)	119 (43.3%)	p=0.000
Violação + ASC + pornografia	3 (1.1%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)	5 (1.8%)	
Violação + ASC	12 (4.4%)	6 (2.2%)	4 (1.5%)	22 (8.0%)	
ASC + pornografia	5 (1.8%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)	8 (2.9%)	
Violação tentada	0 (0.0%)	4 (1.5%)	0 (0.0%)	4 (1.5%)	

Como se pode verificar através observação da tabela 27, existem sujeitos que não cometeram apenas o crime de violação ou de abuso sexual de crianças, mas antes uma combinação de crimes, no entanto, menos representativos. Assim, 119 sujeitos (43.3%) cometeram apenas o crime de abuso sexual de crianças e 117 (42.5%) o crime de violação. Por sua vez, 22 sujeitos (8.0%) cometeram o crime de violação e o crime de abuso sexual de crianças, 8 (2.9%) cometeram o crime de abuso sexual de crianças associado ao crime de pornografia de menores, 5 (1.8%) cometeram o crime de violação, abuso sexual de crianças e violação e, por fim, 4 (1.5%) cometeram uma tentativa de violação. Como seria de esperar, foram obtidos resultados estatisticamente significativos [$\chi^2(5, n = 275) = 220.31, p < 0.05$]. Pela análise dos resíduos estandardizados obtêm-se aquilo que era, logicamente, esperado: os violadores têm mais probabilidade de cometer violação e os abusadores sexuais de crianças e os pedófilos têm mais probabilidade de cometer abuso sexual de crianças. Quanto aos tipos de crime combinados, os pedófilos têm mais probabilidade de cometerem os crimes de violação com abuso sexual de crianças e pornografia e os de abuso sexual de crianças e pornografia (o que indica que têm mais probabilidade de cometerem crimes de pornografia de menores) e os abusadores sexuais têm mais probabilidade de cometerem a combinação dos crimes de abuso sexual de crianças com violação.

No entanto, muitas das vezes os agressores sexuais não cometem apenas os crimes de violação. Na nossa amostra, 110 sujeitos cometeram outros crimes que não sexuais associados ao crime sexual. Na tabela seguinte (tabela 28) podemos observar quais os crimes não sexuais cometidos. De forma a facilitar a visualização dos dados foi criada uma categoria designada por “outros crimes” que engloba os seguintes crimes: condução sem habilitação legal, ameaça agravada, posse de arma, dano, condução sob estado de embriaguez, tráfico de estupefacientes, intromissão na vida privada, extorsão, atentado à segurança de transportes rodoviários, evasão, coação e injúrias. A categoria “maus tratos” engloba também os crimes de violência doméstica.

Através da análise da tabela 28, podemos verificar que a maioria dos crimes não sexuais cometidos são: sequestro/rapto ($n=28$, 25.5%), roubo ($n=24$, 21.8%), outros crimes ($n=18$, 15.4%), maus tratos ($n=14$, 12.7%), homicídio ($n=10$, 9.1%) e furto ($n=6$, 5.5%). Através da análise estatística efetuada foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$\chi^2(6, n = 110) = 32.059, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores tinham uma maior probabilidade de praticarem crimes não sexuais bem como têm mais probabilidade de praticar crimes mais violentos (e.g., roubo, homicídio, sequestro/rapto) do que os dois outros grupos de agressores sexuais.

Tabela 28 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente aos crimes não sexuais cometidos e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC ($n=21$)	Violadores ($n=81$)	Pedófilos ($n=8$)	Total ($n=110$)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
OIF	6 (5.5%)	4 (3.6%)	0 (0.0%)	10 (9.1%)	32.059
Roubo	1 (0.9%)	22 (20.0%)	1 (0.9%)	24 (21.8%)	$p=0.001$
Furto	2 (1.8%)	4 (3.6%)	0 (0.0%)	6 (5.5%)	
Homicídio	1 (0.9%)	9 (8.2%)	0 (0.0%)	10 (9.1%)	
Sequestro/rapto	3 (2.7%)	22 (20.0%)	3 (2.7%)	28 (25.5%)	
Maus tratos	4 (3.6%)	6 (5.5%)	4 (3.6%)	14 (12.7%)	
Outros	4 (3.6%)	14 (12.7%)	0 (0.0%)	18 (16.4%)	

A ocorrência de roubo antes ou após o crime sexual foi também alvo de observação no estudo. Como se pode constatar pela observação da tabela 29, na maioria dos casos não existe roubo nem antes nem depois do cometimento do crime sexual ($n=227$, 84.1%). No que diz respeito ao cometimento de roubo antes do crime sexual, este é verificado em 29 (10.7%) sujeitos enquanto que o cometimento de roubo

depois da ocorrência do crime sexual é observado em 14 (5.2%) sujeitos. Através da análise estatística efetuada foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$\chi^2(2, n = 270) = 53.720, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados observou-se que os violadores têm uma maior probabilidade de cometer roubo (tanto antes como depois) associado ao crime sexual. Por sua vez, os abusadores sexuais de crianças e os pedófilos têm uma maior probabilidade de não cometerem roubo associado ao crime sexual.

Tabela 29 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao cometimento de crime antes ou depois do crime sexual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101) n (%)	Violadores (n=126) n (%)	Pedófilos (n=43) n (%)	Total (n=270) n (%)	χ^2
Sem registo	100 (7.0%)	84 (31.1%)	43 (15.9%)	227 (84.1%)	53.720
Roubo antes crime	0 (0.0%)	29 (10.7%)	0 (0.0%)	29 (10.7%)	p=0.000
Roubo depois do crime	1 (0.4%)	13 (4.8%)	0 (0.0%)	(5.2%)	

No que diz respeito aos atos sexuais praticados, a informação recolhida encontra-se apresentada de seguida, na tabela 30. A partir da observação da tabela concluímos que o ato sexual mais praticado é a penetração vaginal com pénis ($n=126, 47.2\%$), principalmente nos crimes de violação ($n=68$), o que não é de admirar tendo em conta o que a lei considera necessário para imputar este crime. A penetração anal com pénis segue-se com uma ocorrência também elevada ($n=34, 12.7\%$), desta vez com um maior número para os pedófilos ($n=17$). Segue-se depois os casos em que houve penetração anal e vaginal ($n=27, 10.1\%$), também com um maior número para os crimes de violação ($n=13$). De seguida, deparamo-nos com alguns atos que ainda têm uma representatividade significativa, nomeadamente: o sexo oral ($n=19, 7.1\%$), os contactos sexuais com os seios ou genitais (e.g., palpar, tocar) ($n=17, 6.4\%$) e as carícias/roçar ($n=14, 5.2\%$), sendo nas duas primeiras categorias notória uma maior frequência de abusadores sexuais de crianças. Ainda se salientam as tentativas de certos atos, verificando-se que 4 (1,5%) sujeitos tentaram a penetração vaginal com pénis e 5 (1.1%) a penetração anal com pénis. Com análise estatística efetuada através do teste do qui-quadrado foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$\chi^2(13, n = 267) = 86.417, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados estas revelaram que existe uma maior probabilidade dos violadores penetrarem vaginalmente a vítima (com dedos ou pénis) ou de tentarem a

penetração vaginal. Em relação aos abusadores sexuais de crianças, verificou-se que há uma maior probabilidade dos atos abusivos se centrarem na penetração vaginal (com pênis ou objetos), sexo oral, na masturbação, nos contactos sexuais e na tentativa de penetração anal com pênis. Por fim, quanto aos pedófilos verificou-se uma maior probabilidade dos seus atos serem a penetração anal (com dedos, com pênis ou objetos), as carícias ou o roçar, a masturbação, o exibicionismo e a penetração vaginal e anal no mesmo abuso.

Tabela 30 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente aos atos sexuais praticados e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101) n (%)	Violadores (n=123) n (%)	Pedófilos (n=43) n (%)	Total (n=267) n (%)	χ^2
Penetração vaginal c/ dedos	4 (1.5%)	5 (1.9%)	0 (0.0%)	9 (3.4%)	86.417 p=0.000
Penetração anal c/ dedos	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)	2 (0.7%)	
Penetração vaginal c/ pênis	53 (19.9%)	68 (25.5%)	5 (1.9%)	126 (47.2%)	
Penetração anal c/ pênis	5 (1.9%)	12 (4.5%)	17 (6.4%)	34 (12.7%)	
Penetração anal c/ objetos	0 (0.0%)	3 (1.1%)	1 (0.4%)	4 (1.5%)	
Penetração anal e vaginal	8 (3.0%)	13 (4.9%)	6 (2.2%)	27 (10.1%)	
Tentativa de penetração vaginal c/ pênis	0 (0.0%)	4 (1.5%)	0 (0.0%)	4 (1.5%)	
Tentativa de penetração anal c/ pênis	3 (1.1%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)	
Contacto sexual c/ seios ou genitais	10 (3.7%)	4 (1.5%)	3 (1.1%)	17 (6.4%)	
Carícias/roçar	4 (1.5%)	6 (2.2%)	4 (1.5%)	14 (5.2%)	
Sexo oral	9 (3.4%)	8 (3.0%)	2 (0.7%)	19 (7.1%)	
Masturbação	3 (1.1%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)	5 (1.9%)	
Exibicionismo	1 (0.4%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	2 (0.7%)	
Levar crianças a praticar atos com outras	1 (0.4%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	

Relativamente à relação existente entre o agressor e a vítima, a informação encontra-se sintetizada na próxima tabela (tabela 31). No sentido de tornar mais facilitada a análise da tabela foram agrupadas algumas relações entre o agressor e a vítima em algumas categorias. Assim, na categoria “outros” estão englobadas as seguintes relações: amigo do filho, amigos, conhecidos, mãe do amigo, aluno da escola onde trabalha, seu paciente, madrasta, colega de casa, colega de cela, irmão do amigo, menor institucionalizado da instituição em que trabalha, mãe da namorada, namorada do amigo. Por sua vez, na categoria “familiares” estão englobadas as seguintes relações: primos, tios, mãe, cunhada, filha adotiva e netos).

Tabela 31 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à relação entre o agressor e a vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=270)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Desconhecidos	4 (1.5%)	47 (17.4%)	5 (1.9%)	56 (20.7%)	123.715
Colegas escola/ trabalho	0 (0.0%)	3 (1.1%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)	p=0.000
Companheira	3 (1.1%)	13 (4.8%)	0 (0.0%)	16 (5.9%)	
Vizinhos	11 (4.1%)	17 (6.3%)	6 (2.2%)	34 (12.6%)	
Colegas instituição	1 (0.4%)	1 (0.4%)	2 (0.7%)	4 (1.5%)	
Irmãos	0 (0.0%)	2 (0.7%)	3 (1.1%)	5 (1.9%)	
Filho/a	25 (9.3%)	9 (3.3%)	8 (3.0%)	42 (15.6%)	
Enteado/a	21 (7.8%)	5 (1.9%)	2 (0.7%)	28 (10.4%)	
Sobrinhos/as	13 (4.8%)	2 (0.7%)	7 (2.6%)	22 (8.1%)	
Filhos/as amigos	8 (4.8%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	9 (3.3%)	
Neta companheira	3 (1.1%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)	
Outros	3 (1.1%)	20 (7.4%)	4 (1.5%)	27 (10.0%)	
Outros familiares	9 (3.3%)	7 (2.6%)	5 (1.9%)	21 (7.8%)	

Através da análise da tabela 31 podemos verificar que a maioria dos agressores são conhecidos das vítimas, uma vez que apenas 56 (20.7%) dos 270 agressores sexuais são desconhecidos das vítimas. Das restantes relações, verifica-se que as mais representativas são: a vítima é filha (n=42, 15.6%), a vítima é vizinha (n=34, 12.6%), a vítima é enteada do agressor (n=28, 10.4%), a vítima pertence à categoria “outros” (n=27, 10%), a vítima é sobrinha (n=22, 8.1%), a vítima pertence à categoria “outros familiares” (n=21, 7.8%). As relações em que a vítima é companheira do agressor (n=16, 5.9%), filha

de amigos ($n=9$, 3.3%), irmão/irmã do agressor ($n=5$, 1.9%), colega de instituição ($n=4$, 1.5%), e neta da companheira ($n=3$, 1.1%) são as menos representativas. Pela análise estatística efetuada foram detetadas diferenças significativas entre os três grupos [$X^2(12, n = 270) = 123.715, p < 0.05$]. Recorrendo à análise dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm mais probabilidade de terem vítimas desconhecidas ou com pouca relação de confiança (como as que pertencem às categorias “outros”, colegas de escola/trabalho) do que os restantes grupos. Por outro lado, verificou-se que os violadores têm também mais probabilidade de terem as suas companheiras como vítimas. Verificou-se ainda que os abusadores têm mais probabilidade de terem uma vítima que seja sua filha, enteada, sobrinha, filha de amigos ou pertença às relações integradas na categoria “outros familiares” enquanto que os pedófilos têm mais probabilidade de terem vítimas com as quais mantenham as seguintes relações de proximidade: irmãos, colegas de instituição, sobrinhos e “outros familiares”.

Estes resultados encontram-se de alguma forma relacionados com os expostos na tabela 32, apresentada de seguida, que se referem aos locais onde foram cometidos os crimes. Mais uma vez, de forma a facilitar a visualização dos dados, foram agrupados na categoria “outros” os locais menos representativos: local de trabalho da vítima, quarto alugado, hospital, cela, local de trabalho do agressor, escola e casas de banho públicas.

Tabela 32 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao local onde o crime foi cometido e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC ($n=100$) n (%)	Violadores ($n=123$) n (%)	Pedófilos ($n=41$) n (%)	Total ($n=264$) n (%)	χ^2
Casa do agressor	68 (25.8%)	35 (13.3%)	20 (7.6%)	123 (46.6%)	56.202
Via pública	0 (0.0%)	12 (4.5%)	0 (0.0%)	12 (4.5%)	$p=0.000$
Casa da vítima	9 (3.4%)	22 (8.3%)	4 (1.5%)	35 (13.3%)	
CAT ou LIJ	1 (0.4%)	1 (0.4%)	2 (0.8%)	4 (1.5%)	
Mata ou local ermo	7 (2.7%)	31 (11.7%)	9 (3.4%)	47 (17.8%)	
Casa e carro do agressor	10 (3.8%)	9 (3.4%)	2 (0.8%)	21 (8.0%)	
Praia	1 (0.4%)	4 (1.5%)	0 (0.0%)	5 (1.9%)	
Casa de amigo	2 (0.8%)	3 (1.1%)	1 (0.4%)	6 (2.3%)	
Outros	2 (0.8%)	6 (2.3%)	3 (1.1%)	11 (4.2%)	

Como se pode observar, de 264 agressores sexuais, 123 deles (46,6%) cometeram o crime em sua casa. No entanto, a mata ou local ermo ($n=47$, 17.8%) e a casa da vítima ($n=35$, 13.3%) são também locais onde ocorrem um grande número de crimes sexuais, principalmente nos crimes de violação. Seguem-se depois os locais menos representativos: a casa e o carro do agressor, com 21 casos (8.0%), a via pública com 12 casos (4.5%), os locais incluídos na categoria “outros” com 11 casos (4.2%), a casa do amigo com 6 casos (2.3%), a praia com 5 casos (1.9%) e, por fim, os Lares de Infância e Juventude com apenas 4 casos (1.5%). De acordo com análise estatística efetuada foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$X^2(8, n = 264) = 56.202, p < 0.05$]. Recorrendo à análise dos resíduos estandardizados verificou-se que existe uma maior probabilidade de um violador praticar o ato ilícito num contexto público, na casa da vítima ou num local ermo e afastado. Quanto aos abusadores sexuais de crianças verificou-se que há uma maior probabilidade destes praticarem o crime na sua casa e no seu carro e, por sua vez, quanto aos pedófilos verificou-se que existe uma maior probabilidade destes praticarem o ato ilícito em casa, num Lar de Infância e Juventude ou num dos locais incluídos na categoria “outros” do que os outros agressores sexuais.

Importa perceber se os locais em que o ato ocorreu eram ou não familiares às vítimas. Os resultados para a variável relacionada com a familiaridade dos locais encontram-se expostos na tabela 33, apresentada de seguida.

Tabela 33 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à familiaridade do local em que ocorreu crime para a vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC ($n=101$)	Violadores ($n=124$)	Pedófilos ($n=43$)	Total ($n=268$)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Local familiar	94 (35.1%)	67 (25.0%)	37 (13.8%)	198 (73.9%)	47.885
Não familiar	7 (2.6%)	57 (21.3%)	6 (2.2%)	70 (26.1%)	$p=0.000$

Como se pode observar, a maioria dos locais onde o crime ocorreu eram familiares para a vítima ($n=198$, 73.9%), sendo apenas para 70 casos (26.1%) os locais desconhecidos das vítimas. Através da análise estatística efetuada encontraram-se diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$X^2(1, n=268)=47.885, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados observou-se que é nos crimes de violação que existe uma maior probabilidade do local não ser

familiar para a vítima, o que é comprovado pelos resultados anteriores (violação acontece, maioritariamente, num contexto público ou num local ermo e afastado).

Depois de identificados os locais onde existe uma maior frequência de ocorrem os crimes sexuais, importa ainda localizar o crime sexual no tempo (em que altura do dia foi). Estas informações apresentam-se na tabela 34, apresentada de seguida.

Tabela 34 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à altura do dia em que se deu o crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=45)	Violadores (n=95)	Pedófilos (n=18)	Total (n=158)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Manhã	5 (3.1%)	10 (6.3%)	1 (0.6%)	16 (10.1%)	23.949
Tarde	14 (8.9%)	26 (16.5%)	9 (5.7%)	49 (31.0%)	p=0.046
Fim de tarde	3 (1.9%)	8 (5.1%)	0 (0.0%)	11 (7.0%)	
Noite	12 (7.6%)	18 (11.4%)	3 (1.9%)	33 (20.9%)	
Madrugada	2 (1.3%)	26 (16.5%)	1 (0.6%)	29 (18.4%)	
Tarde e noite	7 (4.4%)	4 (2.5%)	3 (1.9%)	14 (8.9%)	
Manhã e tarde	1 (0.6%)	1 (0.6%)	1 (0.6%)	3 (1.9%)	
Noite e madrugada	1 (0.6%)	2 (1.3%)	0 (0.0%)	3 (1.9%)	

De acordo com a apresentada anteriormente (tabela 34), de 158 agressores sexuais, 49 cometeram o crime de tarde (31%), 33 (20.9%) cometeram-no durante a noite, 29 (18.4%) durante a madrugada e 16 (10.1%) durante a manhã. Existem, no entanto, alguns crimes que ocorrem em duas alturas do dia diferentes, principalmente nos casos em que existem diferentes vítimas ou nos casos em que a vítima é sequestrada ou raptada. Assim, definiram-se três categorias que englobam duas alturas do dia. Relativamente à categoria “tarde e noite” verificam-se 13 sujeitos (8.9%) que cometem o crime nesta altura, quanto às categorias “manhã e tarde” e “noite e madrugada” observam-se apenas 3 sujeitos (1.9%) em cada uma delas. De acordo com a análise estatística efetuada, observaram-se diferenças significativas entre os grupos [$X^2(7, n = 158) = 23.949, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados observou-se que os violadores têm uma maior probabilidade de cometerem o crime ao fim da tarde, de madrugada ou na conjugação de noite e madrugada. Quanto aos abusadores sexuais de crianças verificou-se uma maior probabilidade destes cometerem o crime de manhã, durante a noite ou em qualquer uma das três conjugações de alturas do dia apresentadas. Quanto aos pedófilos constatou-se

que estes têm uma maior probabilidade de cometerem o crime de tarde, ou nas conjugações “tarde e noite” e “manhã e tarde”.

Quanto ao modo de cometimento do crime, a tabela 35, apresentada de seguida, reúne essa informação.

Tabela 35 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao modo de cometimento do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=104)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=273)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Individualmente	103 (37.7%)	104 (38.1%)	40 (14.7%)	247 (90.5%)	18.383
Em grupo	1 (0.4%)	22 (8.1%)	3 (1.1%)	26 (9.5%)	p=0.000

Pela observação da tabela podemos constatar que a maioria dos crimes são cometidos individualmente (n=247, 90.5%) sendo apenas 26 (9.5%) cometidos em grupo. De acordo com as análises estatísticas realizadas foram obtidas diferenças significativas entre os grupos [$\chi^2(1, n = 273) = 18.383, p < 0.05$]. Recorrendo às análises dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm uma maior probabilidade do que os abusadores sexuais de crianças ou os pedófilos de cometer crimes em grupo.

De seguida serão analisados o modo de abordagem da vítima, o recurso a violência física, qual o tipo de agressão física e a utilização de armas para a perpetração do crime tabelas 36, 37, 38 e 39, respetivamente.

Tabela 36 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao modo de abordagem da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101)	Violadores (n=125)	Pedófilos (n=43)	Total (n=269)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Coerção/violência	21 (7.8%)	99 (36.8%)	10 (3.7%)	130 (48.3%)	89.198
Manipulação/ condicionamento	80 (29.7%)	26 (12.3%)	33 (12.3%)	139 (51.7%)	p=0.000

A análise da tabela 36 permite verificar que as duas formas de abordagem da vítima se encontram próximas, no entanto, com uma leve predominância da manipulação/condicionamento (n=139, 51.7%). Através da análise estatística realizada foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos

[$X^2(1, n = 269) = 89.198, p < 0.05$]. Recorrendo às análises dos resíduos estandardizados, observou-se que há uma maior probabilidade dos violadores recorrerem à coerção/ violência. Relativamente aos abusadores sexuais e aos pedófilos verificou-se uma maior probabilidade destes recorrerem à manipulação/ condicionamento.

No que diz respeito ao uso de violência, de acordo com a tabela 37, de 268 agressores sexuais 95 (35.4%) recorreram à agressão física, contudo, a maioria ($n=173$, 64.6%) não cometeram agressão física sobre a vítima. Através da análise estatística realizada com recurso ao teste de qui-quadrado, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$X^2(1, n = 268) = 76.148, p < 0.05$] e recorrendo às análises dos resíduos estandardizados observou-se que os violadores têm mais probabilidade de recorrerem à agressão física do que os outros dois grupos.

Tabela 37 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao uso de violência física sobre a vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC ($n=101$)	Violadores ($n=124$)	Pedófilos ($n=43$)	Total ($n=268$)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Com agressão	11 (4.1%)	78 (29.1%)	6 (2.2%)	95 (35.4%)	76.148
Sem agressão	90 (33.6%)	46 (17.2%)	37 (13.8%)	173 (64.6%)	$p=0.000$

No que diz respeito à agressão física cometida, a tabela 38 sintetiza os resultados obtidos.

Tabela 38 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao tipo de agressão física cometida na vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC ($n=101$)	Violadores ($n=124$)	Pedófilos ($n=43$)	Total ($n=268$)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Nenhuma	94 (35.1%)	47 (17.5%)	38 (14.2%)	179 (66.8%)	89.033
Bofetadas, murros e/ou pontapés	6 (2.2%)	53 (19.8%)	5 (1.9%)	64 (23.9%)	$p=0.000$
Empurrão violento	0 (0.0%)	14 (5.2%)	0 (0.0%)	14 (5.2%)	
Cortes com faca/ esfaquear	0 (0.0%)	3 (1.1%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)	
Asfixia	1 (0.4%)	7 (2.6%)	0 (0.0%)	8 (3.0%)	

Como podemos constatar, a maioria não utilizou qualquer tipo de agressão física (n=179, 66.8%) comprovando assim os resultados obtidos na tabela anterior. Das agressões físicas a categoria com maior frequência foi a das bofetadas, murros e/ou pontapés (n=64, 23.9%), seguindo-se o empurrão violento, utilizado por 14 sujeitos (5.2%), a asfixia, usada por 8 sujeitos (3%) e, a menos utilizada foi os cortes superficiais com faca ou esfaquear, sendo usada apenas por 3 sujeitos (1.1%). De acordo com as análises estatísticas efetuadas, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$X^2(4, n=268) = 89.033, p < 0.05$]. Recorrendo às análises dos resíduos estandardizados, observou-se que os abusadores sexuais de crianças e os pedófilos tinham uma maior probabilidade de não usarem qualquer tipo de agressão sexual, confirmando os resultados anteriores. Em contrapartida, os violadores têm uma maior probabilidade de utilizarem qualquer uma das agressões referidas.

No que diz respeito à utilização de armas nos incidentes de crime sexual encontram-se apresentados na tabela 39. No sentido de facilitar a leitura e a análise da tabela foi criada uma categoria “outros” que engloba as seguintes armas: gás lacrimogénio, escova de cabelo e vassoura, tábua e garrafa.

Tabela 39 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao uso de armas no cometimento do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101)	Violadores (n=124)	Pedófilos (n=43)	Total (n=268)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Sem uso de armas	98 (36.6%)	76 (28.4%)	41 (15.3%)	215 (80.2%)	54.620
Faca de cozinha	2 (0.7%)	22 (8.2%)	0 (0.0%)	24 (9.0%)	p=0.000
Arma de fogo	1 (0.4%)	10 (3.7%)	1 (0.4%)	12 (4.5%)	
Navalha	0 (0.0%)	13 (4.9%)	0 (0.0%)	13 (4.9%)	
Outros	0 (0.0%)	3 (1.1%)	1 (0.4%)	4 (1.5%)	

De acordo com a tabela 39, podemos constatar que a maioria não usa qualquer arma para cometer o crime (n= 215, 80.2%). Dos sujeitos que usam armas para levar a cabo o ato criminal, 24 (9.0%) usam facas de cozinha, 13 (4.9%) usam navalhas, 12 (4.5%) armas de fogo e 4 usam as armas e objetos incluídos na categoria “outros”. Ao efetuar a análise estatística encontraram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos [$X^2(4, n = 268) = 54.620, p < 0.05$]. Recorrendo às análises dos resíduos estandardizados verificou-se que os abusadores sexuais de crianças e os pedófilos têm uma maior probabilidade de não recorrerem a qualquer tipo de arma para cometer o

crime, ao contrário dos violadores, que têm uma maior probabilidade de recorrer a armas no cometimento do crime.

Relativamente ao nível de força física do agressor, ao nível de resistência da vítima e a resposta do agressor à resistência da vítima, os dados encontram-se nas tabelas 40, 41 e 42, apresentadas de seguida.

Tabela 40 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao nível de força física utilizada pelo agressor para cometer o crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=100)	Violadores (n=124)	Pedófilos (n=43)	Total (n=267)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Nula	7 (2.6%)	1 (0.4%)	5 (1.9%)	13 (4.9%)	96.210
Reduzida	79 (29.6%)	32 (12.0%)	30 (11.2%)	141 (52.8%)	p=0.000
Média	13 (4.9%)	75 (28.1%)	8 (3.0%)	96 (36.0%)	
Alta	1 (0.4%)	16 (6.0%)	0 (0.0%)	17 (6.4%)	

De acordo com a tabela acima apresentada (tabela 40), a maioria dos agressores sexuais utiliza um nível de força reduzida (n=141, 52.8%). Dos restantes, 96 (36.0%) utilizam um nível de força física média, 17 (6.4%) usam um nível de força alto, que provocam morte, e apenas 13 (4.9%) não usam qualquer força física. Da realização da análise estatística encontraram-se diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$X^2(3, n = 267) = 96.210, p < 0.05$]. Recorrendo à análise dos resíduos estandardizados, observou-se que os violadores têm maior probabilidade de utilizarem um nível de força médio ou alto enquanto que os abusadores sexuais e os pedófilos têm mais probabilidade de usarem um nível de força reduzido ou mesmo nulo.

No que diz respeito ao nível de resistência da vítima, como podemos observar na tabela 41, a maioria das vítimas tem uma reduzida resistência à prática do crime (n=227, 85%). Das restantes vítimas, 17 (6.4%) têm uma resistência média, 6 (2.2%) têm uma resistência alta e 17 (6.4%) não apresentam qualquer tipo de resistência. De acordo com as análises estatísticas realizadas foram encontradas diferenças significativas entre os grupos [$X^2(3, n = 267) = 25.109, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados observou-se que nos crimes de violação as vítimas têm mais probabilidade de apresentarem uma resistência média ou alta enquanto que as vítimas dos abusadores sexuais de crianças e dos pedófilos têm mais probabilidade de apresentarem uma resistência nula ou reduzida, o que é compreensível tendo em conta a idade das vítimas.

Tabela 41 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao nível de resistência da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=100)	Violadores (n=124)	Pedófilos (n=43)	Total (n=267)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Nula	5 (1.9%)	6 (2.2%)	6 (2.2%)	17 (6.4%)	25.109
Reduzida	93 (34.8%)	97 (36.3%)	37 (13.9%)	227 (85.0%)	p=0.000
Média	2 (0.7%)	15 (5.6%)	0 (0.0%)	17 (6.4%)	
Alta	0 (0.0%)	6 (2.2%)	0 (0.0%)	6 (2.2%)	

Já quanto à resposta do agressor à resistência da vítima como se pode ver pela observação da tabela 42, a maioria dos agressores sexuais (n=217, 80.7%) manteve o comportamento. Dos restantes agressores sexuais, 45 (16.7%) aumentaram a violência e apenas 7 (2.6%) desistiram da agressão. Tendo em conta o resultado do teste de qui-quadrado, encontraram-se diferenças significativas entre os três grupos em estudo [$X^2(2, n = 269) = 29.817, p < 0.05$]. Através da análise dos resíduos estandardizados constatou-se que os abusadores sexuais de crianças e os pedófilos têm mais probabilidade de manterem o seu comportamento quando se deparam com a resistência da vítima, enquanto que os violadores têm mais probabilidade de desistirem ou aumentarem a violência, o que se relaciona diretamente com o nível de resistência da vítima (mais baixo no caso dos abusadores sexuais de crianças).

Tabela 42 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à resposta do agressor à resistência da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=102)	Violadores (n=124)	Pedófilos (n=43)	Total (n=269)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Desistiu	1 (0.4%)	6 (2.2%)	0 (0.0%)	7 (2.6%)	11.396
Manteve conduta	88 (32.7%)	90 (33.5%)	39 (14.5%)	217 (80.7%)	p=0.022
Aumentou violência	13 (4.8%)	28 (10.4%)	4 (1.5%)	45 (16.7%)	

Por fim, importa ainda saber a duração dos crimes sexuais aqui em estudo. Os resultados correspondentes a esta variável apresentam-se na tabela 43, exposta de seguida.

Tabela 43 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à duração do crime sexual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=105) n (%)	Violadores (n=127) n (%)	Pedófilos (n=43) n (%)	Total (n=275) n (%)	χ^2
Um dia	19 (6.9%)	86 (31.3%)	12 (4.4%)	117 (42.5%)	379.840 $p=0.249$
2-4 dias	2 (0.7%)	9 (3.3%)	1 (0.4%)	12 (4.4%)	
Um mês	5 (1.8%)	5 (1.8%)	1 (0.4%)	11 (4.0%)	
2-6 meses	11 (4.0%)	8 (2.9%)	4 (1.5%)	23 (8.4%)	
7-12 meses	17 (6.2%)	7 (2.5%)	8 (2.9%)	32 (11.6%)	
13-18 meses	16 (5.8%)	4 (1.5%)	4 (1.5%)	24 (8.7%)	
25-36 meses	12 (4.4%)	2 (0.7%)	2 (0.7%)	16 (5.8%)	
37-48 meses	5 (1.8%)	1 (0.4%)	2 (0.7%)	8 (2.9%)	
49-60 meses	1 (0.4%)	2 (0.7%)	4 (1.5%)	7 (2.5%)	
61-72 meses	3 (1.1%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)	5 (1.8%)	
73-84 meses	1 (0.4%)	0 (0.0%)	3 (1.1%)	4 (1.5%)	
85-96 meses	2 (0.7%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)	
97-108 meses	6 (2.2%)	2 (0.7%)	0 (0.0%)	8 (2.9%)	
109-120 meses	2 (0.7%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)	
121-132 meses	0 (0.0%)	1 (0.4%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	
133-144 meses	2 (0.7%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	2 (0.7%)	
224 meses	1 (0.4%)	0 (0.0%)	0 (0.0%)	1 (0.4%)	

Como podemos observar na tabela anterior (tabela 43), a maioria dos sujeitos da nossa amostra comete o crime num dia apenas ($n=117$, 42.5%), principalmente quando se fala do crime de violação ($n=86$). Os restantes intervalos de meses mais representativos para a duração do crime são: 7 a 12 meses com 32 sujeitos (11.6%), 13 a 18 meses com 24 (8.7%) sujeitos, 2 a 6 meses com 23 (8.4%) sujeitos, 25 a 36 meses com 16 (5.8%) sujeitos, 2 a 4 dias com 12 (4.4%) sujeitos e um mês com 11 (4.0%) sujeitos. Verifica-se que quanto maior o intervalo de tempo do abuso, menor é a frequência de crimes nesses intervalos de meses. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

Quanto às informações relativas à confissão do crime, aos motivos que o agressor dá para cometer o crime e à atitude que tem face ao mesmo, estas constam nas tabelas apresentadas seguidamente (44, 45 e 46).

Quanto à confissão do crime, de acordo com a tabela 44, podemos constatar que a maioria dos agressores ($n=168$, 65.9%) confessou o crime, sendo apenas 87 (34.1%) o número de sujeitos que não confessaram o crime. Não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

Tabela 44 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à confissão do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC ($n=96$)	Violadores ($n=118$)	Pedófilos ($n=41$)	Total ($n=255$)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Confessou	56 (22.0%)	83 (32.5%)	29 (11.4%)	168 (65.9%)	3.906
Não confessou	40 (15.7%)	35 (13.7%)	12 (4.7%)	87 (34.1%)	$p=0.142$

No que diz respeito aos motivos que o agressor dá para cometer o crime, os resultados encontram-se apresentados na tabela que se segue (tabela 45). Como podemos observar, a maioria dos sujeitos ($n=93$, 41.9%) não tem qualquer justificação para a ocorrência do crime. Das restantes categorias destacam-se três: 46 sujeitos (20.7%) afirmam que não cometeram o ato sexual ilícito e que não passa de uma invenção sobre ele, 32 dos sujeitos (14.4%) afirmam que cometeram o ato por se encontrarem sob o efeito de álcool ou drogas e 25 (11.3%) dizem ter cometido o ato por provocação ou a pedido da vítima. Através da análise estatística efetuada foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$\chi^2(9, n = 222) = 39.411, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados observou-se que os pedófilos têm maior probabilidade de não apresentarem justificação para o cometimento do crime ou afirmar que é alvo de uma invenção. Quanto aos violadores, estes têm uma maior probabilidade de atribuírem, essencialmente, a culpa do ato ilícito ao álcool e às drogas, à provocação ou consentimento da vítima, à influência de maus amigos, à vingança e a razões familiares. Por sua vez, os abusadores sexuais de crianças têm uma maior probabilidade de afirmarem serem alvo de uma invenção, que há algo incontrollável que os leva a cometer o crime e que sentiram-se impunes ao cometer aquele ato pelo que não o assumiram como sendo crime (e.g., consentimento dos pais das crianças).

Tabela 45 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente aos motivos dados pelo agressor para cometer o crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=89)	Violadores (n=101)	Pedófilos (n=32)	Total (n=222)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Sem justificação	31 (14.0%)	39 (17.6%)	23 (10.4%)	93 (41.9%)	39.411
Provocação ou pedido da vítima	10 (4.5%)	14 (6.3%)	1 (0.5%)	25 (11.3%)	p=0.003
Efeito droga/álcool	11 (5.0%)	21 (9.5%)	0 (0.0%)	32 (14.4%)	
Influência amigos	0 (0.0%)	3 (1.4%)	0 (0.0%)	3 (1.4%)	
Algo incontrollável	4 (1.8%)	1 (0.5%)	0 (0.0%)	5 (2.3%)	
Vingança	0 (0.0%)	2 (0.9%)	0 (0.0%)	2 (0.9%)	
É uma invenção	27 (12.2%)	12 (5.4%)	7 (3.2%)	46 (20.7%)	
Profissão da vítima	0 (0.0%)	1 (0.5%)	0 (0.0%)	1 (0.5%)	
Sentir-se impune	4 (1.8%)	3 (1.4%)	1 (0.5%)	8 (3.6%)	
Razões familiares	2 (0.9%)	5 (2.3%)	0 (0.0%)	7 (3.2%)	

Quanto às atitudes dos agressores quanto ao crime, isto é, se demonstram sentido crítico ou não sobre o crime, os resultados encontram-se sintetizados na tabela 46, apresentada de seguida. Através da análise da tabela podemos constatar que dos 270 agressores sexuais, a maioria (n=211, 78.1%) não apresenta sentido crítico em relação ao crime, ao contrário de 59 deles (21.9%) que apresentam. Não foram encontradas quaisquer diferenças significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

Tabela 46 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à atitude destes relativamente ao crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=102)	Violadores (n=125)	Pedófilos (n=43)	Total (n=270)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Tem sentido crítico	18 (6.7%)	32 (11.9%)	9 (3.3%)	59 (21.9%)	2.106
Sem sentido crítico	84 (31.1%)	93 (34.4%)	34 (12.6%)	211 (78.1%)	p=0.349

5.2.2. Características relativas à vítima

No que diz respeito à vítima, há um conjunto de características que nos dão a conhecer melhor as vítimas destes agressores. Primeiramente analisaremos a idade que a vítima tinha quando ocorreu o crime, como se pode verificar na tabela 47.

Tabela 47 Medidas descritivas relativamente à idade da vítima no momento do cometimento do crime.

	ASC (n=100) n (%)	Violadores (n=62) n (%)	Pedófilos (n=43) n (%)
Média	9.5	25.8	8.0
Mediana	10.0	15.0	8.0
Desvio padrão	3	23.3	3.3
Mínimo	3	6	2
Máximo	14	91	14

Através da análise da tabela anterior (tabela 47) percebemos que a média de idades das vítimas tem uma variação considerável entre os vários tipos de crimes que são cometidos¹⁷. A média de idades das vítimas de violação é de 23.3 anos, num intervalo de idades compreendido entre os 6 e os 91 anos. Por sua vez, as vítimas de abuso sexual de crianças têm em média 9.5 anos e uma mediana de 10 anos, com um intervalo de idades compreendido entre os 3 e os 14 anos. Por fim, as vítimas de pedofilia são têm uma média de 8 anos e uma mediana de 8 anos, tendo um intervalo de idades compreendido entre os 2 e os 14 anos.

Na tabela, que se apresenta de seguida (tabela 48), são indicados os resultados referentes ao sexo das vítimas. Como se pode observar, não foi possível obter a informação relativa ao sexo da vítima de 5 agressores sexuais da nossa amostra. No entanto, dos 270 sujeitos observados, é possível perceber que existe uma predominância de vítimas do sexo feminino, independentemente do grupo do agressor (n=218, 80.7%). Há, ainda assim, nos crimes praticados pelos pedófilos um número relevante de vítimas do sexo masculino: em 24 (8.9%) casos a vítima era do sexo masculino e em 11 (4.1%) casos houve vítimas de ambos os sexos. A partir da análise estatística realizada,

¹⁷Importa esclarecer que é em função do entendimento do crime que surge a designação do mesmo. Por exemplo, em duas situações diferentes mas em que a vítima tenha 7 anos, o crime tipificado poderá ser de violação (art. 164º do CP) ou de abuso sexual de crianças (art. 171º do C.P.), dependendo do uso ou não da violência/ameaça grave ou de a ter ou não posto na impossibilidade de resistir, entre outras coisas.

verificaram-se diferenças significativas entre os três grupos [$X^2(2, n = 270) = 139.041, p < 0.05$]. Recorrendo às análises post-hoc através dos resíduos estandardizados, observou-se que os pedófilos têm mais probabilidade de terem uma vítima do sexo masculino ou de terem vítimas de ambos os sexos, enquanto que os violadores e os abusadores sexuais de crianças têm uma maior probabilidade de terem vítimas do sexo feminino.

Tabela 48 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao sexo das suas vítimas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=270)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Masculino	5 (1.9%)	12 (4.4%)	24 (8.9%)	41 (15.2%)	139.041
Feminino	96 (35.6%)	114 (42.2%)	8 (3.0%)	218 (80.7%)	p=0.000
Ambos os sexos	0 (0.0%)	0 (0.0%)	11 (4.1%)	11 (4.1%)	

No que diz respeito à profissão da vítima, foi possível obter essa informação para as vítimas de 200 agressores sexuais da nossa amostra. As profissões menos representativas (desempregada, empregada de comércio/vendedora, operária fabril, enfermeira) foram agrupadas na categoria “outras”. Os resultados desta análise encontram-se expostos na tabela seguinte (tabela 49).

Tabela 49 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à profissão da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=98)	Violadores (n=61)	Pedófilos (n=41)	Total (n=200)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Estudante	89 (44.5%)	36 (18.0%)	37 (18.5%)	162 (81.0%)	39.809
Prostituta	0 (0.0%)	5 (2.5%)	0 (0.0%)	5 (2.5%)	p=0.000
Reformada	0 (0.0%)	9 (4.5%)	0 (0.0%)	9 (4.5%)	
Outras	9 (4.5%)	11 (5.5%)	4 (2.0%)	24 (12.0%)	

Como se pode observar, a maioria das vítimas são estudantes (n=162, 81.0%), 24 vítimas têm alguma das profissões incluídas na categoria outras profissões (12%), 9 vítimas são reformadas (4.5%) e 5 são prostitutas (2.5%). Através da análise estatística foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$X^2(3, n=200) = 39.809, p < 0.05$], verificando-se que, pela dos resíduos estandardizados, os

abusadores sexuais de crianças e pedófilos têm mais probabilidade de terem vítimas estudantes enquanto que os violadores têm mais probabilidade de ter vítimas com qualquer outra profissão, como seria de esperar, uma vez que as vítimas dos abusadores sexuais de crianças e pedófilos são menores de 14 anos e a grande maioria ainda estuda ou não têm ainda ocupação.

Ainda quanto às vítimas, procurou-se ainda saber se estas possuíam algum atraso mental, que de alguma forma as tornasse mais vulneráveis. Os resultados desta análise encontram-se apresentados na tabela 50.

Tabela 50 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente à existência de atraso cognitivo na vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=270)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Possui	5 (1.9%)	4 (1.5%)	5 (1.9%)	14 (5.2%)	4.678
Não possui	96 (35.6%)	122 (45.2%)	38 (14.1%)	256 (94.8%)	$p=0.096$

De acordo com a tabela apresentada anteriormente, das vítimas de 270 agressores sexuais da nossa amostra, apenas 14 (5.2%) das vítimas possuem um atraso cognitivo, sendo que a maioria não o possui ($n=256$, 94.8%). Através da análise estatística não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos ($p > 0.05$).

Relativamente ao número total de vítimas de cada agressor sexual, como podemos observar na tabela 51, a maioria dos agressores sexuais tem até 5 vítimas apenas ($n=264$, 97.8%), sendo uma minoria aqueles que têm mais que 5 vítimas ($n=6$, 2.2%). Através da análise estatística efetuada foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos [$\chi^2 (1, n= 270) = 12.4438$, $p < 0.05$] e através da análise dos resíduos estandardizados observou-se que os pedófilos são o grupo com a probabilidade maior de ter mais de 5 vítimas.

Tabela 51 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao número total de vítimas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=100)	Violadores (n=127)	Pedófilos (n=43)	Total (n=270)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Até 5 vítimas	100 (37.0%)	125 (46.3%)	39 (14.4%)	264 (97.8%)	12.438
Mais de 5 vítimas	0 (0.0%)	2 (0.7%)	4 (1.5%)	6 (2.2%)	p=0.002

É importante perceber se a vítima se encontrava ou não sozinha quando foi atacada pelo agressor. Neste sentido, de acordo com a tabela 52, a maioria das vítimas encontravam-se sozinhas (n=233, 86.3%), sendo apenas que em 37 casos (12.7%) as vítimas estavam acompanhadas. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($p > 0.05$).

Tabela 52 Número de sujeitos nos três grupos de agressores relativamente ao facto de a vítima se encontrar ou não sozinha no momento do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	ASC (n=101)	Violadores (n=126)	Pedófilos (n=43)	Total (n=270)	χ^2
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Sozinha	89 (33.0%)	106 (39.3%)	38 (14.1%)	233 (86.3%)	0.942
Acompanhada	12 (4.4%)	20 (7.4%)	5 (1.9%)	37 (13.7%)	p=0.624

6. Discussão dos resultados

Após terem sido apresentados os resultados obtidos, irá ser agora realizada uma discussão crítica sobre os mesmos.

A presente investigação teve como ponto de partida três questões de investigação: quais as características e especificidades demográficas, psicológicas e criminais apresentadas por cada um dos grupos em estudo (agressores sexuais de crianças, violadores e pedófilos)?; as características e especificidades demográficas, psicológicas e criminais apresentadas pelos três grupos são diferentes entre si?; e em que diferem os três grupos?

Para responder às questões levantadas, foram recolhidas informações dos processos individuais, através da Grelha de Recolha de Dados Processuais (Barroso,

2012), de 275 agressores sexuais (127 violadores (45.7%), 105 abusadores sexuais de crianças (37.8%) e 43 pedófilos (15.5%)) do sexo masculino, a cumprir pena de prisão em alguns dos estabelecimentos prisionais de Portugal continental.

Relativamente à primeira questão colocada – Quais as características e especificidades demográficas, psicológicas e criminais apresentadas por cada um dos grupos em estudo – foi possível através da análise estatística realizada, encontrar um conjunto de características específicas para cada um dos grupos.

No que diz respeito aos **abusadores sexuais de crianças**, estes agressores têm uma maior probabilidade de provirem de uma família com condições económicas suficientes que lhes garantam as suas necessidades básicas e de terem um estatuto socioeconómico médio ou médio-baixo. Vivem normalmente num contexto comunitário sem problemas de marginalidade, toxicodependência ou delinquência e têm, na grande maioria das vezes, pares normativos, não apresentando habitualmente consumos de álcool nem de drogas. Quanto às características pessoais, os abusadores sexuais de crianças normalmente demonstram competências básicas e um estilo de comunicação interpessoal manipulador. Estes agressores sexuais têm mais probabilidade de viverem com a família que constituíram (companheira e filhos ou apenas com a companheira), e também mais probabilidade de terem filhos. Relativamente ao seu percurso criminal, geralmente não apresentam antecedentes e manifestam mais tarde problemas de comportamento (depois dos 28 anos). Quanto aos atos sexuais abusivos, verificou-se que os atos que estes agressores mais praticavam eram tendencialmente a penetração vaginal (com pénis ou objetos), o sexo oral, a masturbação, os contactos sexuais e a tentativa de penetração anal com pénis. As vítimas são, por norma, pessoas muito próximas ao agressor sexual (e.g., filhas/enteadas, sobrinhas, filhas de amigos outros familiares) e os crimes são, na maioria das vezes, praticados em locais familiares à vítima, nomeadamente na casa ou no carro do agressor. Os abusadores sexuais de crianças tendem a cometer os seus crimes durante a manhã ou durante a noite/final de tarde, individualmente, privilegiando a manipulação ou o condicionamento como forma de abordar a vítima, sem recorrer a armas nem a agressões. Por isso, normalmente o nível de força utilizado por este tipo de agressor sexual é reduzido, tal como a resistência da vítima, o que faz com que o agressor, face à resistência da vítima, mantenha o seu comportamento. As vítimas destes agressores sexuais têm uma idade média de 9.5 anos (com um desvio padrão de 3 anos), são, maioritariamente, do sexo feminino e estudantes. Estes agressores não costumam apresentar um grande número de vítimas (até 5 vítimas), no entanto os seus crimes são, por norma, crimes mais prolongados no tempo. No que diz respeito à justificação que apresentam para o seu crime, a maioria afirma serem alvo de uma invenção, que não tem justificação porque é algo incontrollável

ou que se sentiram impunes ao cometer aquele ato pelo que não o assumiram como sendo crime (e.g., consentimento dos pais das crianças).

Em relação a este grupo de **abusadores sexuais de crianças**, os resultados obtidos em outras investigações sugerem que estes agressores têm igual probabilidade de pertencerem a qualquer classe económica (e.g., Quinsey & Lalumière, 2001). E relativamente ao consumo de álcool e drogas, num estudo desenvolvido por Peugh e Belenko (2001), os autores observaram que os abusadores sexuais de crianças eram os que tinham menos probabilidade de consumirem álcool ou drogas quando comparados com os violadores. Quanto às competências interpessoais, à semelhança do nosso estudo, também outros estudos chegaram à conclusão que o estilo de comunicação destes agressores sexuais com os seus pares é tendencialmente manipulador (Stone et al., 2000; Hall & Hall, 2007; Rice & Harris, 2002; Taveira et al., 2009). Relativamente à vida familiar, tal como no nosso estudo, Seto et al. (2015a) também verificaram que os abusadores sexuais de crianças têm uma maior probabilidade de viverem com a família que constituíram e de terem filhos. Relativamente ao seu percurso criminal, os nossos resultados vão ao encontro das conclusões obtidas por Finkelhor (2009). Este autor defende que existem dois picos para se darem os abusos sexuais de crianças: durante a adolescência e por volta dos 30 anos, alturas em que o acesso a crianças é maior. No que diz respeito à relação entre a vítima e o agressor, os nossos resultados vão ao encontro dos obtidos por alguns estudos, que defendem que os abusos sexuais intrafamiliares são os que são levados a cabo com mais frequência por estes agressores (Baptista et al., 2008; Habigzang et al., 2005; Pineda-Lucatero et al., 2009; Quadara et al., 2015; Smallbone & Wortley, 2001). Segundo Machado (2003) os abusadores intrafamiliares cometem o crime por conveniência, devido ao fácil acesso à criança e vulnerabilidade da mesma. Alguns estudos que estes abusadores são, habitualmente, os pais (Furlan et al., 2011; Romero, 2007) os padrastos (Milner, 1998) ou os irmãos da criança abusada (Furlan et al., 2011; Morrill, 2014; Quadara et al., 2015; Stathopoulos, 2012).

Quanto ao local em que os crimes são praticados, outros estudos também obtiveram os locais familiares à vítima (e.g., a casa do agressor) como aqueles em que normalmente estes agressores sexuais praticam os seus crimes (Baptista et al., 2008; Fávero, 2003; Habigzang et al., 2005; Pineda-Lucatero et al., 2009; Quadara et al., 2015; Vasconcelos, Cardoso, Barros, Almeida, 2011; Seto et al., 2015a). Quanto ao facto dos abusadores sexuais de crianças normalmente privilegiarem a manipulação ou o condicionamento como forma de abordar a vítima, sem recorrer a armas nem a agressões, estas são características que vão ao encontro da categoria Atentado ao Pudor de Groth (1979) e aos resultados obtidos por Rebocho (2009) e por Kaufman,

Hilliker e Daleiden (1996a). As vítimas dos abusadores sexuais de crianças da nossa amostra têm uma idade média de 9.5 anos e são na maioria do sexo feminino. Relativamente ao sexo da vítima, tal como acontece na nossa análise, alguns estudos também sugerem que as vítimas preferenciais são raparigas (Baptista et al., 2008; Habigzang et al., 2005; Pereira, 2007; Quadara et al., 2015; Romero, 2007; Sánchez-Meca et al., 2011; Seto et al., 2015a; Smallbone & Wortley, 2001; Taveira et al., 2009). No entanto, quanto há idade, estes mesmos autores defendem que as vítimas costumam ter entre os 7 e os 8 anos (Baptista et al., 2008; Habigzang et al., 2005; Pereira, 2007; Quadara et al., 2015; Romero, 2007; Sánchez-Meca et al., 2011; Smallbone & Wortley, 2001; Taveira et al., 2009). Vários autores defendem que a idade média das vítimas ronda os 9-11 anos, tal como os resultados obtidos no nosso estudo (Conte & Berliner, 1995; Gomes-Schwartz, Horowitz, & Cardarelli, 1990; Ruggiero, McLeer & Dixon, 2000). Outros autores defendem ainda um intervalo de idades dos 7 aos 12 anos (Finkelhor et al., 1990) sugerindo que este é assim um período mais vulnerável para ocorrer o abuso sexual. Assim, não existe consenso quanto à idade, no entanto, são faixas etárias muito próximas e normalmente abaixo dos 12 anos, o que, de acordo com alguns autores se deve ao facto das crianças se encontrarem numa fase de desenvolvimento, estando ainda muito suscetíveis à autoridade dos adultos (Goldman & Padayachi, 1997). Apesar dos abusadores sexuais de crianças da nossa amostra não apresentarem normalmente um grande número de vítimas (até 5 vítimas) e terem, por norma, crimes mais prolongados no tempo, alguns autores defendem que nos casos dos crimes de abusos sexuais extrafamiliares há um maior número de vítimas e uma menor duração do abuso no tempo (Quadara et al., 2015; Seto et al., 2015a; Taveira, 2009).

Relativamente aos **violadores**, os resultados do nosso estudo evidenciaram que estes normalmente provêm de famílias com menos recursos económicos e que pertencem a um estatuto socioeconómico baixo. Geralmente vivem em contextos comunitários problemáticos, fazem-se acompanhar de pares desviantes e tendem a apresentar consumos de álcool e drogas (normalmente, um policonsumo). No que diz respeito às características pessoais, apesar da maioria dos violadores apresentar as competências pessoais básicas, ainda existe um número considerável (12%) que não as demonstra e, no que diz respeito ao relacionamento interpessoal, este é marcado por um estilo tendencialmente violento. Os violadores são, na maior parte dos casos, solteiros e vivem com a sua família de origem ou com outros familiares. No que diz concerne ao seu percurso criminal, os violadores têm normalmente antecedentes criminais e têm também uma maior probabilidade de praticarem crimes não sexuais associados ao crime sexual, nomeadamente roubos ou sequestro/rapto. A penetração vaginal (com dedos ou pénis) da vítima ou a tentativa de penetração vaginal são os atos sexuais mais praticados pelos

violadores. A maioria das vítimas são desconhecidas ou com pouca relação de confiança (e.g., vizinhos, colegas de escola/trabalho), no entanto, existe ainda uma percentagem considerável de casos em que a vítima é a sua própria companheira ($n=13$). Os locais onde normalmente os violadores praticam os seus atos são em casa das vítimas, nas suas próprias casas, num contexto público (e.g., via pública) ou num local ermo e afastado, existindo por isso uma parte representativa de vítimas que desconhecem o local do crime ($n=57$). Cometem os seus crimes habitualmente durante a tarde ou a madrugada e, apesar da maioria dos crimes serem cometidos individualmente, existe um número representativo de crimes que são praticados em grupo ($n=8$). Para abordar a vítima os violadores utilizam, maioritariamente, a violência ou a coerção, pelo que são crimes normalmente mais violentos, que envolvem agressões físicas à vítima (nomeadamente murros, bofetadas, pontapés) e que, por vezes, utilizam armas (especialmente, a faca de cozinha). Por isso, os violadores normalmente utilizam um nível de força médio, chegando até, em alguns casos, a ser alto. A resistência das vítimas nestes casos também costuma ser maior e perante a resistência da vítima, o violador, tendencialmente, mantém o comportamento ou aumenta a violência sobre a vítima. Relativamente às vítimas dos violadores, estas têm uma idade média de 25.8 anos (com desvio padrão de 23.3 anos), são na maioria, do sexo feminino e, habitualmente, laboralmente ativas. Normalmente estes agressores não têm um grande número de vítimas cada um e, na maioria dos casos, o crime tem a duração de um dia. Quanto à justificação para o ato sexual abusivo, os violadores, têm tendência a atribuírem, essencialmente, a culpa do ato ilícito ao álcool e às drogas, à provocação ou ao consentimento da vítima, à influência de maus amigos, à vingança e a razões familiares.

Alguns destes dados foram também obtidos por outros estudos. Determinados autores defendem que estes agressores evidenciam habitualmente problemas de interação social, problemas familiares, problemas relacionais e, habitualmente, consumos de álcool e droga (Greene, 2000; Nichols, 2001). Alguns estudos realizados têm verificado que o álcool pode funcionar como um facilitador, para se desinibirem ou intoxicarem a vítima ou para servir como uma desculpa para o crime (Abbey et al., 2001; Berkowitz, 1992; Larimer, Palmer & Marlatt, 1999; Carr & VanDeusen, 2004; Richardson & Hammock, 1991). No entanto, nos dados recolhidos na nossa investigação, não havia nenhum caso de violação que a vítima tivesse sido intoxicada. Amir (1971) também verificou que os violadores são, na maior parte dos casos, solteiros e vivem com a sua família de origem ou com outros familiares, corroborando o nosso estudo. Relativamente ao seu percurso criminal, como vimos, normalmente os violadores têm antecedentes criminais e têm também uma maior probabilidade de praticarem crimes não sexuais

associados ao crime sexual. Alguns autores justificam a história criminal dos violadores com a impulsividade dos mesmos, que também os pode levar a aproveitar a oportunidade para cometer a agressão sexual enquanto estão a cometer outro crime (Cohen et al., 1969; Cohen, Garofolo, Boucher, & Seghorn, 1971; Hazelwood, 1995; Knight & Prentky, 1990; Rada, 1978). Este sentido oportunista pode corresponder ao “violador oportunista” da tipologia avançada por Knight e Prentky (1990). No nosso estudo são a penetração vaginal (com dedos ou pénis) da vítima ou a tentativa de penetração vaginal os atos sexuais normalmente mais praticados pelos violadores, que também se assumem como os atos mais praticados por estes agressores sexuais noutros estudos realizados (Clarke & Lewis, 1977; McCabe & Wauchope, 2005). No que diz respeito à relação da vítima com o agressor, tal como no nosso estudo, também McCabe e Wauchope (2005) verificaram que a maioria das vítimas são desconhecidas ou com pouca relação de confiança. Apesar de verificarmos na nossa investigação que os violadores cometem, na maioria das vezes, os seus crimes individualmente, existe um número representativo de crimes que são praticados em grupo, que vai ao encontro da categoria Violação em Grupo de Hazelwood (1995). Os violadores, tal como dito anteriormente, utilizam, maioritariamente, a violência ou a coerção para abordar a vítima, sendo crimes, normalmente, mais violentos que envolvem agressões à vítima, utilizando por vezes armas. Estes resultados vão ao encontro das características da categoria do Violador por Raiva protagonizado por Knight e Prentky (1990). Vários autores defendem que esta violência e hostilidade se liga a questões subjacentes com as mulheres (Berkowitz, 1992; Lisak & Roth, 1990; Mehrabian & Epstein, 1972; Burkhart, 1984) no entanto, esta justificação deixa de lado o caso de violação de homens, que se verifica em 12 casos da presente investigação. Tal como no nosso estudo, outros autores verificaram que a maioria das vítimas dos violadores são do sexo feminino, nomeadamente, Berkowitz (1992), Lisak e Roth (1990), Mehrabian e Epstein (1972) e Burkhart (1984).

Quanto aos **pedófilos**, estes normalmente são provenientes de uma família com recursos económicos suficientes e têm habitualmente um estatuto socioeconómico médio ou médio-baixo. Geralmente vivem em contextos comunitários sem problemas, têm pares normativos e a maioria não apresenta consumos de álcool ou drogas. A grande parte destes sujeitos apresenta competências pessoais básicas e a sua comunicação com os outros pauta-se por um estilo essencialmente manipulador. Relativamente ao seu percurso criminal, normalmente não apresentam antecedentes e manifestam mais tarde problemas de comportamento (depois dos 28 anos). Habitualmente não têm outros crimes associados ao crime sexual e cometem maioritariamente crimes de abuso sexual de crianças, no entanto, crimes de pornografia infantil também têm alguma representatividade nestes agressores sexuais. Quanto aos atos sexuais abusivos,

verificou-se que os atos que estes agressores mais praticavam eram a penetração anal (com dedos, com pênis ou objetos), as carícias ou o roçar, a masturbação, o exibicionismo e a penetração vaginal e anal no mesmo abuso. Os pedófilos geralmente têm uma relação próxima com as suas vítimas (e.g., irmãos, colegas de instituição, sobrinhos) e, na maioria das vezes, o local onde se dá o crime é familiar à vítima. Normalmente praticam os seus atos individualmente, em casa, durante a tarde, com recurso à manipulação ou condicionamento e sem agressões ou armas. Por isso, na maioria das vezes, o nível de força utilizado por este tipo de agressor sexual é reduzido, bem como a resistência da vítima, o que faz com que o agressor face à resistência da vítima, mantenha o seu comportamento. As vítimas destes agressores sexuais têm uma idade média de 8 anos (com desvio padrão de 3.3), e são maioritariamente do sexo masculino e estudantes. Relativamente à justificação que apresentam para o crime, os pedófilos normalmente não apresentam qualquer justificação ou afirmam serem alvo de uma invenção.

Em outros estudos realizados com esta tipologia de agressores, foram encontrados resultados semelhantes para algumas das características aqui estudadas. No nosso estudo verificamos que os pedófilos normalmente manifestam mais tarde problemas de comportamento, mais precisamente, depois dos 28 anos. De acordo com Dickey et al. (2002), a pedofilia só se manifesta entre os 40 e os 70 anos, no entanto, esta diferença de idades pode dever-se ao tamanho da amostra de pedófilos deste estudo ser pequena. Quanto aos atos sexuais abusivos normalmente praticados por estes agressores sexuais, os resultados que obtivemos vão ao encontro do que é defendido por Hall e Hall (2007), segundo os quais, os pedófilos podem envolver-se numa grande variedade de atos sexuais com crianças, desde o exibicionismo até ao voyeurismo. Quanto à relação existente entre o agressor e a vítima, verificamos que os pedófilos normalmente têm uma relação próxima com as suas vítimas, o que é consistente com a categoria de “pedófilos não predadores” de Sanderson (2005), segundo o qual, cerca de 87% dos pedófilos são conhecidos das vítimas. Como referimos, habitualmente os pedófilos recorrem à manipulação ou ao condicionamento para cometer o crime, pelo que, normalmente não agridem a vítima nem recorrem a armas, dados que vão ao encontro do que é defendido por Stone et al., (2000), Hall e Hall (2007) e Caeti (2009). Tal como foi dito anteriormente, as vítimas dos pedófilos da nossa amostra apresentavam uma idade média de 8 anos. Num estudo realizado por Abel et al.(1988), os autores verificaram que os pedófilos iniciam os seus abusos geralmente com crianças muito novas, o que sustenta a nossa média de idades e respetivo desvio padrão. No nosso estudo, tal como referimos, a maioria destes agressores sexuais tinham normalmente até 5 vítimas, no entanto alguns deles, tinham

mais de 5, o que significa que parecem ter mais vítimas do que os outros dois grupos de agressores sexuais em estudo. O facto de poderem ter mais vítimas pode estar relacionado com o facto de serem sujeitos que possuem posições que lhes permite manter o contacto com crianças, abusando-as secretamente até serem descobertos (Caeti, 2009). Por fim, normalmente os pedófilos não apresentam qualquer justificação para o crime ou afirmam terem sido alvos de uma invenção, procurando desta forma minimizar os seus atos, tal como referem alguns autores (Stone et al., 2000; Hall & Hall, 2007).

Quanto à segunda e terceira questões colocadas - as características e especificidades demográficas, psicológicas e criminais apresentadas pelos três grupos são diferentes entre si? Em que diferem os três grupos? – através dos testes de Qui-quadrado e da observação *post-hoc* dos resíduos estandardizados, foi possível verificar, tal como se pode constatar pela descrição feita anteriormente, que existem diferenças entre os grupos de agressores sexuais em estudo e que as principais diferenças se verificam ao nível do estatuto socioeconómico do agressor, da situação económica da família de origem, do contexto comunitário e da qualidade do grupo de pares, da existência de filhos, com quem vivia antes do crime ser cometido, das competências básicas pessoais, do estilo de comunicação interpessoal, do consumo de álcool e drogas, dos antecedentes criminais, da existência de crimes associados ao crime sexual, do sexo da vítima, do número de vítimas, da profissão da vítima, da relação com a vítima, do localização espaço-temporal do crime, da forma de abordar a vítima, da força utilizada pelo agressor, da resistência da vítima, do comportamento do agressor face à resistência da vítima, da existência de agressões, do uso de armas, dos atos sexuais praticados, da forma de atuação e da justificação que dão para a ocorrência do crime.

Comparativamente a outros estudos realizados no contexto português, o presente estudo destaca-se na medida em que conseguiu analisar um conjunto de variáveis importantes, como a justificação que o agressor dá para a ocorrência do crime, a altura do dia em que se dá o crime bem como algumas características do agressor e da vítima, uma vez que, a maioria dos estudos existentes não estuda um conjunto de variáveis tão alargado. Por outro lado, nenhum estudo divide a população de agressores sexuais nestes três grupos aqui estudados, o que faz com que o nosso estudo seja de algum modo inovador nesse sentido, permitindo um maior conhecimento da heterogeneidade dos agressores sexuais. A identificação das variáveis onde se obteve diferenças significativas entre os três grupos também é um aspeto importante, uma vez que pode direcionar investigações e facilitar a prevenção e o tratamento destes agressores, atuando de forma mais precisa e adequada a cada um deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta alguns pontos que devem ser realçados e tidos em conta em investigações futuras. Desde logo, o facto de ter sido realizada a separação dos agressores sexuais portugueses em três grupos. Esta separação pareceu-nos crucial para o estudo desta população uma vez que esta é conhecida pela sua enorme heterogeneidade e só através desta separação poderíamos estudar com clareza as características dos agressores sexuais portugueses. Neste sentido, foi possível criar três grupos independentes de agressores sexuais e obter um padrão de características associadas a cada um deles e do seu *modus operandi*, o que poderá ajudar na identificação e classificação dos agressores sexuais em investigações criminais ou em estudos futuros. Por outro lado, com a caracterização feita de cada um dos grupos de agressores sexuais, os profissionais que trabalham com estes agressores conseguem ter uma ideia mais aproximada das suas características, podendo escolher o tratamento que melhor se adequa às necessidades de cada um dos grupos. Por outro lado, em termos preventivos, ao ser conhecido o *modus operandi* de cada um dos grupos de agressores sexuais podem ser delineadas estratégias que os impeçam cometer o crime.

Uma vez que estes dados provêm de registos oficiais, para além de serem de fácil acesso, após ser dada a autorização, também diminuem o risco de enviesamento que poderia surgir se a recolha dependesse apenas do indivíduo que está a ser analisado. Por outro lado, este tipo de recolha também tem algumas desvantagens, nomeadamente, a falta de informação e a qualidade da mesma, que depende sempre do profissional que a recolheu. Pelo que em estudos futuros, para além da análise documental, seria importante realizar entrevistas com os indivíduos, bem como, se possível, entrevistas às vítimas e a indivíduos que conheçam o agressor, com o objetivo de cruzar informações e obter a informação o mais fidedigna possível, sempre tendo em consideração dos riscos do autorrelato.

Por outro lado, outra limitação deste estudo diz respeito ao facto de não ser analisada uma amostra representativa da população portuguesa de agressores sexuais. Este facto deve ser colmatado em estudos posteriores, no sentido de ter uma aproximação ainda mais fidedigna à nossa realidade. Também o facto de terem sido apenas consultados os repositórios das universidades portuguesas para reunir os estudos efetuados em Portugal deve ser melhorado e alargado em estudos posteriores, uma vez que podem existir estudos realizados com a população portuguesa publicados em outras bases de dados que podem não se encontrar acessíveis nestes repositórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbey, A., McAuslan, P., Zawacki, T., Clinton, A. & Buck, P. (2001). Attitudinal, Experiential, and Situational Predictors of Sexual Assault Perpetration. *Journal of interpersonal violence*, 16(8), 784-807.
- Abel, G. G. (1989). Paraphilias. In H. I. Kaplan, & B. J. Sadock (Eds.). *Comprehensive Textbook of Psychiatry*, Vol 1 (5ª ed.). (pp. 1069–1089). Baltimore: Williams & Williams.
- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7, 89-103.
- Abel, G. G., Becker, J. V., Cunningham-Rathner, J., Mittelman, M., & Rouleau, J. L. (1988). Multiple paraphilic diagnoses among sex offenders. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online*, 16(2), 153-168.
- Abrunhosa, R., Vieira, S. (2001). Agresores sexuales y peligrosidad: la contribución de la psicopatía. *Psicología jurídica*.
- Alpuim, M. (2009). *Há partes do mundo... Influência dos factores sócio-culturais no abuso sexual de menores*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V)* (5ª ed). Washington DC: APA.
- Amir, M. (1971). *Patterns of forcible rape*. Chicago: University of Chicago Press.
- Andrews, D. (1995). The Psychology of Criminal Conduct and Effective Treatment. In J. McGuire (Ed.), *What Works: Reducing Reoffending – Guidelines from Research and Practice* (pp. 35-62). England: John Wiley & Sons Ltd.
- Andrews, D., Bonta, J. (2003). *The Psychology of Criminal Conduct*. (3ª ed.). Cincinnati (EEUU): Anderson Publishing Co.
- Andrews, D., & J. S. Wormith (1984). *Criminal Sentiments and Criminal Behaviour*. Programs Branch User Report. Ottawa: Solicitor General Canada.
- Andrews, D., Bonta, J. S. & Wormith, J. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & Delinquency*, 52 (11), 7-27.
- Antunes, D. (2012). *Agressores sexuais de menores e reclusão: estudo exploratório*

sobre personalidade, impulsividade e espontaneidade. Dissertação de Mestrado, ISPA, Lisboa, Portugal.

- Antunes, M. J. A. (2010). *Código de Processo Penal* (8ª ed). Coimbra: Coimbra Editora.
- Bain, J., Langevin, R., Dickey, R., Dickey, R., & Ben-Aron, M. (1987). Sex hormones in murderers and assaulters. *Behavioral Science and the Law*, 5, 95–101.
- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Characterization of sexual abuse in children and adolescents notified in a Sentinel Program. *Acta Paul Enferm*, 21(4), 602-8.
- Barbaree, H. E., & Marshall, W. L. (1991). The role of male sexual arousal in male: Six models. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59, 621-63.
- Barbaree, H.E., Marshall, W.L., & Lanthier, R.D. (1979). Deviant sexual arousal in rapists. *Behaviour Research and Therapy*, 8, 229-239.
- Barbosa, M. (2011). *A avaliação psicológica forense em casos de abuso sexual em Portugal: caracterização dos casos e das perícias (o GEAV como analisador)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Barros, M. (2013). *Homicídio Sexual. Estudo Retrospectivo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Barroso, J. (2003). Ordem disciplinar e organização pedagógica. In J. A. Correia & M. Matos (Eds.). *Violência e Violências da e na Escola* (pp. 65-71). Porto: Edições Afrontamento.
- Barroso, R. N. (2012). *Características e especificidades de jovens agressores sexuais*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Beauregard, E. (2005). *Processus de prédation des agresseurs sexuels sériels: Une approche du choix rationnel*. Unpublished doctoral dissertation, University of Montreal, Montreal, Canada.
- Beauregard, E., & Leclerc, B. (2007). An application of the rational choice approach to the offending process of sex offenders: A closer look at the decision-making. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 19, 115-133.
- Beauregard, E., Proulx, J., Rossmo, K., Leclerc, B., & Allaire, J. F. (2009). Script analysis of hunting process in serial sex offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 34, 1069-1084.

- Beauregard, E., Rossmo, K., & Proulx, J. (2007). A descriptive model of the hunting process of serial sex offenders: A rational choice perspective. *Journal of Family Violence, 22*, 449-463.
- Beck, A. T. (2002). Cognitive models of depression. In R. L. Leahy & E. T. Dowd (Eds.). *Clinical advances in cognitive psychotherapy: Theory and application* (pp. 29-61). New York: Springer Publishing.
- Becker, G. (1968). Crime and punishment: an economic approach. *The Journal of Political Economy, 76*(2), 169-217.
- Becker, J. V. (1994). Offenders: Characteristics and treatment. *The Future of Children, 4*, 176-197.
- Becker, J.V. (1998). What we know about the characteristics and treatment of adolescents who have committed sexual offenses. *Child Maltreatment: Journal of the American Professional Society on the Abuse of Children, 3*, 317–329.
- Bee, H. L. (1995). *The developing child* (7^a ed). New York: HarperCollins College Publishers.
- Beech, A. R., & Mitchell, I. J. (2005). A neurobiological perspective on attachment problems in sexual offenders and the role of selective serotonin re-uptake inhibitors in treatment of such problems. *Clinical Psychology Review, 25*, 153–182.
- Beech, A. R., Ward, T. (2004). The integration of etiology and risk in sex offenders: A theoretical model. *Aggression and Violent Behavior, 10*, 31–63.
- Berkowitz, A. D. (1992). College men as perpetrators of acquaintance rape and sexual assault: A review. *Journal of American College Health, 40*, 175-181.
- Berliner, L., & Conte, J. R. (1990). The process of victimization: The victims' perspective. *Child Abuse & Neglect, 14*, 29-40.
- Berliner, L., & Elliot, D. M. (2002). Sexual abuse of children. In J.E.B. Meyers, L. Berliner, J. Briere, C.T. Hendriz, C. Jenny, & T.A. Reid (Eds.). *The APSAC Handbook on Child Maltreatment, (2^a ed)* (pp. 55–78). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Blackburn, R. (1993). Clinical Programs with Psychopaths. In K. Howells & C.R. Hollin (Eds.). *Clinical Approaches to the Mentally Disordered Offender* (pp. 179–208). West Sussex, UK: John Wiley and Sons.
- Blackburn, R. (2000). Risk Assessment and Prediction. In J. McGuire, T. Mason & A. O’Kane (Eds.). *Behaviour, Crime and Legal Processes: A Guide for Forensic Practitioners* (pp.177-199). New York: John Wiley & Sons, Ltd.

- Blumenthal, S., Gudjonsson, G., & Burns, J. (1999). Cognitive distortions and blame attribution in sex offenders against adults and children. *Child Abuse & Neglect*, 23, 129-143.
- Bolen, R. M. (2002). Extrafamilial abuse. In *Child sexual abuse: Its scope and our failure* (pp. 91-112) New York: Springer Publishing Company.
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock.
- Bowlby, J. (1988). Developmental psychiatry comes of age. *American Journal of Psychiatry*, 145, 1–10.
- Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (1991). Introduction to the 1991 reissue: Notes on environmental criminology. In P. Brantingham & P. Brantingham (Eds.). *Environmental criminology* (pp. 1-6). Prospect Heights: Waveland Press.
- Brownfield, D. & A. M. Sorenson. (1994). Sibship size and sibling delinquency. *Deviant Behavior: An Interdisciplinary J.* 15, 45–61.
- Budin, L. E., & Johnson, C. F. (1989). Sex abuse prevention programs: Offenders' attitudes about their efficacy. *Child Abuse and Neglect*, 13, 77–87.
- Bumby, K. M. & Hansen, D. J. (1997). Intimacy deficits, fear of intimacy, and loneliness among sex offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 24, 315-331.
- Burgess, A., Commons, M., Safarik, M., Looper, R. & Ross, S. (2007). Sex offenders of the elderly: Classification by motive, typology, and predictors of severity of crime. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 582-597.
- Burkhart, B. R. (1984). *Acquaintance Rape*. Unpublished manuscript, Auburn University, Alabama, EUA.
- Burton, D. L., Miller, D. L., & Schill, C. T. (2002). A social learning theory comparison of the sexual victimization of adolescent sex offenders and nonsexual male delinquents. *Child Abuse & Neglect*, 26, 893–907.
- Buschman, J. & Van Beek, D. (2003). A Clinical Model for the treatment of personality disordered Sexual Offenders: An example of Theory Knitting. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15 (3), 183-199.
- Cabral, C. (2011). *Crimes e agressões sexuais. Contribuição para o estudo da realidade portuguesa na região da Cova da Beira*. Dissertação de Mestrado, Faculdade Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

- Caeti, T. (2009). *Sex Crimes, Part 2: Child molestation*. Law Enforcement Training Network a division of Critical Information Network: LLC.
- Camilleri, J. A., & Quinsey, V. L. (2008). Pedophilia: Assessment and treatment. In D. R. Laws & W.T. O'Donohue (Eds.). *Sexual deviance: Theory, assessment and treatment* (pp.183-212). New York: Guilford.
- Carlstedt, A. (2012). *Child sexual abuse: Crimes, victims, offender characteristics, and recidivism*. Dissertação de Doutoramento, University of Gothenburg, Gothenburg, Sweden.
- Carmo, R, Alberto, I. & Guerra, P. (2006). *O Abuso Sexual de Menores: Uma Conversa sobre Justiça entre o Direito e a Psicologia* (2ª ed). Coimbra: Almedina.
- Carr, L. J. & VanDeusen, M. K. (October, 2004). Risk Factors for Male Sexual Aggression on College Campuses. *Journal of Family Violence*, 19(5), 279-289.
- Carrola, F. (2011). *Perfil Personalístico e de Saúde Mental de Abusadores Sexuais de Crianças*. Dissertação de Mestrado, Faculdade das Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.
- Carroll, A.M. Houghton, S. J., Durkin, K., & Hattie, J. (2010). *Adolescent reputations and risk: Developmental trajectories to delinquency*. New York: Springer.
- Carter, M., Kaufman, K. L., Barber, M., Galindo, R. & Marnane, J. (2002). *The relationships between sex offenders' sexual fantasies, sexual histories and modus operandi*. Paper presented at the 21st Annual Conference of the Association for the Treatment of Sexual Abusers, Chicago, IL.
- Carter, M., Kaufman, K.L., Estes, L. and Stotler-Turner, E. (2005). *Ain't nothing like the real thing: Sexual fantasy and modus operandi in adult and juvenile sex offenders*. Paper presented at the 24th Annual Conference of the Association for the Treatment of Sexual Abusers, Salt Lake City, Utah.
- Carvalho, G. (2012). *Casos de Abuso Sexual de Menores na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária no Ano de 2011*. Trabalho de Licenciatura, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Carvalho, J. (2011). *Factores de vulnerabilidade para a agressão sexual*. Dissertação de doutoramento, Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

- Carvalho, L. (2002). *Abuso Sexual de Menores Distrito de Bragança - Estudo médico-legal*. Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Carvalho, R. (2012). *Crimes contra a Liberdade Sexual A relevância da perícia Médico-Legal e Forense*. Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Casoy, I. (2004). *Serial Killer: Louco ou Cruel?* São Paulo: WVC Editora.
- Castillo, J. B., Del. (2013). Prevención y seguridad ciudadana. La recepción en España de las teorías criminológicas de la prevención situacional. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, 3(9), 267-304.
- Castillo, R. L. & Rangel-Noriega, K. J. (2013). Agresor sexual. Aproximación teórica a su caracterización. *Informes Psicológicos*, 13(2), 103-120.
- Castro, M. E., López-Castedo, A. & Sueiro, E. (2009). Perfil psicopatológico de agresores sexuales. *Cuadernos de Medicina psicosomática y psiquiatría de enlace*, 89/90, 30-39.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 71-93.
- Chasseguet-Smirgel, J. (1985). *Creativity and Perversion*. London: Free Association Books.
- Check, J. V. P., & Guloien, T. H. (1989). Reported proclivity for coercive sex following repeated exposure to sexually violent pornography, nonviolent dehumanizing pornography, and erotica. In D. Zillman & J. Bryant (Eds.). *Pornography: Research Advances and Policy Considerations* (pp. 159–184). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Christiansen, J. R., & Blake, R. H. (1990). The grooming process in father–daughter incest. In A. L. Horton, B. L. Johnson, L. M. Rowndy, & D. Williams (Eds.). *The incest perpetrator: A family member no one wants to treat* (pp. 88–98). New York: Sage Publications.
- Cicchetti, D. (2002). *The impact of social experience on neurobiological systems: Illustration from a constructivist view of child maltreatment*. *Cognitive Development*, 17, 1407–1428.
- Cicchetti, D. & Toth, S. L. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 409–438.

- Cicchetti, D., & Valentino, K. (2006). An ecological transactional perspective on child maltreatment: Failure of the average expectable environment and its influence upon child development. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds). *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (pp. 129–201). New York: Wiley.
- Ciudadanas de Unidades Policiales a nivel mundial. *Proyecto de fortalecimiento de programas de la sociedad civil destinados a la prevención comunitaria del delito*. H. Frühling (Ed). Santiago de Chile: Ximena Troncal. Boletín no6.
- Clarke, L. & Lewis, D. (1977). *Rape: the Price of Coercive Sexuality*. Toronto: Canadian Women's Educational Press.
- Clarke, R. V., & Felson, M. (1993). Introduction: Criminology, routine activity and rational choice. In R. V. Clarke & M. Felson (Eds.). *Routine Activity and Rational Choice: Advances in Criminological Theory, Vol 5* (pp. 1-14). New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers.
- Clarke, R. V., & Cornish, D. B. (1985). Modeling offenders' decisions: A framework for research and policy. In M. Tonry & N. Morris (Eds.). *Crime and Justice: An Annual Review of Research, Vol 6* (pp. 147–185). Chicago: University of Chicago Press.
- Clarke, R.V. (2008). Situational crime prevention. In R. Worthley & L. Mazerolle (Eds.). *Environmental Criminology and Crime Analysis* (pp. 178-194). Cullompton, Devon: Willam Publishing.
- Cleckley, H. (1988). *The Mask of Sanity: an attempt to clarify some issues about the so-called psychopathic personality* (5^a ed). Augusta, GA: E. S. Cleckley.
- Cohen, J. (2002). Clinical features of pedophilia and implications for treatment. *J Psychiatr Pract*, 8, 276-289.
- Cohen, M. L., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Reviews*, 44, 588-608.
- Cohen, M. L., Seghorn, T., & Calmas, W. (1969). Sociometric study of the sex offender. *Journal of Abnormal Psychology*, 74, 249-255.
- Cohen, M. L., Garofolo, R., Boucher, R. & Seghorn, T. (1971). The psychology of rapists. *Seminars in Psychiatry*, 3, 307–327.
- Cole, M. & Cole, S. R. (2003). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. (M. F. Lopes, Trad.) Porto Alegre: Artmed.

- Conte, J. R., & Berliner, L. (1995). The Effects of Disclosure and Intervention on Sexually Abused Children. *Child Abuse & Neglect*, 19 (3), pp. 371-384.
- Conte, J. R., Wolf, S., & Smith, T. (1989). What sexual offenders tell us about prevention strategies. *Child Abuse and Neglect*, 13, 293-301.
- Cookson, H. M. (1992). Alcohol Use and Offence Type in Young Offenders. *British Journal of Criminology*, 32, 352-360.
- Cornish, D. B. (1994). The procedural analysis of offending and its relevance for situational prevention. In R. V. Clarke (Ed.), *Crime Prevention Studies*, Vol 3 (pp. 151-196). Monsey, N.Y.: Criminal Justice Press.
- Cornish, D. B. (1998). Regulating lifestyles: A rational choice perspective. Paper presented at the 7th International Seminar on Environmental Criminology and Crime Analysis, Barcelona.
- Cornish, D. B. & Clarke, R. V. (1987). Understanding crime displacement: An application of rational choice theory. *Criminology*, 25, 933-947.
- Cornish, D. B. & Clarke, R. V. (2008). The rational choice perspective. In R. Wortley, & L. Mazerolle, *Environmental Criminology and Crime Analysis*. EUA: Portland, Oregon, 21-47.
- Correia, J. A. & Matos, M. (2003). Disciplina e violência: algumas reflexões introdutórias. In J. A. Correia & M. Matos, (Eds.). *Violência e Violências da e na Escola* (pp. 25-29). Porto: Edições Afrontamento.
- Cortoni, F., & Marshall, W. L. (2001). Sex as a coping strategy and its relationship to juvenile sexual history and intimacy in sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 13, 27-43.
- Costa, D. (2000). *A perícia médico-legal nos crimes sexuais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Costa, S. (2011). *Estudo de marcas de mordida no abuso de crianças e jovens*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Crosson-Tower, C. (2005). Extrafamilial sexual abuse, misuse, and exploitation. In *Understanding child abuse and neglect* (pp. 180-211). Boston, MA: Allyn & Bacon.

- Cunha, B. & Cardoso, A. (2004). Abandono Escolar Precoce e Exclusão Social: Resultados de uma investigação-ação junto de jovens de um bairro degradado. *Crianças e Jovens de Risco, da investigação à intervenção* (pp. 141-151). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Edições Almedina.
- Dean, K.E., & Malamuth, N. M. (1997). Characteristics of men who aggress sexually and of men who imagine aggressing: Risk and moderating variables. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(2), 449–455.
- Derzon, J. H. (2010). The correspondence of family features with problem, aggressive, criminal, and violent behavior: A meta-analysis. *Journal of Experimental Criminology*, 6, 263–292.
- Devoto, E. & Aravena, L. (2003). Pedofilia. Un punto de vista endocrinológico. *Revista Médica Chile*, 131, 1471-1472.
- Dias, J. F. (1989). *Direito Processual Penal*. Lições do Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias, coligidas por Maria João Antunes, Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal..
- Dias, J. F. (2012). *Comentário conimbricense do código penal: parte especial. Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. F., & Andrade, M. C. (1997). *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. F. (2007). *Direito Penal: Parte geral: Tomo I: Questões fundamentais: A doutrina geral do crime* (2ª ed). Coimbra: Coimbra Editora.
- Dickey, R., Nussbaum, D., Chevolleau, K., & Davidson, H. (2002). Age as a differential characteristic of rapists, pedophiles, and sexual sadists. *Journal of Sex Marital Therapy*, 28, 211-218.
- Dodge K. A., Price J. M., Bachorowski J. A. & Newman J. P. (1990). Hostile attributional biases in severely aggressive adolescents. *Journal of Abnormal Psychology* 99, 385-392.
- Doren, D. M. (2002). *Evaluating Sex Offenders: A Manual for Civil Commitments and Beyond*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Douglas, J. E., Burgess, A. W., Burgess, A. G., & Ressler, R. K. (1997). *Crime Classification Manual*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

- Douglas, J., & Munn, C. (1992). Violent crime scene analysis: modus operandi, ritual, and signature in serial sexual crime. *Agression and Violent Behavior*, 14, 5-12.
- Elliott M, Browne K. & Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: What offenders tell us. *Child Abuse & Neglect*, 19, 579–594.
- Ellis, L. (1988). Criminal behavior and r/K selection: an extension of gene-based evolutionary theory. *Personality and Individual Differences*, 9, 697-708.
- Erickson, W. D., Walbeck, N. H., & Seely, R. K. (1988). Behavior patterns of child molesters. *Archives of Sexual Behavior*, 17, 77–87.
- Fagan, A.A. (2013). Family-Focused Interventions to Prevent Juvenile Delinquency. A case where Science and Policy Can Find Common Ground. *Criminology & Public Policy*, 12 (4), 617-650.
- Farrington, D. P. (1996). The explanation and prevention of youthful offending. In P. Cordelia & L. Siegel (Eds). *Reading in contemporary criminological theory* (pp. 257-272). Boston: Northeastern University Press.
- Farrington, D. P. & Welsh, B. C. (2003). Family-based prevention of offending: A metaanalysis. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 36, 127-151.
- Faupel, S. (2015). Chapter 2: Etiology of Adult Sexual Offending, In *Sex Offender Management Assessment and Planning Initiative*. Smart.gov. Consultado em (julho, 20, 2016), em: http://www.smart.gov/SOMAPI/sec1/ch2_etiology.html.
- Fávero, M. (2003). *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais a Menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Felson, M. (1987). Routine activities and crime prevention in the developing metropolis. *Criminology*, 25(4), 911-931.
- Felson, M. (2002). *Crime and everyday life* (3ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Felson, M. (2008). Routine activity approach. In R. Worthley, & L. Mazerolle (Eds.). *Environmental Criminology and Crime Analysis* (pp. 70-77). Cullompton, Devon: Willam Publishing.
- Fernandes, S. (2014). *Caracterização do Abusador Sexual de Crianças*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, Lisboa, Portugal.

- Fernández, Y., & Marshall, W. (2003). Victim empathy, social self-esteem and psychopathy in rapists. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(1), 11-26.
- Ferreira, F. (2014). *Agressões sexuais em relacionamentos profissionais*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento do Instituto Universitário da Maia, Porto, Portugal.
- Figueiredo, P. (2015). *Avaliação de Traços Psicopáticos Numa População de Jovens Agressores Sexuais*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-Os-Montes E Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: Free Press.
- Finkelhor, D. (1986). *A Sourcebook on child sexual abuse*. Newbury Park, CA: Sage.
- Finkelhor, D. (2009). The prevention of childhood sexual abuse. *The Future of Children*, 19, 169-194.
- Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. A., & Smith, C. (1990). Sexual abuse in a national survey of adult men and women: Prevalence, characteristics, and risk factors. *Child Abuse and Neglect*, 14, 19-28.
- Flora, R. (2001). *How to work with sex offender`s*. *Handbook for criminal justice, human service and mental help professionals*. New York: Haworth Clinical Practices Press.
- Fortin, M. F. (2003). *O processo de investigação: da concepção à realização*. (3.^a ed). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Freud, S. (1962). Three essays on the theory of sexuality (J. Strachey, Trans.). New York: A von Books.
- Furlan, F., Tank, J. A., Schnell, L. C., & Cyrino, L. A. R. (2011). Violência sexual infantil: A dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*, 7(13), 198-208.
- Gannon, T. A., Ward, T. & Collie, R. (2007). Cognitive distortions in child molesters: Theoretical and research developments over the past two decades. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 402–416.
- Garaigordobil, M., & Galdeano, P. G. De. (2006). Empatía en niños de 10 a 12 años. *Psicothema*, 18(2), 180–186.

- García-Pablos de Molina, A. (2005): *Criminología; una introducción a sus fundamentos teóricos* (pp. 272-280). Valencia: Tirant lo Blanch.
- García, M. M., Illescas, S. R., Ramírez M. P. & Forero, C. G. (2008). Empatía en una muestra española de delincuentes sexuales. *Psicothema*, 20(2), 199-204.
- Garlick, Y., Marshall, W. L. & Thornton, D. (1996). Intimacy deficits and attribution of blame among sexual offenders. *Legal and Criminological Psychology*, 1, 251-258.
- Garnezy, N. & Masten, A.M. (1994). Chronic adversities. In M. Rutter, E. Taylor, & L. Herson (Eds.). *Child and Adolescent Psychiatry* (pp. 191-207). Oxford: Blackwell Scientific.
- Garrido, V. & Gómez, A. M. (1998). *Diccionario de Criminología*. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Garrido, V., Stangeland, P. & Redondo, S. (2006). Delitos y Delincuentes Sexuales. In V. Garrido, P. Stangeland & S. Redondo, *Principios de criminología* (3ª ed.) (pp. 603-638). Valencia: Tirant lo Blanch.
- Gebhard, P., Gagnon, J., Pomeroy, W. & Christensen, C. (1965). *Sex offenders: An analysis of types*. New York, NY: Harper and Row.
- Geer, J. H., Estupinan, L. A., & Manguno-Mire, G. M. (2000). Empathy, social skills, and other relevant cognitive processes in rapists and child molesters. *Aggression and Violent Behavior*, 5, 99—126.
- Gershoff, E. T. (2002). Corporal Punishment by Parents and Associated Child Behaviors and Experiences: A Meta-Analytic and Theoretical Review. *Psychological Bulletin*, 128, 539-579.
- Gershoff, E., Lansford, J., Sexton, H., Davis-Kean, P. & Sameroff, A. (2012). Longitudinal Links Between Spanking and Children's Externalizing Behaviors in a National Sample of White, Black, Hispanic, and Asian American Families. *Child Development*, 83, 838-843.
- Gijseghem, H. V. (1980). *La Personalité de L'abuseur Sexual: Typologie à Partir de L'optique Psycodynamique*. Montreal: Éditions du Méridien.
- Gilgun, J. F. (1994). Avengers, conquerors, playmates, and lovers: Roles played by child sexual abuse perpetrators. *Families in Society: Journal of Contemporary Human Services*, 75, 467-479.

- Goldman, J., & Padayachi, U. (1997). The prevalence and nature of child sexual abuse in Queensland, Australia. *Child Abuse and Neglect, The International Journal*. 21, 489- 498.
- Goldstein, P.J. (1989). Drugs and violent crime. In N. A. Weiner & M. E., Wolfgang (Eds.). *Pathways to Criminal Violence* (pp. 16-48). Newbury Park, Calif.: Sage Publications.
- Gomes, V. (2011). *Caracterização do Incesto Paternal no Norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Gomes-Schwartz, B., Horowitz, J. M., & Cardarelli, A. P. (1990). *Child sexual abuse: the initial effects*. Newbury Park, CA: Sage.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento antisocial. In A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Eds.). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp. 21-60). Campinas: Alínea.
- Gonçalves, R. A. (2004). *Avaliação da tratabilidade em agressores sexuais: A Checklist de Prognóstico de tratamento (policopiado)*, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2004). Psicopatia e Ofensas Sexuais em Contexto Familiar: Estudo Preliminar, *Policia & Justiça*, III Série – Número Especial Temático, 91-103.
- Gonçalves, R. A., & Vieira, S. (2005). A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia – Teoria, Investigação e Prática*, 10(1), 81- 92.
- Gonçalves, R.A., & Pereira. (2009). Distorções cognitivas em agressores sexuais. *Outras Integrar. Revista de Reinserção Social e prova*, 2, 9-17.
- González, E., Martínez, V., Leyton, C. & Bardi, A. (2004). Características de los abusadores sexuales. *Revista Sogia*, 11(1), 6-14.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Greene, R. L. (2000). *The MMPI-2: an interpretive manual* (2nd ed.). Needham Heights: Allyn & Bacon.
- Groth, A. N. (1979). *Men who Rape: the Psychology of the Offender*. New York: Plenum Press.

- Guerra, R. R. (2016). Modus Operandi. In R. L. Maia, L. M. Nunes, S. Caridade, A. I. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes & L. Afonso (Eds.). *Dicionário "Crime, Justiça e Sociedade"* (pp. 332-333). Lisboa: Edições Sílabo.
- Guralnick, M. J. (1998). The effectiveness of early intervention for vulnerable children: A developmental perspective. *American Journal on Mental Retardation*, 102, 319–345.
- Guttmacher, M., & Weihofen, H. (1952). Sex Offenses. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 43(2), 153-175.
- Haapasalo, J., & Pokela, E. (1999). Child-rearing and child abuse antecedents of criminality. *Aggression and Violent Behavior*, 4, 107-127.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-48.
- Hall, G., & Hirschman, R. (1991). Toward a Theory of Sexual Aggression: A Quadripartite Model. *Journal of Consulting and clinical Psychology*, 59(5), 662.
- Hall, G., Shondrick, D. & Hirschman, R. (1993). The role of sexual arousal in sexually aggressive behaviour: A meta-analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 1091–1095.
- Hall, R., & Hall, R. (2007). A Profile of Pedophilia: Definition, Characteristics of Offenders, Recidivism, Treatment Outcomes, and Forensic Issues. *Mayo Clinic Proceedings*, 82(4), 457- 471.
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. (2004). Public Safety and Emergency Preparedness Canada: Predictors of sexual recidivism. *Public Works and Government Services Canada*, 1-48.
- Hanson, R. K., & Morton-Bourgon, K. (2005). The characteristics of Persistent Sexual Offenders: Meta – Analysis of Recidivism Studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(6), 1154 – 1163.
- Hanson, R. K., & Scott, H. (1995). Assessing perspective-taking among sexual offenders, nonsexual criminals, and nonoffenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 7, 259-277.
- Hare, R. (1991). *The Hare psychopathy checklist – revised*. Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.

- Hazelwood, R. R. (1995). Analysing the rape and profiling the offender. In Hazelwood, R. R. & Burgess, A. W. (Eds.). *Practical aspects of rape investigation: A multidisciplinary approach* (2^a ed.) (pp. 155-181). Boca Raton: CRC Press.
- Hazelwood, R. R. (2001). Analysing the rape and profiling the offender. In R. R. Hazelwood & A. W. Burgess (Eds.). *Practical aspects of rape investigation: A multidisciplinary approach* (3^a ed.) (pp. 133-164). Boca Raton: CRC Press.
- Hildebran, D., & Pithers, W. D. (1989). Enhancing offender empathy for sexual-abuse victims. In D. R. Laws (Ed.). *Relapse prevention with sex offenders* (pp. 236-243). New York: Guilford Press.
- Hinshaw, S. P., & Lee, S. S. (2003). Conduct and oppositional defiant disorder. In E. J. Mash & R. A. Barkley (Eds.). *Child psychopathology* (pp. 144-198). New York: Guilford Press.
- Hoeve, M., Dubas, J. S., Eichelsheim, V. I., Van der Laan, P. H., Smeenk, W., & Gerris, J. R. M. (2009). The Relationship Between Parenting and Delinquency: A Meta-analysis. *J Abnorm Child Psychol*, 37, 749-775.
- Hojat, M., & Crandall, R. (Eds.). (1989). *Loneliness: Theory, research, and applications*. Newbury Park, CA: Sage.
- Holden, G. W., Geffner, R., & Jouriles, E. N. (1998). Appraisal and outlook. In G. W. Holden, R. G., & E. F. N. Jouriles (Eds.). *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 409-421). Washington, DC: American Psychological Interamericana Ltda.
- Holmes, S., & Holmes, R. (2002). *Sex Crimes: Patterns and Behavior* (2^a ed). Sage Publications.
- Howitt, D. (1995). Pornography and the paedophile: Is it criminogenic? *British Journal of Medical Psychology*, 68(1), 15–27.
- Howitt, D. (2009). *Introduction to Forensic & Criminal Psychology*. (3^a ed). Londres: Pearson Education.
- Hucker, S., & Bain, J. (1990). Androgenic hormones and sexual assault. In W.L. Marshall & D.R. Laws (Eds.). *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories and Treatment of the Offender* (pp. 93–102). New York: Plenum Press.
- Hudson, S. M., Marshall, W. L., Wales, D., McDonald, E., Bakker, L. W., & McLean, A. (1993). Emotional recognition skills of sex offenders. *Annals of Sex Research*, 6, 199-211.

- Hummel, P., Thomke, V., Oldenburger, H.A., & Specht, F. (2000). Male adolescent sex offenders against children: Similarities and differences between those offenders with and those without a history of sexual abuse. *Journal of Adolescence*, 23, 305–317.
- Hunter, J. A., Goodwin, D.W., & Becker, J. V. (1994). The relationship between phallometrically measured deviant sexual arousal and clinical characteristics in juvenile sexual offenders. *Behavior Research and Therapy*, 32, 533-538.
- Hunter, J. A., Hazelwood, R. R., & Slesinger, D. (2000). Juvenile-perpetrated sex crimes: Patterns of offending and predictors of violence. *Journal of Family Violence*, 15, 81–93.
- Hunter, J. A., Figueredo, A., Becker, J., & Malamuth, N. (2007). Non-sexual delinquency in juvenile sexual offenders: the mediating and moderating influences of emotional empathy. *Journal of Family Violence*, 22, 43-54.
- Illescas, (n.d). *La Violência Sexual*. Consultado em (junho, 15, 2016), em: http://www.jcyl.es/web/jcyl/binarios/881/955/Art%C3%ADculo%20agresion%20sexual_-%20Santiago%20Redondo.pdf?blobheader=application/pdf;charset%3DUTF-8.
- Illescas, S., & Genovés, V. (2008). Efficacy of a psychological treatment for sex offenders. *Psicothema*, 20 (1), 4-9.
- Ireland, C. A., & Worthington, R. (2009). Treatment approaches for sexual violence. In J. L. Ireland, C. A. Ireland & P. Birch (Eds.). *Violent and Sexual Offenders: Assessment, treatment and management*. (pp. 179-197). Portland: Willan Publishing.
- Jeffery, C. Ray. (1971). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Jeffery, C. Ray. (1977). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Jenkins-Hall, K., & Marlatt, G. A. (1989). Apparently irrelevant decisions in the relapse process. In D.R. Laws (Ed.), *Relapse prevention with sex offenders* (pp. 47-55). New York: Guilford.
- Jocelyn, Aubut. (1993). *Les Agresseurs Sexuels: théorie, évaluation et traitement*. Montréal: Les éditions de la Chenelière inc.

- Kaufman, K. L. (1991). *Modus operandi questionnaire*. Columbus, OH: Author (Children's Hospital).
- Kaufman, K. L., Hilliker, D. R., & Daleiden, E. L. (1996). Subgroup differences in the modus operandi of adolescent sexual offenders. *Child Maltreatment, 1*, 17–24.
- Kaufman, K. L., Hilliker, D. R., Lathrop, P., Daleiden, E. L., & Rudy, L. (1996). Sexual offenders' modus operandi. A comparison of structured interview and questionnaire approaches. *Journal of Interpersonal Violence, 11*, 19–34.
- Kaufman, K. L., Holmberg, J. K., Orts, K. A., McCrady, F. E., Rotzien, A. L., Daleiden, E. L., & Hilliker, D.R. (1998). Factors influencing sexual offenders' modus operandi: An examination of victim-offender relatedness and age. *Child Maltreatment, 3*, 349-361.
- Kaufman, K. L., Orts, K., Holmberg, J., McCrady, F., Daleiden, E.L. & Hilliker, D. (1996). Contrasting adult and adolescent sexual offenders' modus operandi: A developmental process? *Paper presented at the 15th Annual Conference of the Association for the Treatment of Sexual Abusers, Chicago, IL.*
- Kaufman, K. L., Wallace, A. M., Johnson, C. F., & Reeder, M. L. (1995). Comparing female and male perpetrators' modus operandi. *Victims' reports of sexual abuse. Journal of Interpersonal Violence, 10*, 322–333.
- Kazdin, A. E., Kraemer, H.C., Kessler, R.C., Kupfer, D.J., & Offord, D.R. (1997). Contributions of risk factor research to developmental psychopathology. *Clinical Psychology Review 17*, 375-406.
- Kim, H., Capaldi, D., Pears, K., Kerr, D. & Owen, L. (2009). Intergenerational transmission of internalising and externalising behaviours across three generations: gender-specific pathways. *Criminal Behaviour and Mental Health, 19*, 125-141.
- Knight, R. A., & Prentky, R. A. (1990). Classifying sexual offenders: the development and corroboration of taxonomic models. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree (Eds.). *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 23-52). New York: Plenum Press.
- Kolvin, J., Miller, F., Fleeting, M. & Kolvin, P. (1988). Social and parenting factors affecting criminal-offense rates. Findings from the Newcastle Thousand Family Study. *British Journal of Psychiatry, 52*, 80-90.
- Kopp, S. (1962). The character structure of sex offenders. *American Journal of Psychotherapy, 16*, 64–70.

- Kumpfer, K. L. & Alvarado, R. (2003). Family strengthening approaches for the prevention of youth problem behaviors. *American Psychologist*, 58(6/7), 457-465.
- Lacoste, J., & Tremblay, P. (2003). Crime and innovation: A script analysis of patterns in check forgery. In M. J. Smith & D.B. Cornish (Eds.). *Theory for practice in situational crime prevention* *Crime Prevention Studies*, Vol 16 (pp. 169–196). Monsey, N.Y.: Criminal Justice Press.
- Lalumière, M. L., & Quinsey, V.L. (1994). The discriminability of rapists from non-sex offenders using phallometric measures: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 21, 150–175.
- Lang, R. A., & Frenzel, R. R. (1988). How sexual offenders lure children. *Annals of Sex Research*, 1, 303–317.
- Lanning, K. (2010). *Child Molesters: A behavioral analysis for professionals investigating the sexual exploitation of children*. (10^a ed). National Center for Missing & Exploited Children: U.S. Department of Justice.
- Larimer, M., Palmer, R., & Marlatt, G. (1999). Relapse Prevention. An overview of Marlatt's Cognitive-Behavioral Model. *Alcohol research and Health*, 23 (2), 151-160.
- Laws, D.R., & Marshall, W.L. (1990). A conditioning theory of the etiology and maintenance of deviant sexual preference and behavior. In W.L. Marshall, D.R. Laws, & H.E. Barbaree (Eds.), *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender* (pp. 209–230). New York: Plenum Press.
- Leclerc, B., Carpentier, J., & Proulx, J. (2006). Strategies adopted by sexual offenders to involve children in sexual activity. In R. Wortley & S. Smallbone (Eds.). *Situational prevention of child sexual abuse* *Crime Prevention Studies*, Vol 19 (pp. 251–270). Monsey, N.Y.: Criminal Justice Press.
- Leclerc, B., Proulx, J., & Beauregard, E. (2009). Examining the modus operandi of sexual offenders against children and its practical implications. *Aggression and Violent Behavior*, 14, 5-12.
- Leclerc, B., Proulx, J., & McKibben, A. (2005). Modus operandi of sexual offenders working or doing voluntary work with children and adolescents. *Journal of Sexual Aggression*, 2, 187–195.

- Leguizamo, A. (2002). The object relations and victimization histories of juvenile sex offenders. In B.K. Schwartz (Ed.), *The Sex Offender: Current Treatment Modalities and Systems Issues*, Vol 4 (pp. 4-1 – 4-39). Kingston, NJ: Civic Research Institute.
- Lewis, C., Newson, L J., & Newson, E. (1982). Father participation through childhood. In N. Beail and J. McGuire (Eds.). *Fathers: Psychological Perspectives* (pp. 174-193). London: Junction.
- Libório, R. M. C., & Castro, B. M. (2010). Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In M. A. Ungaretti & E. R. Melo (Eds.). *Criança e adolescente: Direitos, sexualidades e reprodução* (1ª ed) (pp. 19-41). Brasil, São Paulo: ABMP.
- Lipsey, M. W., & Derzon, J. H. (1998). Predictors of violent or serious delinquency in adolescence and early adulthood: A synthesis of longitudinal research. In R. Loeber and D. P. Farrington (Eds.). *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 86-105). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lisak, D. & Roth, S. (1990). Motives and psychodynamics of self-reported, unincarcerated rapists. *American Journal of Orthopsychiatrists*, 60, 268-280.
- Loeber, R., & Farrington, D. P. (1998). Never too early, never too late: Risk factors and successful interventions for serious and violent juvenile offenders. *Studies on Crime and Crime Prevention* 7(1), 7–30.
- Loeber, R. & Farrington, D. P. (2000). Young Children Who Commit Crime: Epidemiology, Developmental Origins, Risk Factors, Early Interventions, and Policy Implications. *Developmental and Psychopathology*, 12(4), 737-762.
- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, & Farrington, D. P. (2008). The Pittsburgh Youth Study: it designs, data collection, and early key findings. In R. Loeber, D. P. Farrington, M. Southamer.Loeber, & H. R. White (Eds.). *Violence and Serious Theft: Development and Prediction from Childhood to Adulthood* (pp. 25-37), New York: Routledge.
- Long, J. D., Wuesthoff, A., & Pithers, W. D. (1989). Use of autobiographies in the assessment and treatment of sex offenders. In D. R. Laws (Ed.), *Relapse prevention with sex offenders* (pp. 88-95). New York: Guilford.
- Looman, J., & Marshall, W. L. (2005). Sexual arousal in rapists. *Criminal justice and Behavior*, 32, 367-389.

- Looney, T. F. (2007). *MMPI-2 profile comparison of intrafamilial and extrafamilial sexual offenders against children*. Dissertação de Mestrado, Pacific University, Forest Grove, EUA.
- Loureiro, C. (2014). *Agressão sexual a pessoas com afetação grave da funcionalidade - Uma abordagem forense*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Machado, C. (2003). Abuso sexual de crianças. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes*, Vol 2: Crianças (2ª ed.). (pp. 39- 93). Coimbra: Quarteto.
- Machado, T. F. A. (2013). *Criança vítima de pedofilia: fatores de risco e dano sofridos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Magalhães, P. (2015). *Jovens agressores sexuais: estudo comparativo entre agressores individuais e agressores em grupo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- Maia, L. A., Pombo, P. J., Monteiro, D. V. & Fernandez, M. P. (2009). *Estudos de caso de pedófilos portugueses*. Consultado em (junho, 8, 2016), em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0496.pdf>.
- Malamuth, N. M., & Check, J. V. P. (1985). The effects of aggressive pornography on beliefs in rape myths: Individual differences. *Journal of Research in Personality*, 19, 299–320.
- Malamuth, N. M., Check, J. V. R., & Briere, J. (1986). Sexual arousal in response to aggression: Ideological, aggressive, and sexual correlates. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 330-340.
- Malamuth, N. M., Linz, D., Heavey, D., Barnes, G. & Acker, M. (1995). Using the confluence modelo of sexual aggression to predict men's conflict with women: A ten year follow-up study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 353-369.
- Malinosky-Rummell, R., & Hansen, D. J. (1993). Long-term consequences of childhood physical abuse. *Psychological Bulletin*, 114, 68-79.
- Margolin, G., Vikerman, K., Ramos, M., Serrano, S., Gordis, B., Iturralde, E., Oliver, P. & Spies, L. (2009). Youth exposed to violence: stability, cocorrence, and context. *Clinical Child Family Psychology Review*, 12, 39-54.

- Maria, S. G. S. (2012). *Abusos sexuais de crianças: Mudanças resultantes de uma intervenção preventiva*. Dissertação de Doutoramento, ISPA, Lisboa, Portugal.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com SPSS Statistics*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, A. (2015). *Fatores de risco criminal e competências emocionais em ofensores*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Marques, J. K., & Nelson, C. (1989). Elements of high-risk situations for sex offenders. In D. R. Laws (Ed.), *Relapse prevention with sex offenders* (pp. 35-46). New York: Guilford Press.
- Marques, L. (2014). *Percurso desenvolvimental e construção de significados de agressores sexuais menores de idade: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento do Instituto Universitário da Maia, Porto, Portugal.
- Marreiros, G (1997). *A resposta do código penal. Actas do primeiro seminário nacional sobre abuso sexual de crianças e adolescentes* (pp. 71 - 85). Lisboa: Maio.
- Marshall, W. L. (1988). The use of sexually explicit stimuli by rapists, child molesters, and nonoffenders. *Journal of Sex Research*, 25, 267–288.
- Marshall, W. L. (1989). Invited essay: Intimacy, loneliness and sexual offenders. *Behavior Research and Therapy*, 27, 491–503.
- Marshall, W. L. (1993). The role of attachment, intimacy, and loneliness in the etiology and maintenance of sexual offending. *Sexual and Marital Therapy*, 8, 109-121.
- Marshall, W. L. (2007). Diagnostic issues, multiple paraphilias, and comorbid disorders in sexual offenders: Their incidence and treatment. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 16-35.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.). *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender* (pp. 257–271). New York: Plenum.
- Marshall, W. L., & Hambley, L. S. (1996). Intimacy and loneliness and their relationship to rape myth acceptance and hostility toward women among rapists. *Journal of Interpersonal Violence*, 11, 586–592.
- Marshall, W. L., & Marshall, L. E. (2000). The origins of sexual offending. *Trauma, Violence & Abuse*, 1, 250-263.

- Marshall, W. L., & Serran, G. (2000). Current issues in the assessment and treatment of sexual offenders. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7, 85-96.
- Marshall, W. L., Anderson, D. & Fernandez, Y. (1999). *Cognitive Behavioural Treatment of sexual Offenders*. Forensic Clinical Psychology. England: John Wiley & Sons.
- Marshall, W. L., Hudson, S. M., Jones, R., & Fernandez, Y. M. (1995). Empathy in sex offenders. *Clinical Psychology Review*, 15, 99-113.
- Marshall, W. L., Laws, D. R., & Barbaree, H. E. (1990). *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender*. New York: Plenum Press.
- Marshall, W. L., Marshall, L. E. & Nosek, K. (2012). *Empathy in sexual offenders*. Oregon, Estados Unidos da América: ATSA.
- Martín, N. & Vozmediano, L. (2014). Conducta de agresión sexual: Revisión de la literatura y propuesta de de análisis mediante el modelo de triple riesgo delictivo. *International E-journal of criminal sciences*, 8, 01-32.
- Martinho, G. (2011). *Crimes sexuais contra mulheres adultas: Da avaliação forense à decisão judicial*. Dissertação de mestrado, Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Martins, M. (2011). *Crime Sexual Contra Mulheres: Psicopatía e Responsabilidade nas Relações Sociais; Contributo da Psicologia Forense*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Martins, V. (2012). *Prevalência de abuso sexual de crianças numa amostra portuguesa*. Dissertação de Mestrado, ISPA, Lisboa, Portugal.
- Masi, F., De. (Decembre, 1998). Il mondo del pedofilo. *Famiglia Oggi*, 20-27.
- Mateus, M. 2012. Prevalência de abuso sexual em crianças portuguesas. Dissertação de Mestrado, ISPA, Lisboa, Portugal.
- Matson, S. (2002). Sex offender treatment: a critical management tool. *Corrections today*, 64(6), 114–117.
- McCabe, P. M. & Wauchope, M. (2005). Behavioral characteristics of men accused of rape: Evidence for different types of rapists. *Archives of Sexual Behaviour*, 34, 2, 241-253.
- McCord, J. (1979). Some child-rearing antecedents of criminal behaviour in adult men. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 1477-1486.

- McFall, R. M. (1990). An enhancement of social skills: An information-processing analysis. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.). *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 311-329). New York: Plenum Press.
- McGuire, R.J., Carlisle, J.M. & Young, B.G. (1965). Sexual deviations as conditioned behaviour: A hypothesis. *Behaviour Research and Therapy*, 2, 185-190.
- McKay, M. M., Chapman, J. W., & Long, N. R. (1996). Causal attributions for criminal offending and sexual arousal: Comparison of child sex offenders with other offenders. *British Journal of Clinical Psychology*, 35, 63-75.
- McLaughlin, E., & Muncie, J. (2001). *Controlling Crime*. London: Sage.
- McMurrin, M., & Hollin, C. (1989). The Short Alcohol Dependence Data (SADD Questionnaire: norms and reliability data for male young offenders). *British Journal of Addiction*, 84, 315-318.
- Mehrabian, A., & Epstein, N. (1972). A measure of emotional empathy. *Journal of Personality*, 40, 525-543.
- Mezquita, B. V. (2007). *Manual de psicología forense*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Milner, J. S. (1998). Individual and family characteristics associated with intrafamilial child physical and sexual abuse. In P. K. Trickett, C. J. Schellenbach, P. K. Trickett & C. J. Schellenbach (Eds.). *Violence against children in the family and the community* (pp. 141-170). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Morrill, M. (2014). Sibling sexual abuse: An exploratory study of long-term consequences for self-esteem and counseling considerations. *Journal of Family Violence*, 29(2), 205-13.
- Murphy, W. D. (1990). Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender. In W. Marshall, D. Laws, & H. Barbaree (Ed). *Assessment and modification of cognitive distortions in sex offenders* (pp.331-342). New York: Plenum Press.
- Murray, B. (2000). Psychological profile of pedophiles and child molesters. *J Psychol*, 134, 211-224.
- Neidigh, L. & Krop, H. (1992). Cognitive distortions among child sexual offenders. *Journal of Sex Education and Therapy*, 18, 3, 208-215.
- Nichols, D. S. (2001). *Essentials of MMPI-2 Assessment*. New York: John Wiley & Sons, Inc.

- Noguerol, V. (2010). *Agresiones sexuales*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Novaco, R.W., Ramm, M., & Black, L. (2001). Anger treatment with offenders. In C. R. Hollin (Ed.). *Offender assessment and treatment* (pp. 281-296). Chichester (Reino Unido): Wiley.
- Nunes, N. (2012). *Distorções cognitivas: comparação entre uma amostra forense e uma amostra normativa*. Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- O'Donohue, W., Regev, L., G., & Hagstrom, A. (2000). Problems with the DSM-IV diagnosis of pedophilia. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12, 95-105.
- Pakes, F. & Winstone, J. (2007). *Psychology and crime: understanding and tackling offending behavior*. Portland: Willan Publishing.
- Patterson, G. R. (1992). *Coercive family process*. Eugene, OR: Castalia.
- Patterson, G. R. (1995). Coercion as a basis for early age of onset for arrest. In J. McCord (Ed.). *Coercion and punishment in long-term perspectives* (pp. 81-105). Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.
- Pechorro, P., Poiares, C. & Vieira, R. (2008). Caracterização psicológica de uma amostra forense de abusadores sexuais. *Análise Psicológica*, 4 (XXVI), 615-623.
- Pereira, C. (2011). *Características psicológicas dos delinquentes sexuais*. Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, Gandra, Portugal.
- Pereira, D. (2015). *Características de Jovens Agressores Sexuais: Especialistas vs. Generalistas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-Os-Montes E Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- Pereira, J. A. (2007). *Distorções Cognitivas e Agressão Sexual: Estudo Exploratório com agressores intra e extra-familiares*. Dissertação de Mestrado (policopiado), Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Peugh, J., & Belenko, S. (2001). Examining the substance use patterns and treatment need of incarcerated sex offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 13(3), 179-195.
- Pineda-Lucatero, A. C., Trujillo-Hernández, B., Millán-Guerrero, R. O., & Vásquez, C. (2009). Prevalence of childhood sexual abuse among Mexican adolescents. *Child: Care, Health & Development*, 35(2), 184-89.

- Prentky, R. A. & Burgess, A. W. (2000). *Forensic management of sexual offenders*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Prentky, R. A., Cohen, M., & Seghorn, T. (1985). Development of a rational taxonomy for the classification of rapists: The Massachusetts treatment center system. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 13, 39-70.
- Proulx, J., Aubut, J., Perron, L. & McKibben, A. (1994). Troubles de la Personnalité et Viol: Implications Théoriques et Cliniques. *Criminologie*, 27 (2), 33-53.
- Proulx, J., Ouimet, M., & Lachaine, N. (1995). Criminologie de l'acte et pédophilie. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 48, 294-310.
- Proulx, J., Perreault, C., Guay, J. & Ouimet, M. (1999). *Les agresseurs sexuels d'enfants. Scénarios délictuels et troubles de la personnalité* (pp. 16-45). Université de Montréal: École de criminologie.
- Putnam, F. W. (2003). Ten year research updates review: Child sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 42, 269-278.
- Quadara, A., Nagy, V., Higgins, D., & Siegel, N. (2015). *Conceptualizing the prevention of child sexual abuse: Final report* (Research report number 33). Melbourne: Australian Institute of Family Studies.
- Quinsey, V. & Lalumière, M. (2001). *Assessment of sexual offenders against children* (2^a ed). Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc.
- Rada, R. T. (1978). *Clinical aspects of the rapist*. New York: Grune & Stratton.
- Rae-Grant, N., Thomas, B. E., Offord, D. R., & Boyle, M. H. (1989). Protective factors, and the prevalence of behavior and emotional disorders in children and adolescents. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 28(2), 262-268.
- Rebocho, M. F. (2006). *Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório*. Coimbra: Almedina.
- Rebocho, M. F. (2009). *The hunter and the hunted: A comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Record, S. A. (1997). *Personality, sexual attitudes and behavior of sex offenders*. Unpublished manuscript.

- Reiss, A. J., & Farrington, D. P. (1991). Advancing knowledge about co-offending: Results from a prospective longitudinal survey of London males. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 82, 360–395.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In S. C. Hutz (Eds.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégia de intervenção* (pp. 7-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ribeiro, M. & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400-407.
- Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). Men who molest their sexually immature daughter: Is a special explanation required? *Journal of Abnormal Psychology*, 111(2), 329-39.
- Richardson, D., & Hammock, G. (1991). Alcohol and Acquaintance Rape. In A. Parrot & L. Bechhofer (Eds.). *Acquaintance Rape: The Hidden Crime* (pp. 83-95). New York: Wiley & Sons.
- Robertiello, G. & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 508-518 .
- Romero, K. R. P. S. (2007). *Crianças vítimas de abuso sexual: Aspectos psicológicos da dinâmica familiar*. Curitiba, Brasil: Ministério Público do Estado do Paraná.
- Rosa, S. (2014). *Agressões sexuais e exames sexuais no concelho de Coimbra nos últimos 5 anos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Ross, R. R. & Ross, R. D. (1995). *Thinking Straight: The Reasoning and Rehabilitation Program for Delinquency Prevention and Offender Rehabilitation*. Ottawa: AIR Training and Publications.
- Rossmo, D. K. (2000). *Geographic profiling*. Boca Raton, FL: CRC Press.
- Ruggiero, K., McLeer, S., & Dixon, J. (2000). Sexual abuse characteristics associated with survivor psychopathology. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 951- 964.
- Russell, D. E. H. (1983). The incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse of female children. *Child Abuse and Neglect*, 7, 133–146.
- Ryan, W. (1971). *Blaming the Victim*. New York: Vintage.

- Sánchez-Meca, J., Rosa-Alcázar, A.I., & López-Soler, C. (2011). The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis. *International Journal of Clinical and Health Psychology, 11*(1), 67-93.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo Pais e Professores Para proteger Crianças de Abusos Sexuais*. (F. Oliveira, Trad). São Paulo: M. Books do Brasil Editora. (Original publicado em 2004).
- Sandler, I. N., Schoenfelder, E. N., Wolchik, S.A., & MacKinnon, D.P. (2011). Long-term impact of prevention programs to promote effective parenting: Lasting effects by uncertain processes. *Annual Review of Psychology, 62*, 299–329.
- Schneider, S. L., & Wright, R. C. (2004). Understanding denial in sexual offenders: a review of cognitive and motivational processes to avoid responsibility. *Trauma, Violence, & Abuse, 5*, 3-20.
- Seidman, B., Marshall, W. L., Hudson, S. M., & Robertson, P. J. (1994). An examination of intimacy and loneliness in sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence 9*, 518–534.
- Sequeira, M. J. R. (2013). Abuso sexual infantil – O processo de revelação do abuso sexual: Reacções paternas. Dissertação de Mestrado, ISPA, Lisboa, Portugal.
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I. & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo), 36*(3), 101-11.
- Seto, M. C., & Barbaree, H. E. (1995). The role of alcohol in sexual aggression. *Clinical Psychology Review, 15*, 545–566.
- Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2001). A brief screening scale to identify pedophilic interests among child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 13*, 15-25.
- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015a). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review, 39*, 42-57.
- Seto, M. C., Cantor, J. M., & Blanchard, R. (2006). Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. *Journal of Abnormal Psychology, 115*, 610–615.
- Seto, M. C., Stephens, S., Lalumière, M. L. & Cantor, J. M. (2015b). The Revised Screening Scale for Pedophilic Interests (SSPI-2): Development and criterion-related validation. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 27*, 1–17.

- Sherifali, D. & Ciliska, D. (2006). Parenting children with diabetes and Belsky's determinants of parenting model: literature review. *Journal of Advanced Nursing*, 55, 636-642.
- Silva, C. C. P., Pinto, D. D. M., & Milani, R. G. (2013). *Pedofilia, quem a comete? Um estudo bibliográfico do perfil do agressor*. Paraná, Brasil: CESUMAR.
- Silva, I. (2013). *Distorções Cognitivas em Agressores Sexuais: Um Estudo Comparativo*. Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Silva, K. (2010). *Abuso sexual de crianças: Aspectos jurídicos a ponderar no âmbito da perícia médico-legal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Silva, N. (2014). *Agressão Sexual Recente. Abordagem médico-legal e forense*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Simon, L. M. J. (1997a). Do criminal offenders specialize in crime types? *Applied and Preventative Psychology*, 6, 35–53.
- Simon, L. M. J. (1997b). The myth of sex offender specialization: An empirical analysis. *New England Journal on Criminal and Civil Commitment*, 23, 387–403.
- Simon, L. M. J. (2002). An examination of the assumptions of specialization, mental disorder, and dangerousness in sex offenders. *Behavioral Sciences and the Law*, 18, 275–308.
- Simon, L. M. J., & Zgoba, K. (2006). Sex crimes against children: Legislation, prevention and investigation. In R. Wortley & S. Smallbone (Eds.). *Situational prevention of child sexual abuse. Crime prevention studies*, Vol 19 (pp. 65-100). Devon, UK: Willan.
- Smallbone, S. W., & Dadds, M. R. (2000). Attachment and coercive behavior. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12, 3–15.
- Smallbone, S. W., & Wortley, R. (2000). *Child sexual abuse in Queensland: Offender characteristics and modus operandi* (Full report). Brisbane, Australia: Queensland Crime Commission.
- Smallbone, S. W., & Wortley, R. K. (2001). *Child sexual abuse: Offender characteristics and modus operandi*, n.º 193. Canberra: Australian Institute of Criminology Trends and Issues in Crime and Criminal Justice.

- Soeiro, C. B., & Guerra, R. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: Caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar integrar: Revista de reinserção social e prova*, 2(4), 49-63.
- Sprinthall, N. A. & Collins, W. A. (1994). *Psicologia do Adolescente: Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stathopoulos, M. (2012). *Sibling sexual abuse (ACSSA Research Summary)*. Melbourne: Australian Institute of Family Studies.
- Steffensmeier, D., Zhong, H., Ackerman, J., Schwartz, J., & Agha, S. (2006). Gender gap trends for violent crimes, 1980 to 2003: A UCR-NCVS comparison. *Feminist Criminology*, 1, 72-98.
- Steinberg, L. (2001). We know some things: Parent-adolescent relationships in retrospect and prospect. *Journal of Research on Adolescence*, 11, 1–19.
- Steinberg, L. (2005). Cognitive and affective development in adolescence. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(2), 69–74.
- Stermac L. E. & Segal Z. V. (1989). Adult sexual contact with children: an examination of cognitive factors. *Behaviour Therapy*, 20, 573-584.
- Stinson, J. D., Sales, B. D. & Becker, J. V. (2008). *Sex offending: Causal theories to inform research, prevention, and treatment* (pp. 93-120). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Stone, H., Winslade, J. & Klugman, M. (2000). Sex offenders, sentencing laws and pharmaceutical treatment: a prescription for failure. *Behav Sci Law*, 18, 83-110.
- Stroebel, S. S., O'Keefe, S. L., Beard, K. W., Kuo, S. Y., Swindell, S. V., & Kommor, M. J. (2012). Father-daughter incest: Data from an anonymous computerized survey. *Journal of Child Sexual Abuse*, 21(2), 179-99.
- Studer, L., & Aylwin, A. S. (2006). Pedophilia: the problem with diagnosis and limitations of cbt treatment. *Medical hypotheses*, 67, 774-781.
- Tavares, H., & Alarcão, G. (2008). Psicopatologia da Impulsividade. In C. N. Abreu, C. N., Tavares, H. & Cordás, T. A., (Eds.). *Manual Clínico dos Transtornos do Controle dos Impulsos* (pp. 19-36). Porto Alegre: Artmed.
- Taveira, F., Frazão, S., Dias, R., Matos, E., & Magalhães, T. (2009). O abuso sexual intra e extra-familiar. *Acta Médica Portuguesa*, 22(6), 759-66.

- Thakker, J., & Ward, T. (2012). An integrated theory of sexual reoffending. *Psychiatry, Psychology, and Law*, 19(2), 236-248.
- Thomas, S. P., Phillips, K., Carlson, K., Shieh, E., Kirkwood, E., Cabage, L. & Worley, J. (2013). Childhood experiences of perpetrators of child sexual abuse. *Perspectives in Psychiatric Care*, 49, 187-201.
- Thornhill, R., & Palmer, C. (2000). *A natural history of rape: Biological bases of sexual coercion*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Varker, T., Devilly, G., Ward, T., & Beech, A. (2008). Empathy and adolescent sexual offenders: a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 251-260.
- Vasconcelos, A., Cardoso, B. M., Barros, M., Almeida, H. (2011). Abordagem da criança vítima de maus tratos na Urgência Pediátrica - 5 anos de experiência do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca. *Acta Pediátrica Portuguesa*, 42 (1), 8-11.
- Vásquez, B. (2005). *Manual de Psicología Forense*. Madrid: Síntesis.
- Verde & Sanchez (1994). *El Agressor Sexual y la Víctima Psicología*. Boixareu Universitaria: Marcombo.
- Vieira, S. (2010). *Os ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento*. Dissertação de Doutoramento, Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Ward, T. (1999). Competency and deficit models in understanding and treatment of sexual offenders. *The Journal of Sex Research*, 36 (3), 298-305.
- Ward, T. (2000). Sex offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 5, 491–507.
- Ward, T., & Beech, T. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 44-63.
- Ward, T., & Hudson, S. M. (1998). The construction and development of theory in the sexual offending area: A meta-theoretical framework. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 10, 47-63.
- Ward, T., & Hudson, S. M. (2001). A critique of Hall and Hirschman's quadripartite model of child sexual abuse. *Psychology, Crime and Law*, 7, 333-350.
- Ward, T., & Hudson, S.M. (1998). A model of the relapse process in sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 700–725.

- Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward and comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime and Law*, 9, 319–351.
- Ward, T., & Sorbello, L. (2003). Explaining child sexual abuse. In T. Ward, D. Laws & S. Hudson (Eds.). *Sexual Deviance: Issues and Controversies* (pp. 3-20). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Ward, T., Fon, C., Hudson, S. M., & McCormack, J. (1998). A descriptive model of dysfunctional cognitions in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 129–155.
- Ward, T., Hudson, S. M., Marshall, W. L., & Siegert, R. (1995). Attachment style and intimacy deficits in sexual offenders: A theoretical framework. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 7(4), 317-335.
- Ward, T., Polaschek, D. & Beech, T. (2006). *Theories of Sex Offending*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Weinberg, S. K. (1955). *Incest Behavior*. New York: Citadel.
- Werner, E. E. (1998). Protective factors and individual resilience. In: S. J., Meisels, J., & P. Shonkoff (Eds). *Handbook of Early Childhood Intervention*. (pp. 97-116). New York: Cambridge University Press.
- Widom, C. S., & Ames, M. A. (1994). Criminal consequences of childhood sexual victimization. *Child Abuse & Neglect*, 18, 303–318.
- Wikström, P.O. & Treiber, K. (2016). Situational Theory: The Importance of Interactions and Action Mechanisms in the Explanation of Crime. In Pequero, A. *The Handbook of Criminological Theory* (pp. 415-444). UK: Editorial Offices
- William, L. M. & Finkelhor, D. (1990). The characteristics of incestuous father. In W. L. Marshall, D. R. Laws & H. E. Barbaree (Eds.). *Handbook of Sexual Assault: Issues, Theories, and Treatment of the Offender* (pp. 231-252). New York: Plenum Press.
- Wolfgang, M. (1958). *Patterns of Criminal Homicide*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Wortley, R., & Mazerolle, L. (Eds.). (2008). *Environmental Criminology and Crime Analysis*. Cullompton: Willan.
- Wortley, R., & Smallbone, S. (Eds.). (2006). *Situational Prevention of Child Sexual Abuse*. *Crime Prevention Studies*. Monsey, NY: Criminal Justice Press.
- Wyre, R. (1987). *Working with Sex Abuse*. Oxford: Perry.

Young, S. (1997). The use of normalization as a strategy in the sexual exploitation of children by adult offenders. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 6, 285-295.

ANEXOS

Anexo I - Ofício de autorização para a investigação académica



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)
Dra. Silvana Maria Mendes Oliveira
silvanammo@hotmail.com

<i>V/ referência</i>	<i>N/ referência</i>	<i>Ofício N.º</i>	<i>Data</i>
		16/DSOPRE	15.01.2016

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Medicina-Legal pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Senhor Diretor – Geral, Dr. Rui Sá Gomes, datado de 15/01/2016, foi autorizada, no âmbito do Mestrado em Medicina Legal, a realizar a investigação académica nos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre, Beja, Bragança, Carregueira, Coimbra, Izeda, Linhó, Leiria, Paços de Ferreira, Pinheiro da Cruz, Porto, Santa Cruz do Bispo Masculino, Vale de Judeus, Vale do Sousa e Vila Real.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção dos estabelecimentos prisionais, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- a consulta dos processos individuais, se faça em conformidade com o disposto no artº 17 da Lei 51/2011, de 11 de Abril;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Toref, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853896 – E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1131-001 Lisboa